

Nota da Comissão Política Pág 3

Já só faltam 15 dias para a ~~FESTA~~ 1993 Avante!

Álvaro Cunhal em Campo Maior Pág. 5



Um mau acordo para os bancários Pág 7

Governo PSD continua de costas para os emigrantes

— Conferência
de imprensa
do PCP

Pág. 9

O direito às férias dos portugueses

— Artigo
de Carlos
Luís
Figueira

Pág. 12 e 13

Pérolas do cavaquismo A propósito do relatório da Amnistia Internacional

— Artigo
de Carlos
Gonçalves

Pág. 8

EDITORIAL

Escândalo institucional e crise social



O PCP acusa o Governo de ter um política errada e demagógica para a emigração

RESUMO

11
Quarta-feira

Segundo um estudo oficial, as empresas públicas não financeiras duplicaram os seus prejuízos em 1992 - 120 milhões de contos contra 91 em 1991 ■ O Departamento de Estado afirma em Washington exigir a retirada dos sérvios de Igman e Bjelasnica, sob ameaça de efectuar ataques aéreos na Bósnia ■ Jonas Savimbi afirma que deseja o fim imediato dos combates em Angola, não colocando quaisquer condições para negociar a paz ■ O Governo alemão aprova a redução de regalias sociais, nomeadamente programas de assistência social e de apoio aos desempregados.

12
Quinta-feira

A CGTP-IN alerta para os riscos de uma nova vaga de despedimentos após as férias e revela que existem cerca de 40 mil trabalhadores com salários em atraso ■ Os trabalhadores do Caima voltam a manifestar-se contra o despedimento colectivo de que foram alvo no princípio de Julho ■ O Tribunal Constitucional aceita o registo do Movimento Partido da Terra como partido político; por outro lado, considera inconstitucionais as leis Anticorrupção, do Estatuto dos Magistrados e do Segredo de Estado, cuja fiscalização foi pedida pelo Presidente da República ■ Incêndios continuam a destruir grandes áreas de floresta na região de Viseu ■ O presidente indonésio reduz a pena de prisão perpétua de Xanana Gusmão para vinte anos de cadeia ■ O presidente russo, Boris Ieltsin, afirma que vai convocar eleições antecipadas para o Outono, com ou sem a aprovação do parlamento ■ O Papa termina a sua visita ao México.

13
Sexta-feira

O PCP considera, em conferência de imprensa, que a política de emigração do Governo está «de costas para os emigrantes» ■ Alberto João Jardim, líder dos sociais-democratas da Madeira, propõe a expulsão dos membros da Comissão Política e da Mesa do Plenário da Freguesia de Machico ■ Dados do INE indicam uma ligeira subida da taxa de inflação de 0,7 por cento no mês de Julho face ao mês anterior, situando-se o seu valor médio em 7,5 por cento; o mesmo Instituto indica uma queda no índice de produção industrial de 3,9 por cento no mês de Abril ■ Várias bombas explodem em Bornemouth, uma das principais estâncias balneares no sul da Inglaterra ■ Um hotel desmorona-se na Tailândia provocando cerca de 100 mortos e feridos.

14
Sábado

Milhares de pessoas recebem o Papa Paulo II no estádio de Denver, nos EUA ■ Um decreto-lei autoriza o uso do dólar em Cuba ■ As forças sérvias retiraram-se dos montes Igman e Bje-

lasnica ■ Um acidente ocorrido no parque de diversões da Eurodisney, em Paris, provoca ferimentos ligeiros em oito pessoas ■ Cerca de 50 mil reclusos italianos iniciam uma greve da fome de três dias nas prisões de todo o país, como forma de protesto contra o atraso na realização de julgamentos ■ As forças indianas são colocadas em alerta máximo no estado de Jammu e Caxemira.

15
Domingo

Cavaco Silva efectua uma visita à República Checa para estreitar laços bilaterais ■ Rebeldes curdos celebram o 9º aniversário da sua insurreição na Turquia ■ Juan-Carlos Wasmosy recebe a faixa presidencial paraguaia do general Andrés Rodrigues, na sequência da sua eleição em 9 de Maio ■ Um pirata do ar sequestra um avião da companhia holandesa KLM para exigir a libertação do xeque Omar Abdel Rahmane, preso nos Estados Unidos ■ Manuela Machado obtém a medalha de prata na maratona feminina em Estugarda, enquanto Joaquim Gomes festeja o seu segundo triunfo na Volta a Portugal em bicicleta.

16
Segunda-feira

O Tribunal Constitucional chumba por unanimidade o decreto aprovado no parlamento pelo PSD que impedia o presidente do Tribunal de Contas de acumular esta função com a de professor universitário ■ Cerca de duas centenas de agricultores aprovam por unanimidade, no Bombarral, um documento em que exigem uma redução de 60 por cento do preço da electricidade ■ O ministro da Indústria anuncia reduções entre 10 a 28 por cento das tarifas energéticas para setenta grandes clientes industriais ■ Uma notícia publicada no diário inglês *Financial Times* revela um estudo não publicado da CE que afirma que a União Monetária Europeia terá como consequência o aumento do desemprego ■ As Forças Armadas Angolanas expulsam a UNITA da cidade de Ganda, a 150 quilómetros do Huambo.

17
Terça-feira

Manifestações de solidariedade com Timor-Leste em Darwin e Melbourne, na Austrália ■ PCP acusa governo de promover uma nova redução das receitas autárquicas em 1994 ■ A Conferência multipartidária sobre o futuro da África do Sul pronuncia-se a favor da rápida entrega do enclave de Waldis Bay à Namíbia ■ Washington e Hanói dão os primeiros passos para o restabelecimento de relações diplomáticas ■ Aviões da Força Aérea brasileira iniciam manobras militares na região da Amazônia ■ Dois ex-presidentes da Coreia do Sul são acusados de corrupção ■ Dezenas de crianças são descobertas a trabalhar em condições de semi-escravidão, em minas de carvão no Brasil.

A

o contrário do que aconteceu com a «chuva das estrelas» da passada semana, a «chuva» de declarações de inconstitucionalidade confirmou as previsões e excedeu mesmo as expectativas.

Não pode considerar-se um episódio corrente ou banal que o Tribunal Constitucional tenha declarado inconstitucionais, em menos de uma semana, disposições de quatro leis controversas (Lei do Segredo de Estado, a chamada Lei Anticorrupção, Estatuto dos Magistrados, Lei Orgânica do Tribunal de Contas) em que o Governo pôs um especial empenho e que a maioria parlamentar do PSD aprovou antes da interrupção estival dos trabalhos da Assembleia da República.

Trata-se de uma derrota política do Governo e um verdadeiro escândalo institucional!

Mais um escândalo institucional que põe em grande evidência o autoritarismo prepotente, os propósitos antidemocráticos e o desprezo pela Constituição que caracterizam a actuação da maioria parlamentar do PSD e do Governo de Cavaco Silva.

Escândalo ainda maior porque as decisões do Tribunal Constitucional não representam uma surpresa.

Ao votar contra as leis agora declaradas inconstitucionais, o PCP apontou entre outras razões de fundo os atropelos à constitucionalidade de que padecem e o mesmo fizeram outros partidos da oposição, bem como instituições e comentaristas fora da Assembleia da República.

Numa atitude de arrogante desprezo pelas opiniões discordantes, o PSD ignorou todas as advertências e consumou as soluções mais aberrantes esperando, naturalmente, que o Tribunal Constitucional não se atreveria a pô-las em causa.

Desta vez enganou-se.

O Presidente da República, pelo contrário, vê a sua autoridade reforçada nos diferendos com o Governo e a maioria parlamentar do PSD ao obter provimento nas quatro leis que sujeitou à fiscalização prévia do Tribunal Constitucional. As reservas que fundamentaram o veto político da Lei do Asilo ganham também renovada força.

São mais uma vez reveladoras da propensão do cavaquismo para o poder absoluto, as vezes que, em face destas derrotas, se levantam no partido do Governo contra todos os mecanismos de controlo que não sejam dominados pela maioria parlamentar, contra a composição e funciona-

mento do Tribunal Constitucional e que já advogam, pura e simplesmente, o seu desaparecimento.

É necessário, no entanto, não esperar demasiado das consequências práticas das recentes decisões do Tribunal Constitucional.

Como assinalou a Comissão Política do PCP na Conferência de Imprensa da passada terça-feira, conduzida pelo camarada Luís Sá, «a declaração de inconstitucionalidade de algumas disposições destes diplomas não resolve, em geral, o problema do carácter extremamente negativo que continuam a manter, no essencial, após a sua previsível reaprovação na Assembleia da República.»

Com efeito, os diplomas em causa, designadamente a Lei do Segredo de Estado, comportam dispositivos, que não foram tocados pela declaração de inconstitucionalidade, que visam a redução das liberdades, direitos e garantias dos portugueses, a concentração e governamentalização do poder e o esvaziamento do controlo democrático da acção governativa.

Mais um escândalo institucional que põe em grande evidência o autoritarismo prepotente, os propósitos antidemocráticos e o desprezo pela Constituição que caracterizam a actuação da maioria parlamentar do PSD e do Governo de Cavaco Silva.

Este pacote legislativo aprovado nos últimos dias de trabalho da Assembleia da República antes de férias, bem como a orientação da acção prática essencial do Governo, o discurso de Cavaco Silva no Pontal e as cada vez mais abundantes declarações de dirigentes do PSD sobre futuras revisões da Lei Fundamental e da legislação eleitoral e até as novas manifestações de separatismo protagonizadas por dirigentes laranja das regiões autónomas - tudo isto se insere na estratégia global do cavaquismo, sistematicamente prosseguida, que visa a substituição do regime democrático por um regime de cariz autoritário.

Só os comprometidos ou os

ingénuos podem considerar exagerado alertar para os perigos deste processo que representaria um grave retrocesso nacional e que os interesses do povo e a democracia exigem que seja interrompido o mais rapidamente possível.

Entretanto, a crise social está a aprofundar-se.

Falando no passado dia 12 em nome da CGTP, o dirigente sindical José Ernesto Cartaxo acusou o Governo e o patronato de estarem a aproveitar o período de férias para preparar novos despedimentos.

É conhecido também que muitos trabalhadores que entraram em férias não receberam o subsídio ou só receberam parte dele.

Receia-se que muitas empresas que encerraram, alegadamente, por motivo de férias, já não voltem a laborar.

Estão em aumento o desemprego, os salários em atraso, a degradação salarial e prossegue o bloqueio à contratação colectiva.

O Governo recusa-se a reconhecer a gravidade da situação e a encarar com os sindicatos e os trabalhadores medidas sérias para lhe fazer frente.

Neste quadro, os apelos à concertação social apresentam-se como uma rematada hipocrisia.

Na concepção do Governo e do patronato, a concertação social é um expediente para retirar direitos, garantias e salário aos trabalhadores.

Foi o que há dias revelou um dirigente da CIP ouvido no Telejornal. Não se fez rogado quando se tratou de anunciar as condições da sua confederação para a concertação social. Desfiou: a revisão da legislação laboral; a flexibilização (ninguém pode fazer contratos senão a termo); contenção salarial. Mas ficou absolutamente estupefacto quando lhe perguntaram o que dava em troca. O que dava... gaguejou. O melhor que encontrou para responder: alguma generosidade nos despedimentos.

Não exageramos, para o Governo e o patronato a concertação social significa impor as condições do capital, isto é, a intensificação da exploração e a transferência dos custos da crise para cima de quem trabalha. E ainda por cima, querem fazê-lo sem o incómodo da luta - dos protestos, das concentrações, das manifestações, das paralisações, das greves.

É urgente mostrar ao Governo e ao patronato que isso assim não vai acontecer e que os trabalhadores saberão defender, nas condições da crise, os seus direitos e interesses.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1899 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1899 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Reforçar a unidade e intensificar a luta

Nota da Comissão Política

O agravamento da situação social; a recente declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, de diplomas aprovados pela maioria do PSD; a intromissão abusiva do ministro do Plano e Administração do Território na administração dos municípios; o acesso ao ensino superior e as declarações de cariz separatista produzidas por responsáveis do PSD/Madeira, foram alguns dos pontos abordados na conferência de imprensa do PCP, presidida pelo camarada Luís Sá, que antontem divulgou a nota da Comissão Política que a seguir transcrevemos (*subtítulos da responsabilidade da Redacção*).

A Comissão Política salienta que se continua a agravar a situação social com o aumento do número de trabalhadores com salários em atraso, o maior volume de desemprego, a acentuação da degradação dos salários, o prosseguimento do bloqueio da contratação colectiva. Minimizando a gravidade do problema do desemprego que afecta centenas de milhares de trabalhadores e todos os sectores e vastas regiões, o Governo não só não toma medidas eficazes para o combater, como facilita e estimula a intensificação dos despedimentos colectivos. O PCP denuncia com particular indignação o facto de o patronato e o Governo aproveitarem o período de férias para tomarem novas medidas contra os trabalhadores.

A situação da segurança social continua a deteriorar-se e o Governo prepara novas medidas anti-sociais, nomeadamente contra o subsídio de desemprego.

Os diversos acidentes de trabalho, inclusive mortais, ocorridos recentemente e que vitimaram crianças, vêm mais uma vez confirmar a gravidade e a extensão do problema do trabalho infantil, cuja erradicação exige medidas de fundo (sociais, económicas, de fiscalização e de vigilância) bem diferentes das meras campanhas propagandísticas. A medida do Governo de legalizar o trabalho infantil aos 14 anos deve ser considerada como um estímulo à exploração de mão-de-obra infantil.

A Comissão Política chama a atenção para que os reiterados apelos do Primeiro-Ministro à concertação social não podem deixar de ressoar como uma enorme hipocrisia. A verdade, perante uma situação social de grande gravidade, o PSD insiste arrogantemente no prosseguimento da política que conduziu a essa situação social, impõe, para mais sem debate, graves alterações no regime de pensões de velhice e de invalidez e coloca na mesa, conjuntamente com o patronato, a exigência de uma maior degradação dos salários, maior precarização do mercado de trabalho, desmantelamento de sistemas de segurança social e limitação de direitos.

O Governo não pode anunciar intenções de combater o desemprego e diariamente facilitar novos despedimentos. O Governo não pode declarar as suas preocupações com a situação social e simultaneamente tomar medidas anti-sociais.

A Comissão Política considera que, face ao agravamento da situação social e às novas medidas que o Governo já anunciou e outras que prepara, impõe-se que os trabalhadores reforcem a sua unidade e intensifiquem a sua luta.

Governo e maioria desrespeitam a Constituição

A recente declaração de inconstitucionalidade de disposições da lei de segredo de Estado, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, da chamada lei anticorrupção e da revisão da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, vem confirmar a intolerável falta de escrúpulos e de respeito pela Lei Fundamental do País e por princípios democráticos básicos com que o Governo e a maioria parlamentar que o sustenta tentam legislar. É esse o significado mais importante desta declaração de inconstitucionalidade e não o facto de se tratar de mais um episódio na suposta «guerrilha» institucional. O PCP não pode deixar de repudiar o facto de o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD e Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República ter reagido ao acórdão acerca da alteração à Lei Orgânica do Tribunal de Contas, aprovado aliás por unanimidade, e a outros, pondo em causa a composição e funcionamento do Tribunal Constitucional. Esta verdadeira «fuga para a frente» confirma a dificuldade de o PSD se adaptar ao funcionamento dos mecanismos de fiscalização da legalidade, constitucionalidade e exercício do poder estabelecidos na Lei Fundamental e próprios de um Estado Democrático.

No entanto, a declaração de inconstitucionalidade de algumas disposições destes diplomas não resolve, em alguns casos, o problema do carácter extremamente negativo que continuarão a manter, no essencial, após a sua previsível reaprovação pela Assembleia da República, com supressão das normas agora declaradas inconstitucionais. Será o caso, em particular, da lei do segredo de Estado.

Impõe-se, assim, alertar a opinião pública e a consciência democrática contra os perigos que estes diplomas continuam a representar e contra o facto de se inserirem num projecto de concentração e centralização do poder, de esvaziamento do seu controlo e fiscalização e de limitação dos direitos, liberdades e garantias individuais e colectivos.

A luta, a unidade e mobilização para defender as liberdades e a democracia e por uma alternativa democrática pode e deve conduzir à derrota desta política. O PCP dará uma particular atenção a este objectivo.

Um pretexto hipócrita para pôr termo ao asilo político

A reapreciação pela Assembleia da República da Lei do Asilo e do Estatuto do Refugiado após o veto presi-

dencial constitui uma mera tentativa de criar um «facto político» artificial, à custa dos dinheiros públicos, com o qual o Governo pretende desviar as atenções da sua ostensiva incapacidade de resolver os problemas nacionais. O PCP reafirma a sua posição de que é injustificada a convocação extraordinária da Assembleia da República e que se o PSD a pretendesse fazer haveria importantes iniciativas, designadamente em matéria de direitos dos cidadãos e bem-estar social, que poderiam ser examinadas, como aliás o Grupo Parlamentar do PCP oportunamente propôs.

O PCP tem-se manifestado, entretanto, favorável ao reforço da segurança dos cidadãos e à separação nítida entre o asilo político e por razões humanitárias e a utilização fraudulenta destes fundamentos para esconder casos de imigração por meras razões económicas. Mas o que se passa nesta matéria é que o Governo pretende utilizar hipocritamente este pretexto para reduzir as garantias dos cidadãos, impor o arbitrio e o poder pessoal e pôr termo ao asilo por razões humanitárias.

É igualmente intolerável que se pretenda fazer crer que os graves problemas de segurança dos cidadãos, desemprego ou segurança social resultam do relativamente pequeno número de candidaturas a asilo político. O argumento é particularmente ridículo num País que terá cerca de 4 milhões de emigrantes que tiveram que tentar encontrar no exterior melhores condições de vida que não foram asseguradas em Portugal. Tais argumentos só podem inserir-se numa lógica de fomento da xenofobia e mesmo do racismo, incompatíveis com a posição solidária e humanitária que deve caracterizar o Estado português. Não é legítimo tentar esconder atrás de tais questões a incapacidade do Governo resolver os problemas de segurança e ordem pública e os graves problemas sociais.

Intolerável intromissão na administração dos municípios

A Comissão Política do CC do PCP considera que as declarações do ministro do Plano e Administração do Território segundo as quais as autarquias estariam a executar «construções grandes de mais e muitas vezes sumptuosas» constituem uma intolerável intromissão na administração de municípios, geridos por órgãos eleitos pelas populações e que é a estas que cabe essencialmente julgar. A tutela que cabe ao Governo é de mera legalidade e não sobre a oportunidade e dimensão dos empreendimentos. Acresce que o «executivo» de Cavaco Silva não tem legitimidade para falar em obras de ostentação ou inversão de prioridades, as quais caracterizam constantemente a sua actividade. A declaração do ministro só se pode entender num quadro em que um secretário de Estado do seu Ministério anunciou uma nova redução das receitas autárquicas em 1994, após um esbulho, em violação da lei de finanças locais, de 53 milhões de contos em 1992 e 64 milhões em 1993. Este corte de verbas prejudicaria as populações e a própria capacidade de as autarquias captarem fundos comunitários, com prejuízo geral para o País e agravaria a brutal centralização de recursos, traduzida no facto de o Poder Local em Portugal receber apenas cerca de 6% dos recursos públicos, enquanto noutros países europeus a percentagem oscila entre os 20% e os 50%. A diminuição de recursos das autarquias seria particularmente agravada com a imposição de encargos sem os necessários recursos, política ainda ontem reafirmada por um secretário de Estado em entrevista a um matutino. Note-se que estas declarações coincidem com a divulgação de dados do INE que revelam um aumento de despesas das autarquias com o ambiente, designadamente com saneamento básico, de 55,3% entre 1989 e 1991.

É igualmente intolerável a acusação às autarquias de não cuidarem do controlo orçamental das obras que lançam, vinda de um Governo que prima pela mais irresponsável gestão de dinheiros e por enormes atrasos na concretização de obras públicas, de que são exemplo, entre outras, o Centro Cultural de Belém, o saneamento da Costa do Estoril, o Hospital de Sintra/Amadora, a auto-estrada Cascais-Lisboa e a Via do Infante.

Arrendamento - golpe nos direitos dos inquilinos

A alteração do regime de arrendamento urbano a que procedeu o Decreto-Lei nº 278/93 de 10 de Agosto (aprovado ao abrigo de uma autorização legislativa concedida pela Assembleia da República, com o voto contra do PCP, no período de boicote informativo dos trabalhos parlamentares) constitui mais um golpe nos direitos dos inquilinos e não traz, mais uma vez, qualquer contribuição para resolver o gravíssimo problema da habitação.

Está particularmente em causa a possibilidade de os senhores denunciarem os contratos de arrendamento em caso de

morte dos arrendatários, com sério prejuízo dos cônjuges sobreviventes e filhos e mesmo a possibilidade de dramas humanos. Só um Governo com uma aberrante insensibilidade social seria capaz de legislar no sentido de a morte de um dos cônjuges significar a caducidade para o cônjuge viúvo do contrato de arrendamento, ou em alternativa, um brutal aumento de renda.

A Comissão Política deliberou encarregar o Grupo Parlamentar do PCP de chamar este Decreto-Lei a debate parlamentar, com vista à sua não ratificação.

O acesso ao ensino superior

A Comissão Política apreciou os acontecimentos em torno do acesso ao ensino superior. Neste aspecto, considerou anormais os resultados verificados em várias provas específicas de acesso ao ensino superior: médias nacionais extremamente baixas, inexplicáveis discrepâncias regionais e locais, diferenças sensíveis em relação a anteriores processos de avaliação a que os alunos foram submetidos nas mesmas matérias. Acresce, ainda, o facto insólito de os alunos não poderem ter acesso às provas depois de corrigidas e de os pedidos de revisão de provas apenas darem lugar à verificação das somas das classificações e não à repetição da sua correcção.

Esta situação vem somar-se ao recente escândalo das «provas de aferição», provas a que o Ministério da Educação fez inutilmente sujeitar os candidatos ao ensino superior e que terminou com um recamboloso «aumento» geral das classificações, e insere-se num regime de acesso ao ensino superior particularmente injusto e perverso, cuja alteração o PCP tem insistentemente reclamado.

A Comissão Política do PCP manifesta-se, no imediato, no sentido da revisão de provas implicar a efectiva repetição da sua correcção e de ela se processar em condições de plena transparência e com respeito pelos direitos dos alunos. Em simultâneo, renova a exigência do estabelecimento de um novo e mais justo regime de acesso ao ensino superior, da eliminação do sistema de *numerus clausus* no acesso ao ensino superior público, na linha do projecto de lei nº 7/VI apresentado pelo PCP na Assembleia da República.

O separatismo do PSD/Madeira e o discurso autoritário de Cavaco

A Comissão Política salienta o grave significado das declarações de raiz separatista (designadamente dos apelos à luta «contra Portugal» e as alegadas distinções entre «madeirenses» e portugueses) indiscutivelmente feitas pelo Secretário-Geral do PSD/Madeira num comício com a presença de Alberto João Jardim, dirigente nacional do PSD e Presidente do Governo Regional.

O PCP considera oportuno recordar que Jaime Ramos, aquando da polémica em torno do chamado «défice democrático» naquela Região Autónoma, se havia destacado pela truculência reaccionária com que classificou de «inimigos da Madeira» todos os opositores do PSD/Madeira, num tipo de discurso autoritário e intolerante que Cavaco Silva tem vindo a usar crescentemente no plano nacional.

A Comissão Política insiste em que nem atabalhoadas explicações, nem recuos verbais de carácter conjuntural, nem operações mediáticas de falso apaziguamento, podem fazer esquecer, enquanto importantes revelações das reais concepções antidemocráticas do PSD, as múltiplas declarações de altos responsáveis deste partido de afrontamento da legalidade constitucional, dos princípios democráticos, das competências dos órgãos de soberania, dos órgãos de fiscalização do poder.

Perigos para o regime democrático

A Comissão Política renova as persistentes chamadas de atenção do PCP para que as injustas e gravosas orientações, medidas e decisões com que, no momento actual, o Governo está golpeando os direitos e interesses das populações se integram no processo de concretização dos objectivos estratégicos do PSD, cujo avanço teria consequências extraordinariamente negativas para a evolução da sociedade portuguesa e enormes perigos para o regime democrático consagrado na Constituição.

A Comissão Política do PCP insiste em que, a não serem travados e derrotados os eixos centrais da ofensiva do PSD e do seu Governo, existe o perigo real da plena e total reconstituição do poder do grande capital sobre a economia e a vida nacional, da drástica mutilação dos direitos dos trabalhadores, da profunda desresponsabilização do Estado na esfera social, com o avolumar das injustiças e desigualdades sociais, do sacrifício da soberania e da independência nacional pela subordinação às concepções pró-federalistas de Maastricht, da degradação, desfiguração e subversão da democracia política consagrada na Constituição (com a hegemonia de um único partido sobre o sistema político e a sua total governamentalização, com leis eleitorais visando impedir uma alternativa democrática e assegurar a eternização do PSD no poder) ao serviço da instauração de um regime autoritário.

É do interesse do povo e da democracia portuguesa interromper, tão cedo quanto possível, o processo de mudanças que estão em curso e que, a consumar-se, representaria um gravíssimo retrocesso nacional.

Lisboa, 17.08.93

PODER LOCAL

Serra da Boa Viagem na mira da especulação imobiliária

Na Figueira da Foz ardeam este ano 4804 hectares de floresta. Completamente destruída ficou a serra da Boa Viagem, ex-libris da cidade, o que atingiu profundamente as actividades económicas que dela dependiam, abrindo caminho para a especulação de terrenos. Este alerta foi feito pela CDU no decorrer de uma conferência de imprensa, realizada na passada semana, em que participaram Domingos Oliveira, responsável pela Organização do PCP na Figueira da Foz, Nelson Fernandes, candidato à presidência da Câmara, Rosa do Céu, candidata à presidência da Junta de Fre-

guesia de Vila Verde, e Gilberto Vasco, da Comissão Eleitoral da CDU.

Para a CDU, «o combate aos incêndios exige a dotação de meios e uma cadeia de comando que coordene as actividades das diversas entidades responsáveis». No entanto, como foi afirmado aos jornalistas, «o incêndio na serra da Boa Viagem e na região da Murtinheira, Bom Sucesso e Quaios mostrou durante as operações os desencontros entre as corporações de bombeiros e os serviços florestais sobre as decisões a tomar».

A CDU responsabiliza o Governo «pela falta de medidas de prevenção, pela

falta de limpeza das matas florestais, pela inexistência de meios eficazes de detecção e combate aos incêndios, pela incapacidade para definir um linha de comando operacional reconhecida e responsável».

A Comissão Eleitoral da CDU na Figueira da Foz sublinha que na presente situação não só ficam desprotegidos os operadores económicos que dependiam da serra como fica desprotegida a própria serra, cujos terrenos, «nomeadamente os da Encosta Sul são apetecíveis à especulação imobiliária», tanto mais que a Câmara da Figueira da Foz não tem qualquer plano

aprovado para aquela zona. A CDU considera «ilegais» as autorizações que a Câmara tem concedido «com a cumplicidade da Comissão de Coordenação da Região Centro» ao abrigo de um Plano de Urbanização que foi reprovado há anos pela Assembleia Municipal.

No encontro com a Comunicação Social, a CDU exigiu do Governo a reflorestação integral e a aprovação rápida de um Plano de Urbanização que, «repondo a legalidade, restitua aos figueirenses e aos visitantes o usufruto da serra da Boa Viagem».

CDU acusa presidente da Junta da Sé

Depois do presidente da Junta da Sé afirmar que se recusa a rebater o «conteúdo insultuoso», as «acusações gratuitas» e as «falsidades» que imputa à CDU, a Comissão Coordenadora da coligação do concelho de Faro veio a público insistir na denúncia das «irregularidades e do

comportamento prepotente do autarca» que levaram os seus eleitos a solicitar um inquérito que se encontra ainda em curso na Inspeção-Geral de Finanças.

A CDU recorda que na mesma altura, um dos eleitos da CDU ameaçado pelo presidente da Junta de agressão

física e de morte, apresentou queixa-crime ao Ministério Público.

O processo-crime movido então pelo representante do Ministério Público contra o presidente da Junta não culminou na inculpação deste porque, entretanto, o arguido Octávio Ecolástico beneficiou da amnistia decretada por ocasião da visita papal.

Contudo, a CDU não desiste e volta a acusar o presidente da Junta de criar um Centro de Dia, «não contemplado no plano de actividades para 1993, não tendo por conseguinte dotação orçamental, embora tenha já absorvido milhares de contos do orçamento da autarquia».

Uma outra acusação prende-se com as obras no Largo de S. Luís, realizadas clandestinamente, sem autorização dos moradores e sem parecer da Segurança Social».

Existem igualmente irregularidades nas finanças da Junta com despesas «superiores às verificadas em igual período do ano passado ou mesmo final do ano, quando paralelamente todas as receitas baixaram».

A CDU condena também «a recusa de entrega dos balancetes posteriores a Abril e a recusa de esclarecimentos

sobre despesas, alegando o presidente da Junta falta de capacidade dos vogais da CDU para analisar documentos orçamentais».

Pelo caminho, afirmam os eleitos da Coligação Democrática Unitária, ficaram «numerosas iniciativas inscritas no plano de actividades para 1993», exemplo do «projecto de informatização dos serviços, o prémio literário, o arranjo do caminho do Gional, o fornecimento de água ao aglomerado do Areal Gordo, etc.»

Acresce a tudo isto a interrupção «de reuniões do executivo durante 48 dias», a «alteração da constituição do júri do concurso para recrutamento de pessoal, violando a deliberação tomada em reunião; a contratação de pessoal sem conhecimento do executivo e sem deliberação prévia; os entraves postos à passagem de certidões das actas das reuniões, etc.».

Face a este conjunto de ilegalidades e irregularidades, a CDU lança um repto à comissão política concelhia do PSD (que entendeu manifestar o seu apoio ao presidente da Junta da Sé): «processem-nos ou participem com os eleitos da CDU num debate público sobre esta matéria».

Semanário «O Minho» encerra

Uma nota da Comissão Eleitoral Concelhia de Braga da CDU lamenta o recente encerramento do semanário «O Minho», classificando-o como «mais um dos mais tristes episódios chocantes que vão ocorrendo por esta cidade». Sublinhando a necessidade de «uma imprensa livre, atenta e corajosa, capaz de, com isenção, reflectir as opiniões plurais mesmo contra o poder instituído», a CDU manifesta «grande apreensão pelo sucedido, tanto mais que, como por diversas vezes temos vindo a alertar a população de Braga, são fortes as razões daqueles que temem ver Braga transformar-se na Nápoles portuguesa».



Candidatos

Almancil

Teve lugar no passado dia 8 deste mês em Almancil um almoço-convívio para a apresentação pública da candidatura independente de João Martins, integrado nas listas da CDU, à presidência da Junta de Freguesia.

Contando com a presença de mais de uma centena de almancilenses de vários quadrantes políticos, na iniciativa estiveram também presentes Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do PCP, e Rogério Brito, deputado ao Parlamento Europeu.

João Martins afirmou na ocasião que a sua candidatura «tem as suas raízes nos valores e na cultura da região almancilense» e que «a sua gestão autárquica será pautada pela transparência e pela eficiência, onde o cidadão participe e as populações sejam servidas».

Maia

Mário Rui Pereira foi apresentado na passada sexta-feira como cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara Municipal da Maia. O candidato à Assembleia Municipal, anunciado na mesma ocasião, é Manuel Bastos Cunha. Ambos os candidatos têm 43 anos e são bancários. Mário Pereira desenvolve actividade no movimento associativo e popular e nas colectividades de cultura e recreio, onde é treinador de futebol. Manuel Cunha é actualmente membro da Assembleia Municipal da autarquia e pertence ao conselho geral dos Bancários do Norte.

Na sessão pública de apresentação das candidaturas, a CDU defendeu o desenvolvimento harmonioso do concelho e a transparência da gestão municipal. É que, afirmam os candidatos da coligação, «o concelho da Maia não é só o seu centro, a sua sala de visitas, que congrega apenas três das 17 freguesias do concelho».

Mais transparência é outra das reclamações da CDU que denuncia «o caso recente da oferta de dois mil metros quadrados ao Grupo Sonae, enquanto os industriais e comerciantes da Maia pagaram escrupulosamente a derrama».

Tomar

A Comissão Coordenadora da CDU de Tomar anunciou recentemente a candidatura de João Gassam da Silva Pinto à Assembleia Municipal do concelho. João Pinto tem 53 anos de idade, é natural de Tomar e reside na Freguesia de Stª Maria dos Olivais, onde foi candidato à Assembleia de Freguesia. Maquinista naval de profissão, foi vereador da CM de Constança e presidente da Assembleia Municipal do mesmo concelho. É membro do PCP, participou em direcções do movimento associativo, foi delegado sindical e membro da Comissão de Trabalhadores da Celulose do CAIMA.

CDU apela a plataforma no Faial

Reunida na passada semana, a Comissão Coordenadora da CDU do Faial considera que «cabe ao PS, à CDU, a outras forças da oposição que a isso estejam dispostas e a independentes que lutam pelo progresso do Faial, a responsabilidade de poder ser encontrada uma plataforma política local que viabilize uma coligação capaz de retirar a maioria absoluta ao PSD na Assembleia Municipal e capaz de criar uma equipa maioritária de vereadores politicamente diversificada mas unida nos objectivos municipais centrais».

A CDU sublinha ainda que «está em condições de encetar, de imediato, todas as negociações que possam levar a essa solução».

Por outro lado, a coligação afirma que «não abdica de apresentar candidaturas próprias fortes, operativas e competentes, tendo em vista a possibilidade concreta de captar eleitores suficientes que, pela eleição de candidatos da CDU, evitem a existência de quaisquer dessas maiorias absolutas».

Entretanto, segundo a nota da Coordenadora, o processo de elaboração de listas já está muito avançado para a maioria das assembleias de freguesia e estão em fase de debate interno as candidaturas da CDU à Assembleia e Câmara Municipal. A CDU/Faial informa ainda que foi nomeado mandatário da CDU, no concelho da Horta, o sr. António José Macedo de Medeiros.

Milhares de peixes mortos no Lizandro



Mais uma vez, o Lizandro foi palco de um desastre ecológico. Milhares de peixes apareceram mortos na madrugada do dia 10 deste mês. As causas são por enquanto desconhecidas, embora se saiba que os esgotos do concelho de Mafra correm livremente para os rios e ribeiras sem qualquer tratamento.

Uma nota da Comissão Coordenadora da CDU recorda que «o saneamento básico e o tratamento das águas residuais continuam a ser uma realidade adiada, apesar da gestão municipal ser da responsabilidade PSD há vários mandatos».

A CDU repudia ainda as declarações à comunicação social, por parte do vereador substituto do presidente da Câmara Municipal, no sentido de que «poderia tratar-se de peixe já morto colocado no Lizandro». Para a CDU, estas afirmações «em nada contribuem para dar seriedade e credibilidade à intervenção da Câmara Municipal» e revelam «desorientação e incapacidade dos responsáveis para enfrentar os acontecimentos».

Os eleitos da CDU nesta autarquia exigem medidas rápidas e eficazes de forma a minorar os riscos que o acidente «comporta para a saúde pública, nomeadamente para os banhistas desta zona», evitando ao mesmo tempo a «divulgação de uma imagem negativa do concelho».

Álvaro Cunhal em Campo Maior Visitas, encontros e comício com gente viva e entusiástica

Tarde e simultaneamente de domingo e de feriado. O Presidente do Conselho Nacional do Partido, camarada Álvaro Cunhal, faz de novo esta viagem, pelo distrito de Portalegre, visitando e contactando as populações concelhos de Elvas e de Campo Maior, a terminar à noite no comício, junto ao jardim público desta vila do Alto Alentejo. Uma viagem pontuada mais pelo calor da recepção que do Estio, sublinhado pelo entusiasmo, por abraços e vivas.

No Largo da Feira de Barbacena, muita gente para a pequenez da terra. São cerca das 18 horas, hora marcada, hora cumprida, quando o dirigente comunista se encontra com os moradores. Breves palavras, lembrando a situação política e a grave crise que o país vive e que no Alentejo mais fortemente se sente, e ainda mais fortemente quando, como em Barbacena, a autarquia não é CDU.

Com efeito, a CDU, nesta terra alentejana, foi forçada a votar contra a construção de um bairro que não é acessível aos trabalhadores-reformados da terra...

Santa Eulália. Meia hora depois, o vasto largo encontrava-se cheio, quase a desmentir a desertificação alentejana. Muita gente, e gente jovem, a aguardar o Presidente do CN do PCP. E a colocar questões, correspondendo ao convite expresso por Álvaro Cunhal. Alguns populares não se fazem rogados com o microfone. Queixas de uma vida de trabalho e de dificuldades, que são outras tantas acusações à política antipopular do Governo de Cavaco Silva.

A viagem continua e novo concelho, o de Campo Maior, é abordado pelo dirigente do PCP. Desta vez, o encontro está marcado para as 19 e 30, em Degolados. E a conversa, breve, decorre perto das instalações da Junta

de Freguesia. Bom local para lembrar a todos que, nas passadas autárquicas, a CDU ali perdeu, por poucos votos, a Presidência. A recuperar nas próximas.

Por fim, Campo Maior. Onde, junto ao Jardim Público, a multidão aguarda e participa vivamente no comício, em que toma a palavra um vereador da CDU antes de, em improviso, o Presidente do CN do Partido falar sobre a actual situação política. Na tribuna com dirigentes locais do Partido, encontra-se a camarada Bernardina Sebastião, membro do Conselho Nacional do PCP.

Findo o comício, é ainda tempo de abraços. E de conversar com alguns dos presentes que procuram Álvaro Cunhal para o saudar, lhe falar dos mais variados problemas da situação económica e social. No ambiente de franqueza e de camaradagem que caracteriza as iniciativas dos comunistas.



Encontro em Degolados



Durante a visita a Barbacena



Santa Eulália. A juventude estava lá



Comício em Campo Maior

Promover a divulgação de «O Militante»

A luta ideológica exige que a imprensa do Partido seja muito mais divulgada e que a sua leitura ajude o esclarecimento dos que a lêem e os incite a transmitir as informações, as posições e a orientação do PCP. Para animar uma maior divulgação de «O Militante», o próximo número de Setembro-Outubro terá 80 páginas e comporta dois destacáveis. Um com 4 páginas e uma informação sintética a apresentar a XVII Festa do «Avante!». O outro corresponde a 8 páginas normais e constitui o primeiro Quadro da História de Portugal, ini-

ciativa que assenta num grupo de camaradas que escreverão para «O Militante» um série de 12 artigos. O grupo é formado por Ana Reis, Helena Barata-Moura, Isabel Augusta Mourão, Lurdes Silva e Manuela Esteves, que são licenciadas em História e professoras, e por Armando Castro, professor catedrático jubilado.

Esta promoção de «O Militante» tem de contar com a atenção dos organismos dirigentes desde as DORS aos organismos de direcção de qualquer organização, sector ou frente de trabalho. Tem de contar

com todos aqueles que, compreendendo a importância da divulgação da nossa imprensa, saibam actuar no sentido de vencer as dificuldades conhecidas da pequena apetência pela leitura ou da falta de tempo e outras razões que objectivamente dificultam a participação dos comunistas na actual luta ideológica.

Com já foi dito, o número de Setembro-Outubro será colocado no circuito comercial e será enviado a mais de mil camaradas e amigos aos quais se dirige um apelo para a sua assinatura.

Comentário do PCP sobre decisões do TC

No passado dia 12 do corrente o Gabinete de Imprensa do PCP tornou público o seguinte comentário sobre as decisões tomadas então pelo Tribunal Constitucional:

«As declarações de inconstitucionalidade de diversas normas das leis sobre o segredo de Estado, do combate à corrupção e de alteração do Estatuto dos Magistrados hoje tornadas públicas pelo Tribunal Constitucional confirmam o acerto e o fundamento da iniciativa do Presidente da República que as suscitou.

«Ao mesmo tempo, põem em evidência a falta de fundamento, a má-fé eo desejo de impunidade que têm inspirado as violentas críticas do Governo ao legítimo recurso pelo Presidente da República à fiscalização preventiva da constitu-

cionalidade de importantes diplomas aprovados pela maioria parlamentar do PSD.

«Sem prejuízo de uma anterior avaliação que tenha em conta o conhecimento completo dos respectivos acórdãos, o PCP, que na Assembleia da República votou contra estes diplomas, considera que estas decisões do Tribunal Constitucional poderão ter uma projecção positiva para a luta do que tem de continuar contra a política nefasta e de persistente afrontamento da legalidade democrática e constitucional que o Governo do PSD desenvolve.

«O PCP chama entretanto a atenção para que os prejuízos para a democracia e as liberdades que decorrem do conteúdo destes diplomas excedem largamente a importante questão da inconstitucionalidade de algumas das suas normas.»

PCP/Açores reclama actualização do preço do leite à produção

O preço do leite à produção, a eventual redução dos serviços do Estado e a possibilidade de virem a ser depositados no Atlântico resíduos nucleares, foram alguns dos problemas que mereceram aprofundado estudo por parte do Secretariado da Direcção da organização da Região Autónoma dos Açores que, sobre os mesmos, emitiu um comunicado, no qual sublinha ainda ser urgente e de grande importância política que as «várias vertentes do descontentamento existente, nomeadamente os partidos da oposição parlamentar, mantenham entre si, tal como aconteceu ao longo do 1.º semestre, os contactos e as convergências que possibilitem a realização de acções, nos planos político e social, que possam contribuir para uma alteração positiva e significativa da situação actual».

Sobre a questão do preço do leite à produção, «o Secretariado da DORAA entende, fundamentalmente, que as ajudas comunitárias ao sector devem ser utilizadas no desenvolvimento de um processo de construção de um preço do leite à produção que viabilize a produção leiteira», afirmando mais adiante:

«A construção de um preço ao produtor que viabilize a produção exige uma convergência de acções que passa pela redução dos custos dos factores de produção, pela utilização racional e prolongamento das ajudas comunitárias destinadas a evitar a degradação do preço, pelo cres-

cimento da capacidade competitiva da indústria e pela progressiva melhoria da qualidade do leite produzido e valor característico dos produtos transformados.

«Não é aceitável a tese de que as ajudas comunitárias apenas servem para evitarem ou minorarem descidas nominais do preço pago ao produtor, reservando a totalidade da ajuda para a indústria. É necessário não esquecer que o preço do leite ao produtor nos Açores é mais baixo do que no Continente em mais de 10 escudos em litro e que a progressiva modernização das explorações, se é certo que faz aumentar a produtividade, também é certo que faz, nesta fase, crescer os custos de produção por litro e cria elevadíssimos encargos financeiros à lavoura.

«O necessário crescimento do preço do leite ao produtor é, pois, urgente e essencial à manutenção da actividade, devendo ser encontrado no seio de um quadro global que permita também a manutenção da viabilidade económica da indústria de lacticínios.»

Sobre esta matéria, o PCP/Açores reclama que, «através do diálogo, seja iniciado um processo de actualização do preço do leite à produção, utilizando as ajudas comunitárias e que tenha em conta a necessidade de simultaneamente ser viabilizada a produção de leite e o fabrico de lacticínios.»

E ainda que «as autoridades regionais e nacionais desenvolvam esforços coordenados no sentido

de, quer através da aplicação do POSEIMA e criação de um POSEIMA 2, quer através de outros programas, medidas e ajudas poderem ser reduzidos os custos de produção, transformação, transporte e comercialização que viabilizem, em definitivo o sector.

«Nos últimos tempos tem havido notícia da intenção de se realizarem reestruturação nos serviços do Estado existentes na Região, reestruturações essas que apontam para a diminuição de serviços e redução de postos de trabalho. Vai nesse sentido o novo projecto de lei orgânica da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos.»

Tendo examinado a problemática relacionada com as tentativas de virem a ser depositados resíduos nucleares no Atlântico, o Secretariado da DORAA protestou contra a utilização dos mares para tal fim, sublinhando que a Moratória de 1982, a ser rediscutida em Novembro próximo, deve ser mantida em vigor.

Recordando que as duas zonas demarcadas pela OCDE se encontram muito próximas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Secretariado da DORAA propôs «a todas as forças políticas e sociais, organizações não governamentais e Órgãos de Governo próprio dos Açores que se empenhem na criação de um amplo movimento de opinião regional contra a utilização do Atlântico como cemitério de materiais radioactivos.»

CAMARADAS FALECIDOS

FRANCISCO CAVACO

Membro da Organização da Freguesia de Venteira, Amadora, faleceu no passado dia 27 de Julho o camarada Francisco Gonçalves Cavaco.

GUILHERME ANÍZIO

Faleceu no passado dia 7 do corrente, com 65 anos de idade, o camarada Guilherme Anízio. Tendo aderido ao Partido muito jovem, o camarada esteve longos anos emigrado em Colónia, na RFA, onde exerceu funções de responsabilidade junto dos núcleos de emigrantes comunistas membros do PCP. Actualmente fazia parte da organização do Partido no concelho de Torres Vedras.

CÂNDIDO GUERRA

Com 61 anos de idade, faleceu subitamente o camarada Cândido Augusto Guer-

ra, engenheiro civil, natural de Valpaços. Residia no Porto, onde exercia a sua profissão e militava no Partido, de que era membro desde 1974, tendo sido reeleito há poucos meses para a Direcção do Sector Intelectual do Porto. Pertenceu também ao Conselho Directivo da Associação Portugal-URSS. No funeral estiveram presentes delegações da DORP e do Sector Intelectual do Porto do PCP.

BÁRBARA SALVADOR

Faleceu em 13 de Agosto, com 54 anos de idade, a camarada Maria Bárbara de Jesus Salvador. Muito activa militante do Partido, mulher e mãe de camaradas, era membro da Comissão de Freguesia de Corroios do PCP.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o Colectivo do «Avante!» apresenta as suas sinceras condolências.

TRABALHADORES

Aumento intercalar em 1993 ou abertura das negociações

— exige plataforma da Função Pública

A plataforma reivindicativa da Função Pública exige um aumento salarial intercalar de 4%, ainda este ano, numa proposta cujas linhas gerais estão a ser discutidas em plenários de trabalhadores e que deverá ser aprovada num plenário de sindicatos ainda no mês de Agosto. Na proposta exige-se também a suspensão imediata da aplicação da «lei dos disponíveis».

Nelson Raleiras, dirigente da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, disse à agência Lusa que, se o Ministério das Finanças não iniciar até ao fim deste mês as negociações da revisão salari-

al para 1994, aquela proposta será formalmente apresentada a Braga de Macedo no início de Setembro.

Os sindicatos da plataforma reivindicativa recordam os aumentos de 5% impostos aos trabalhadores da administração pública em 1993, enquanto a média nos restantes sectores ultrapassou os 8%.

As negociações da revisão salarial de 1993 foram iniciadas a 28 de Julho do ano passado. Até à semana passada, os sindicatos ainda não haviam sido convocados para qualquer reunião no Ministério das Finanças sobre a revisão salarial de 1994.

Intoxicação

Trabalhadores do Instituto Português de Sangue foram vítimas de intoxicação por gases de tintas e colas provenientes dos materiais usados nas obras que ali estão a ser feitas sem que o trabalho normal seja interrompido, denunciou segunda-feira o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, que protesta pelo barulho que os trabalhadores são obrigados a suportar no IPS e denuncia situação semelhante (obras sem mudança de pessoal) no Instituto Nacional da Propriedade Industrial.



Este novo despedimento colectivo no Sheraton envolve, além de 4 dirigentes sindicais (na foto, durante a conferência de imprensa da semana passada, acompanhados pelo presidente do sindicato, Rodolfo Caseiro), outros trabalhadores que se têm mostrado incómodos e que, inclusivamente, já derrotaram em tribunal a administração do hotel

Despedimento no Sheraton é medida política

— acusa o sindicato da Hotelaria

Depois do despedimento colectivo de Agosto de 1992 e das chamadas rescisões por mútuo acordo, o Hotel Sheraton reduziu o quadro de 450 para 280 trabalhadores. Recentemente, avançou com a intenção de mais um despedimento colectivo, abrangendo desta feita 26 pessoas, entre os quais se encontram 4 dirigentes sindicais e onde não se encontra nenhum dos 40 nomes que integram a lista dos que se propõem negociar a rescisão dos contratos.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, numa conferência de imprensa que deu na semana passada à porta do hotel, classificou esta tentativa de despedimento como «uma medida claramente política», «sem qualquer justificação séria em termos económicos». Além disso, afirma o sindicato, «é uma medida irresponsável, que põe em causa o futuro da empresa».

Na véspera da conferência de imprensa, realizou-se, revelaram os dirigentes sindicais, «um dos maiores plenários de sempre» no hotel, onde as estruturas representativas ficaram mandatadas para desencadear formas de luta. Aos jornalistas foi ainda denunciado o clima de intimidação que os responsáveis do hotel alimentam e que, nesse mesmo dia, teve mais uma manifestação: trabalhadores foram ameaçados pela governanta de andares para que não se deslocassem à entrada do hotel durante a conferência de imprensa.

Já anteontem o sindicato emitiu uma nota de imprensa denunciando a «chantagem ver-

gonhosa» que a administração agora quer fazer, a pretexto do despedimento: os patrões do Sheraton apresentaram uma proposta de indemnização para eventuais rescisões por mútuo acordo, mas discriminaram os 4 dirigentes sindicais envolvidos e afirmam que a solução da situação dos restantes trabalhadores depende da aceitação do despedimento pelos sindicalistas.

Esta é uma atitude «incrível e condenável a todos os títulos», para o sindicato, que afirma que os dirigentes «não aceitam esta vergonhosa violação dos seus direitos, nem esta sanção encapotada devido ao desempenho das suas funções sindicais, e irão até às últimas consequências na defesa desses direitos».

SAAL

Os trabalhadores da Sociedade Abastecedora de Aeronaves, que já não recebem salários desde Abril do ano passado devido à «irresponsabilidade de gestão da gerência com a desactivação da empresa» - como refere uma nota das estruturas representativas do sindicato da Hotelaria do Sul - foram no final de Julho confrontados com o corte do fornecimento de energia eléctrica. Os responsáveis da SAAL retiraram agora as refeições às três dezenas de trabalhadores que se mantêm na empresa «para salvaguardar o património» enquanto decorre o processo em tribunal, denunciando sexta-feira o sindicato, acusando a gerência de pretender que aqueles funcionários abandonem as instalações.

TRABALHADORES

Eleitos das listas unitárias contra os 5,52% É um mau acordo para os bancários

As direcções sindicais cederam às chantagens do Governo e dos banqueiros e não deram expressão ao descontentamento dos trabalhadores

Na semana passada foi assinado um acordo que prevê uma actualização salarial de 5,52% para os trabalhadores da banca privada, depois de um processo negociado à moda da UGT pelos dirigentes socialistas e social-democratas dos sindicatos bancários, com a oposição dos comunistas e demais eleitos nas listas unitárias. Fátima Amaral, que faz parte da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e participou nas negociações com os representantes da associação patronal, Alexandre Reis, membro da comissão sindical da União dos Bancos Portugueses e do Conselho Geral do SBSI, e Vítor Silva, delegado sindical no Banco Pinto e Sotto Mayor, expuseram ao «Avante!» as razões por que consideram que este é um mau acordo, sublinhando que seria possível se os sindicatos se tivessem apoiado na unidade e na força dos trabalhadores.

O acordo, firmado a 10 de Agosto e ratificado pelos conselhos gerais dos sindicatos no dia seguinte, é considerado mau, segundo os nossos entrevistados, porque:

- significa na prática a aceitação de um tecto salarial, como Governo e banqueiros pretendiam desde o início, e de uma quebra real do poder de compra dos bancários;

- pela primeira vez, não envolve a totalidade das instituições de crédito, o que põe em causa a contratação colectiva como instrumento de aplicação universal em todo o sector, abrindo as portas, por exemplo, ao pagamento de diferentes remunerações-base mínimas; sem actualização salarial garantida estão ainda cerca de 30 mil trabalhadores e reformados dos bancos públicos que, obrigados pelo Governo, não assinaram o acordo;

- à estratégia patronal de contenção salarial não se contrapôs uma intervenção sindical de resistência, de denúncia pública e de mobilização da classe contra aqueles objectivos.

Podia ser melhor

Os eleitos unitários nas estruturas representativas dos bancários reafirmam que havia condições para uma revisão salarial digna. Em várias ocasiões e por diversos meios, referiram que a banca teve, em 1992, lucros de 145 milhões de contos e aumentos de produtividade



Vítor Silva, Fátima Amaral e Alexandre Reis na Redacção do «Avante!»

muito superiores à média nacional e manteve os custos com pessoal (onde inclui os encargos com os reformados) em menos de 10% dos custos totais (quando a média nacional é de 17%). Face a tal situação, a proposta inicial de 4% apresentada pela Associação Portuguesa de Bancos para a actualização dos salários em 1993 motivou descontentamento e indignação entre os bancários, sentimentos acentuados pela postura intransigente dos representantes da associação patronal.

Quanto à proposta sindical - que, por insistência e empenhamento dos eleitos unitários foi fixada em 10,37%, valor considerado como moderado -, ela desceu para 8% logo na primeira reunião de negociações... e veio por aí abaixo. «Nunca houve uma tão grande descida da proposta sindical e uma tão pequena subida da proposta patronal», realça Vítor Silva.

«Os bancários foram completamente marginalizados» do processo, acusa Fátima Amaral, referindo que «a única iniciativa» para dar voz à classe partiu dos eleitos unitários, que promoveram um abaixo-assinado, enviado à Associação Portuguesa de Bancos, em que os trabalhadores se afirmam «convictamente dispostos a defender» a última proposta sindical, de 8%, considerada «uma plataforma mínima da dignidade da classe». O documento foi bem acolhido e recolheu milhares de assinaturas, afirmam os eleitos unitários, mas as direcções e os conselhos gerais dos sindicatos «não viram melhor alternativa que assinar» os 5,52%. E quando alguém pretendeu dizer que havia outro caminho, logo se impôs o peso da maioria socialista e social-democrata, como sucedeu no CG do SBSI, onde nem sequer foram admitidas para discussão as propostas apresentadas pelos eleitos nas listas unitárias.

Mais males vêm aí

Para além das consequências imediatas deste acordo, os dirigentes sindicais socialistas e social-democratas prestaram ainda outros maus serviços à classe, acusam os eleitos unitários.

Depois de um processo negociado como este, os sindicatos vêm a sua credibilidade seriamente prejudicada junto dos trabalhadores - o que o Governo e os banqueiros não deixarão de ter em conta no futuro.

Especial gravidade deverá assumir a ofensiva contra o emprego e a estabilidade, alertam os nossos entrevistados. Em declarações públicas mais ou menos veladas, os bancos vêm manifestando a intenção de se desfazerem de trabalhadores que consideram excedentários (são estimados em cerca de 8500 os postos de trabalho a eliminar em apenas 4 bancos: BPSM, BNU, BESCL e BFB).

Com a ameaça de desemprego por pano de fundo, não deixarão de ser atacadas as regalias sociais e os direitos conquistados pelos bancários. Um ponto quente, prevêem os eleitos unitários, será certamente a chamada mobilidade geográfica, que significa, na prática, a generalização das transferências compulsivas.

Continuará também, sem dúvida, o ataque à contratação colectiva, com o objectivo de a esvaziar cada vez mais no dia-a-dia. É o que já se passa, por exemplo, com o horário de trabalho, que desde antes do 25 de Abril está consagrado como 35 horas semanais, mas é desrespeitado todos os dias pelas instituições bancárias, que obrigam os seus funcionários a prestarem trabalho extra sem qualquer remuneração.

«E face a estes problemas, qual vai ser agora a resposta dos sindicatos?» - questionam os nossos entrevistados com inquietação, contestando veementemente a existência de quaisquer excedentes e sublinhando que até há falta de pessoal, nomeada-

mente no atendimento ao público em muitos balcões.

Não cruzar os braços

Para Vítor Silva, que refere a experiência do seu local de trabalho, o acordo da semana passada veio desmascarar «este estilo de sindicalismo, dos craques fechados no gabinete a discutir com os senhores da banca». Fátima Amaral vê neste caso «o retrato de como a UGT encara os problemas, menosprezando e mesmo desprezando a capacidade reivindicativa dos trabalhadores». Alexandre Reis, englobando outras situações anteriores, verifica que «isto não acontece por acaso», antes decorre de uma estratégia política que não teve uma estratégia sindical a contrariá-la e cuja concretização foi dificultada pela oposição dos comunistas, quer nos locais de trabalho, quer nos órgãos para onde foram eleitos.

Neste momento, as direcções sindicais aguardam que decorra um prazo de 15 dias para que o Governo responda aos ofícios que lhe enviaram e em que reclamam a alteração da posição dos responsáveis da banca pública. Mas os eleitos nas listas unitárias não estão dispostos a ficar de braços cruzados, entendendo que «os bancários vão ter que demonstrar a sua indignação» pela divisão artificial da classe que o acordo celebrado com a banca privada representa e também pela quebra de poder de compra que lhes querem impor (seja com uma actualização salarial de 5%, como pretende o Governo, seja de 5,52%, como os sindicatos aceitaram para os bancos privados). Para os próximos dias estão a estudar formas de dar expressão ao justo descontentamento que os bancários sentem.

«Nas próximas eleições há que ter em conta esta experiência», é a resposta para o nosso «até quando vão os bancários ter que deparar-se com casos destes nos seus sindicatos?». Realçando que falam «sem eleitoralismos», os nossos entrevistados afirmam-se convictos de que «é necessário reforçar as posições das listas unitárias» nos órgãos sindicais. Mas, enquanto o dia das eleições não chega, «vamos continuando a batalhar». O que é natural, para quem entende que, a par de uma negociação séria, a mobilização e a luta dos trabalhadores são indispensáveis no processo de reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho.

DE FÉRIAS... DEFINITIVAMENTE

A CGTP alertou para a eventualidade de algumas empresas não voltarem a abrir quando terminar o período de férias. «Os salários e os subsídios de férias em atraso são, em muitos casos, antecâmara de despedimentos e encerramentos de empresas», afirmou José Ernesto Cartaxo, numa conferência de imprensa dada em Lisboa na semana passada. Referindo como exemplo o caso do INETI, onde estão a ser preparadas listas de «disponíveis», o dirigente da central, citado pela Lusa, acusou o Governo e o patronato de aproveitarem o período de férias para preparar novos despedimentos, agravando ainda mais uma situação social que é muito diferente do oásis da propaganda oficial. A CGTP referiu, a propósito, que no distrito de Lisboa o número de desempregados aumentou em 37 mil pessoas só no primeiro trimestre deste ano, enquanto no distrito de Setúbal se verificaram «grandes perdas de emprego», nomeadamente nos sectores naval, químico, automóvel, eléctrico, têxtil, cimenteiro e siderúrgico. No Porto, afirma a central, o número de desempregados poderá chegar em breve aos 70 mil.

Por outro lado, «o próprio discurso da crise está a ser utilizado pelas forças conservadoras para preparar ataques aos direitos dos trabalhadores» e para «uma clara chantagem entre ter emprego e ter aumentos salariais, entre ter emprego e ver reconhecida a dignidade social do trabalho», afirmou José Ernesto Cartaxo.

ÉVORA

Trabalhadores da agricultura, da metalurgia e dos mármore estão a entrar de férias sem que lhes seja pago o respectivo subsídio, revelou a União dos Sindicatos do Distrito de Évora.

Esta estrutura intermédia da CGTP analisou na passada sexta-feira a situação económica e social no distrito, constatando o agravamento do desemprego e dos salários em atraso.

Numa nota de imprensa que fez chegar à nossa redacção, a USDE informa ainda que foi alertada para o facto de os centros de emprego estarem a criar dificuldades administrativas ao registo dos trabalhadores desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego. Para o dia 15 de Setembro a união convocou um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais.

SETÚBAL

Há no distrito de Setúbal cerca de 75 mil pessoas que aguardam em longas filas de espera que lhes seja atribuído um médico de família, denuncia a união dos sindicatos. Numa nota distribuída à imprensa na semana passada, a USS/CGTP exige do Governo «medidas imediatas em matéria de Saúde, designadamente ao nível da assistência médica para toda a população, com a atribuição rápida de médicos de família para todos os utentes há longos meses à espera, bem como o fim das infundáveis listas das consultas de especialidade».

A União dos Sindicatos de Setúbal contesta o DL 11/93 (sobre o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde) que «inflète as regras do sistema que nos últimos 30 anos tem presidido à prestação de cuidados de saúde em Portugal» e, em particular, vai acentuar ainda mais «a mão governamentalista na gestão da Saúde».

RENOVA

A Renova, a pretexto de uma reestruturação que pretende efectuar, está a aliciar «de forma condenável» traba-

lhadores para que rescindam os seus contratos. Aquela papeleira do distrito de Santarém, denuncia o sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas, tem tentado que trabalhadores, alguns com muitos anos de casa ou em situação de baixa, aceitem rescindir os contratos de trabalho a troco de verbas simbólicas (entre dez e cinquenta por cento daquilo a que têm direito), o que «devia merecer, por parte dos organismos oficiais, uma imediata intervenção».

TAVEIRO

Três dezenas de trabalhadores (maioritariamente mulheres) da cerâmica Argus, de Taveiro (Coimbra) paralisaram na semana passada durante quatro horas e meia, exigindo o pagamento dos salários em atraso, referentes a parte de Junho, Julho e subsídio de férias. Os trabalhadores, informou a Lusa, deslocaram-se às instalações da Ladricer, unidade fabril do mesmo grupo, onde a administração lhes prometeu «resposta concreta» em 24 horas.

FAMEL

A fábrica de motorizadas Famel pagou apenas 10 contos a cada um dos seus 300 trabalhadores antes de estes irem de férias, denunciou o sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro na semana passada. Aquela importância foi paga por conta dos salários de Julho e do subsídio de férias.

S. JACINTO

A meio da semana passada administração dos Estaleiros de São Jacinto ainda não tinha pago o salário de Julho nem o subsídio de férias, e não dava garantias quanto ao pagamento do salário de Agosto, enquanto decidiu adiar o período de férias que deveria ter-se iniciado a 2 de Agosto - revelou o sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, para quem a situação dos trabalhadores se agrava ainda mais com o espectro da suspensão do trabalho no estaleiro a partir de 1 de Setembro.



Pérolas do cavaquismo

■ Carlos Gonçalves

A Amnistia Internacional (A.I.), no seu relatório de 1992, denunciou mais de 160 países do mundo, entre os quais Portugal, de graves e diversificadas violações dos direitos humanos.

O procedimento do Governo face a estas acusações foi de molde a que se registem no respectivo dossier mais umas quantas pérolas da ética política cavaquista, se ponderem as suas responsabilidades reais e se questione o seu futuro.

O relatório da Amnistia Internacional

Nem sempre a A.I. terá demonstrado a imparcialidade que preconiza ou entendido a efectiva dimensão dos atentados aos direitos humanos, mas essa constatação não permite escamotear o carácter intrinsecamente inaceitável e muitas vezes criminoso das violações referidas.

Por isso mesmo e não havendo por enquanto o despudor de catalogar a A.I. entre as "forças de bloqueio" ao cavaquismo, as respectivas acusações, relativas a Portugal, devem ser motivo de profunda preocupação e reflexão para todos os cidadãos no uso das suas capacidades críticas.

Diz a A.I.: "... houve alegações de torturas e maus tratos pela polícia e guardas prisionais. Os inquéritos judiciais e administrativos sobre estas alegações foram quase sempre demorados e inconclusivos ..." e acrescenta relatos de envolvimento de diversas forças de segurança em abusos de autoridade, insultos racistas, agressões, maus tratos, violência desmesurada, sevícias, torturas, morte por violência policial, etc.

Mesmo que nem tudo seja verdade é um rosário revoltante a que se soma a acusação de, desde Março de 1990, o Governo não apresentar às Nações Unidas, conforme se obrigou pela assinatura portuguesa da "convenção contra a tortura", qualquer relatório relativo às medidas tomadas para evitar este tipo de procedimentos.

A desvergonha

A este quadro, a estas acusações, o Governo disse nada, nem um assumir de responsabilidades, nem uma orientação, nem uma decisão.

O Primeiro-Ministro, na entrevista de 13 de Julho à RTP, relativamente à generalidade dos escândalos que têm envolvido o Governo - saúde, educação, agricultura, finanças, administração interna, etc. - remeteu-nos para a teoria da "falha humana" e optou pela subvalorização dos problemas.

Simultaneamente, assumiu a plenitude dos "éxitos" do seu Governo, remeteu os seus ministros ao papel de executores da sua política e os secretários de Estado ao papel de meros "ajudantes" não integrantes do Governo (pela

vados por falta de provas", ou subvalorizar o carácter das violações referidas pela A.I.

Quanto ao M.A.I., pressionado pelos jornalistas, lá soltou umas declarações circunstanciais de passa culpismo, citadas no telejornal de 8 de Julho, do tipo: "não é possível responder pelos 43 000 homens das forças de segurança" ou "sempre que se considere que houve um desvio ... há uma sanção, ... a maior parte das vezes há uma expulsão ...".

Mas já em 20 de Julho, numa grande entrevista ao Diário de Notícias em que dispôs de todas as hipóteses para falar do assunto, optou por esquecer-lo, preferindo tecer loas à sua gestão do Ministério e encontrar explicações estapafúrdias para as actividades ilegais do Serviço de Informações de Segurança (SIS).

Sintomaticamente, achou o momento indicado para deixar antever um ligeiro distanciamento pela direita rela-

económico-social promove a miséria, o desemprego e a marginalidade, o caldo de cultura em que medram os fenómenos da criminalidade e da violência, da xenofobia e do racismo, do autoritarismo e da repressão.

A generalidade das forças de segurança e dos respectivos profissionais não foram, até ver, arrastados para esta espiral de violência e repressão, mas com esta política e este Governo, com esta desvergonha de fugir às responsabilidades, que está à altura do seu vezo autoritário e da sua hipocrisia, o governo alimenta uma chaga que pode vir a assumir dimensões de enorme gravidade.

Um bom exemplo

Quando lhe convém, o Governo do PSD tem enchido a boca com os parceiros comunitários para justificar, pela positiva ou pela negativa, conforme lhe seja despidoradamente oportuno, os "sucessos" e fracassos da sua política.

Neste caso, Portugal aparece acusado no relatório da A.I. ao lado dos paradigmas do sistema - quase todos os parceiros comunitários e os E.U.A.

O Governo tenta assim fazer passar a ideia de que a situação não é grave já que estão também envolvidos esses países.

Pura hipocrisia.

Em primeiro lugar, porque a boca cheia de direitos humanos dos governos destes países, principais promotores do "direito de intervenção humanitária", é colocada por este relatório nas categorias políticas adequadas: propaganda e demagogia. Daí que o Governo do PSD não tem neste caso boas, mas apenas más, companhias para apresentar.

Em segundo lugar, porque mesmo entre os parceiros comunitários, e em famílias políticas teoricamente mais à direita que a do Governo, houve quem reagisse com outra preocupação e seriedade a estes e outros atentados policiais aos direitos humanos.

É o caso do ministro do Interior, "democrata cristão" da Alemanha, Rudolf Seiters, que se demitiu em 4 de Julho na sequência dum operação antiterrorista das forças de segurança alemãs, em que foi executado, por um agente policial, um membro do grupo terrorista Badden-Meinhof.

O ministro demitiu-se "assumindo plenamente as suas responsabilidades", enquanto a oposição exigia a demissão de diversos altos funcionários, incluindo o ministro da Justiça.

É um exemplo de alguém que assumiu as suas responsabilidades, um bom exemplo comparativamente com este caso do relatório da A.I. respeitante a Portugal.

E um caminho a seguir

Por cá, pelo Governo do PSD, não só não se demitem por causa dos muitos escândalos, provavelmente bem mais graves do que este da Alemanha, como nem sequer assumem as suas responsabilidades ou demonstram a vontade política de enfrentar e resolver os problemas.

Dir-se-ia que este é um Governo que se retrata tão-só na sua televisão e se interroga apenas quando o seu "Chefe" o decide, um governo contentinho, insensível aos desastres da sua política, indiferente aos protestos que provoca e imune às manchas que o cobrem.

Pura ilusão.

Este é um Governo que todos os dias perde apoio popular, um Governo em que cresce a desorientação e a desvergonha e que acabará por pagar por isso.

É um governo em que se alarga o rol de ministros que se deviam demitir, se lhes restasse um mínimo de dignidade e sentido de Estado.

Da sua demissão não viria certamente grande mal ao mundo, como não veio de anteriores demissões de ministros cavaquistas, da Administração Interna, da Educação ou da Saúde.

Mas porque se não demitem, porque se agravam os males maiores da sua continuidade enquanto Governo com esta política, e porque ao fim e ao cabo - como diz Cavaco Silva - nem são muitos, só ele e mais 16 ministros, vai sendo tempo de arranjar maneira de os mandar às malvas.

Mas todos,

A propósito do relatório da Amnistia Internacional

tivamente a Cavaco Silva, que vai sendo preciso, desde já, marcar posições para futuras batalhas.

Em suma, sobre mais este escândalo o Governo nada tem a adiantar aos portugueses excepto um olímpico, hipócrita e inaceitável gesto de Pilatos e mais umas quantas pérolas de desvergonha, para arquivo no respectivo dossier da falta de ética do cavaquismo.

Responsabilidades efectivas

Mas são evidentes as responsabilidades concretas deste Governo no agravamento da situação de desrespeito dos direitos humanos por sectores das Forças de Segurança.

Desde logo - prova circunstancial - porque se verifica como que um retrocesso, já que o nosso país conseguiu, durante a década de 80, reduzir substancialmente, ou mesmo fazer desaparecer, a referência a Portugal dos relatórios anuais da A.I.

Isso foi possível pela constante luta dos cidadãos em defesa dos seus direitos, pelo crescimento da consciência cívica dos profissionais das forças de Segurança e pela intervenção das magistraturas e da Provedoria de Justiça.

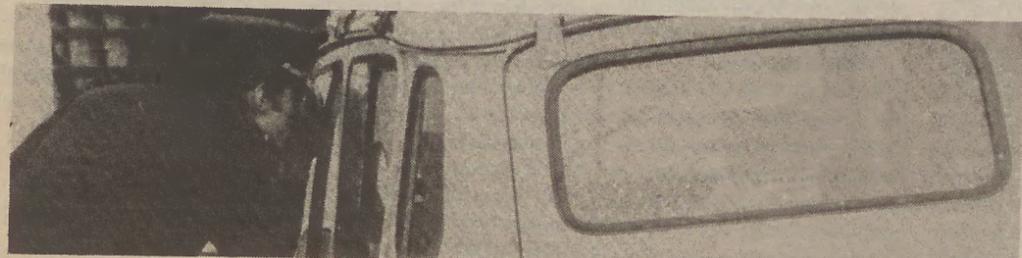
Este "regresso ao passado" - prova factual - surge agora, na decorrência da adiada prossecução do projecto do PSD de aviltamento autoritário e governamentalizador do regime democrático constitucional.

Todas as medidas políticas, legislativas e administrativas no sentido da estrita concentração de poderes nas mãos

do Governo, do esvaziamento de competências e capacidades de intervenção e fiscalização dos outros Órgãos de Soberania, do ataque à autonomia das ma-

gistraturas e à independência dos Tribunais, da implementação do segredo de Estado, da restrição de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, da cassação dos direitos à imigração e asilo, da governamentalização e desjudicialização de aspectos sensíveis da investigação criminal, do acentuar da militarização da G.N.R. e mesmo da P.S.P. e do reforço da actividade ilegal dos Serviços de Informação, todas estas medidas contribuem significativamente para o pendur autoritário, repressivo e de absoluta impunidade que conduz aos casos de violência policial arbitrária e mesmo tortura a que faz referência o relatório da A.I.

O governo do PSD - como se vê e percebe - é o principal responsável por esta inquietante situação que entretanto procura escamotear, ao mesmo tempo que pela sua política



lógica desta "escala social" a generalidade dos cidadãos deve andar muito próxima de percevejos).

Para o Primeiro-Ministro - era de esperar -, escândalos e fracassos do Governo não existem e ou são meros falhanços do "pessoal menor", ou invenções das "forças de bloqueio".

Quanto ao ministro da Justiça, nada deixou transparecer, que nestas coisas o melhor é mesmo fazer de conta que não é nada com ele, não se vá chamuscar a sua "imagem pública" de "homem de consensos", construída - segundo o Expresso - à custa de "excelente oratória".

Optou por esquecer que os Serviços Prisionais dependem do seu Ministério e, quanto à Judiciária, escondeu-se atrás de quem deu a cara para explicar os "processos arqui-

EM FOCO

Governo PSD continua de costas para os emigrantes

— PCP exige debate nacional

Na passada sexta-feira, o PCP promoveu uma conferência de imprensa para divulgar as conclusões da reunião do Organismo de Coordenação na Europa. Na iniciativa participaram Manuel Sobral, membro da Comissão Política, João Armando, membro da Direcção de Organização na Emigração, José Carrajola, membro do Organismo de Direcção na Região de Paris, e Carlos Vicente, membro do Organismo de Direcção Nacional na Alemanha.



1 — O Organismo de Coordenação na Europa do PCP (OCE), analisando a situação dos emigrantes portugueses na Europa, concluiu que a política de emigração do Governo do PSD é uma política errada, de costas para os emigrantes e onde impera a demagogia.

Com efeito, ao eleger como questão central, em matéria de política de emigração, o voto dos emigrantes para as presidenciais que é propagandeado até à exaustão, o Governo escamoteia a realidade e ignora os principais problemas das comunidades portuguesas, nomeadamente nas áreas do ensino, da cultura, das questões sociais e dos serviços consulares. Ao mesmo tempo, foge ao diálogo, em particular com o movimento associativo, principal estrutura representativa dos emigrantes.

Porque na sua grande maioria as comunidades portuguesas, bem como os novos emigrantes, continuam a ser trabalhadores por conta de outrem e porque continua a crescer assustadoramente o desemprego em Portugal e noutras partes europeias, é necessário corrigir esta política, definir prioridades, pôr termo à política de remendos e de respostas pontuais, visando unicamente obter efeitos mediáticos.

O OCE considera necessário e urgente a realização de um debate nacional sobre esta problemática.

2 — É extremamente preocupante o discurso oficial que não se cansa de anunciar o fim da emigração a pretexto de que Portugal está a tornar-se um país de imigração. Procura-se assim mistificar a realidade: os portugueses continuam a emigrar aos milhares, por vezes em situação de grande precariedade e clandestinamente, e não faltam exemplos — Espanha, França, Alemanha e Suíça.

Mas, para o Governo português, não existe movimento emigratório tão-somente porque não existe nenhum mecanismo estatístico nem de controlo (do INE ou do MNE) que acompanhe este movimento.

3 — As orientações do Governo na área da promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro são desastrosas. É o próprio ministro Couto dos Santos que o reconhece quando afirma que a política para o ensino da nossa língua no estrangeiro é «irracional, ineficaz e desenquadrada da realidade» (declarações feitas quando da tomada de posse do presidente do Instituto Camões). O mais natural seria corrigir a sua política, mas não. Um ano após estas declarações, as consequências aí estão: supressão de cursos mesmos em países onde aumenta o número de alunos (caso da Alemanha). Sem dialogar com os sindicatos dos professores no estrangeiro, o ministro da Educação regulamentou os concursos para o ano lectivo 93/94, prevendo uma redução drástica no número de professores e consequentemente a supressão de cursos.

Nesta área, a política do Governo é de fachada. Utilizando o nome da Camões, formou um Instituto com carácter elitista em nome do qual se tomam medidas que prejudicam os cursos de língua e cultura portuguesa no estrangeiro.

4 — Desde há muito que as organizações representativas dos emigrantes reivindicam uma reestruturação profunda nos organismos oficiais vocacionados para o apoio, à emigração, em particular os consulados e Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas — IAECIP.

O PSD, que há mais de 13 anos consecutivos detém a responsabilidade da Emigração, tem moldado estes organismos ao sabor dos seus interesses político-partidários, e foi assim que, ao longo dos anos, as delegações do IAECIP no estrangeiro foram deixando de dar resposta às solicitações das associações, acabando o Governo por decretar a extinção dessas delegações. Os postos consulares e os seus serviços, que obedecem a um regulamento datado de 1920, estão desfasados da realidade.

A reestruturação agora anunciada peca por ser tardia e por estar envolvida em grande secretismo.

Para o OCE, a reestruturação consular deverá passar pelo diálogo com as organizações representativas dos emigrantes. No entanto avançamos desde já alguns pressupostos. Deve: prestar-se apoio efectivo nas vertentes social, cultural e no ensino; estar-se atento às alterações ocorridas nas várias comunidades portuguesas; responder-se às novas situações nos países da CEE; ter-se em conta as actuais condições de emigração dos portugueses; estar-se preparados para acudir a situações de crise; rever-se a distribuição geográfica dos consulados e a modernização dos seus serviços. Consideramos também que estes organismos devem apoiar os emigrantes na canalização das suas poupanças e nos investimentos.

5 — Contrariando tudo e todos, o Governo do PSD publicou o Decreto-Lei 101/90 que criou as «estruturas representativas» e acabou com o Conselho das Comunidades Portuguesas por ser incómodo para o Governo. Este DL serve com certeza ao Governo e ao PSD, mas seguramente não serve aos emigrantes.

Mais de 3 anos após a publicação do referido confirma-se quanto ele está desfasado das realidades pois que nem o próprio Governo consegue aplicá-lo na totalidade nem fazer respeitar o seu próprio calendário:

— Viu-se obrigado a prorrogar por várias vezes os prazos para eleição dos Conselhos de País (segundo o DL deveriam estar formados até final de 1990), que em grande parte só a partir de meados de 1992 e início de 1993 ficaram formados.

— O DL previa ainda a formação de um Conselho Permanente (eleito pelos conselhos de país) que não

existe mas deveria «elaborar o programa e o regulamento, do Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas», previsto realizar-se durante o ano de 1991, o que não veio a verificar-se.

O facto de, na sua esmagadora maioria, os membros dos Conselhos de país existentes terem sido nomeados pelos embaixadores é uma prova inequívoca de que este DL subverte as regras mais elementares da democracia representativa, ou seja, a eleição directa dos seus membros.

O OCE reconhece a importância da existência de uma estrutura que tenha um carácter consultivo junto do Governo e seja ao mesmo tempo um instrumento de intervenção dos emigrantes em defesa dos seus próprios interesses. O OCE considera que o DL 101/90 deve ser

revogado e que o Governo deveria dialogar com as diversas estruturas das comunidades portuguesas e ter em conta a sua diversidade de interesses e opiniões.

6 — Em contraste com as facilidades de circulação nos países da CEE para as mercadorias e capitais, deparamos com constantes restrições e adiamentos à livre circulação de trabalhadores nos Estados membros.

Entretanto, e devido à inexistência de legislação comunitária no plano social, agravam-se as disparidades sociais e regionais. Este facto é preocupante tanto mais que na cimeira de Copenhaga se anunciaram medidas que são verdadeiros ataques às conquistas e direitos sociais dos trabalhadores e não foram concretizados nenhuns avanços em matéria de livre circulação de pessoas.

Por outro lado na actual situação, nomeadamente com o aumento do desemprego e a crescente precarização do trabalho, somos levados a considerar serem cada vez maiores os riscos da livre circulação se transformar num factor acrescido de exploração de mão-de-obra barata.

7 — O OCE manifesta uma profunda preocupação pela onda de racismo e xenofobia que alastra pela Europa. Em vez de serem tomadas medidas para lhe pôr travão, bem pelo contrário, vários países comunitários já aprovaram ou estão a preparar legislação para restringir a imigração (incluindo Portugal), o que irá encorajar ainda mais a acção de grupos xenófobos.

Reclamamos do Governo português uma intervenção junto das instituições comunitárias, para que sejam tomadas medidas concretas de combate a este flagelo e para que seja aplicada e reforçada a legislação contra as discriminações e a violência racista e xenófoba.

8 — O OCE saúda a luta e as iniciativas dos emigrantes em defesa dos seus interesses, nomeadamente a concentração frente ao Ministério da Educação, no passado dia 14 de Julho, promovida pelas comissões de país no sul da Alemanha; a greve, durante o mês de Julho, dos professores dos cursos de língua e cultura portugueses no estrangeiro; a petição, com cerca de 6500 assinaturas, entregue na Assembleia da República, promovida por uma comissão composta por 41 membros de 8 países europeus.

Saudamos também a intensa actividade que o movimento associativo tem desenvolvido durante este ano: as «Assises» da comunidade portuguesa em França; o 3.º e o 2.º Congressos das associações, realizados respectivamente na Holanda e no Luxemburgo; a realização da Assembleia constitutiva da Federação das associações da Suíça francesa; e o Encontro das Federações de associações portuguesas na Europa, realizado na Holanda.

INTERNACIONAL

Áustria

Mais de 100 000 dos 565 500 estrangeiros que vivem habitualmente na Áustria estão ameaçados de expulsão, ao abrigo de uma nova lei em vigor desde 1 de Julho, por habitarem em apartamentos muito pequenos.

A lei, que regulamenta as condições de permanência de estrangeiros na Áustria, exige uma "habitação adequada", de pelo menos 10 metros quadrados por pessoa, para se obter a autorização de residência.

Segundo o organismo de integração dos estrangeiros, em Viena, mais de 18 por cento dos que permanecem na Áustria não preenchem estas condições e poderão ser expulsos, apesar de viverem no país, com as suas famílias, há muitos anos.

O porta-voz do organismo de integração, Bernhard Perchinig, denuncia estes factos, sublinhando que "a nova lei ignora a realidade social".

Um inquérito realizado em Dezembro de 1992 pelo Instituto Central de Estatística revela que 103 000 estrangeiros na Áustria habitam uma superfície inferior a 10 metros quadrados, 58 000 dos quais em Viena.

Se os austríacos ficassem igualmente submetidos à nova lei, 73 000 pessoas deveriam sair do país, dado que não dispõem de uma superfície de habitação de 10 metros quadrados.

Hiroshima

Documentos dos serviços secretos norte-americanos, datados da 2ª guerra mundial e recentemente divulgados, confirmam que o lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima e Nagasaki não visava de facto obrigar o Japão à rendição.

Segundo uma recente edição do "New York Times", os documentos foram tornados públicos pelo Serviço Nacional de Segurança a pedido do professor Gar Alperovitz, do Instituto de Estudos Políticos de Washington, que durante anos solicitou a divulgação desses relatórios secretos.

Os documentos indicam que os Estados Unidos sabiam que os altos comandos militares japoneses eram partidários da rendição, três meses antes do lançamento da bomba atómica sobre Hiroshima.

Coreia

Por ocasião do 48º aniversário da libertação do povo coreano, 15 de Agosto de 1945, estava prevista a realização do 4º Congresso pan-nacional pela paz e reunificação da Coreia, que se tem vindo a realizar todos os anos desde 1990, e que desta vez deveria decorrer em Seul.

Entretanto, as autoridades sul-coreanas proibiram a realização deste Congresso, que reúne partidários da reunificação da Coreia, tanto do Norte como do Sul, impediram a entrada dos representantes do Norte, cercaram a Universidade de Yeun-Se, onde deveria decorrer o encontro, com uma força policial de 20 000 efectivos e efectuaram prisões entre os organizadores do Congresso.

Serra Leoa

Amnistia Internacional (AI) denunciou "as violações inaceitáveis dos direitos das crianças" na Serra Leoa, onde jovens são presos "por vezes indefinidamente" pelo exército, por simples suspeita de que possam estar a ajudar a oposição.

Esta organização de defesa dos direitos humanos afirma, em comunicado publicado em Londres, ter constatado no local, durante este ano, que "estavam a ser detidas crianças no contexto da guerra em curso" entre as tropas governamentais e os guerrilheiros da Frente Revolucionária Unida.

A AI afirma ter visto "crianças, entre as quais um rapaz de 14 anos, detidas como se fossem presos políticos na prisão de Pademba Road, em Freetown". Nesta prisão, "16 rapazes tinham menos de 18 anos - todos estavam presos sem culpa formada, sem processo e praticamente em segredo", sendo ainda de destacar as "terríveis condições" de detenção.

Cuba

Fidel Castro anunciou, em Cartagena, Colômbia, a abertura "quase total" da economia cubana aos investimentos estrangeiros e sublinhou, simultaneamente, que não serão tomadas quaisquer medidas drásticas, apesar das dificuldades que a economia cubana está a atravessar.

"Não somos a favor da tomada de medidas de choque, como aquelas que se tomam na América Latina", afirmou.

A decisão de abertura aos investimentos externos está ligada às necessidades do país em investimentos e tecnologia.

Entretanto, em Otava, o governo canadiano anunciou que vai fornecer ajuda humanitária a Cuba, através das Nações Unidas, embora não retome, para já, a cooperação bilateral com Havana, suspensa há 15 anos.

Angola

A ofensiva militar de Agosto

O quadro da guerra em Angola parece estar a sofrer nestes dias uma significativa alteração, com a ofensiva das forças governamentais que ocuparam, na tarde de segunda-feira, a pequena cidade da Ganda, na estrada do Cubal para o Huambo, a 150 quilómetros deste último.

A Unita foi também desalojada do Alto Catumbela, já perto do limite da província de Benguela com o Huambo, o que pode representar um passo assinalável da ofensiva de Luanda para a recuperação de terreno no Planalto Central.

Pouco antes destes avanços no terreno, o governo angolano havia anunciado a retomada das zonas diamantíferas de Cambulo e Lwo, na Lunda-Norte, num movimento tendente a uma reconquista generalizada de posições.

Nos últimos 15 dias as forças do Exército angolano têm estado a avançar pelas estradas de Benguela e Lobito em direcção ao Huambo, sendo de referir a tomada sucessiva de Cubal, Ganda, Alto Catumbela e Bocoio.

Um conjunto de factos novos que parecem inserir-se na anunciada ofen-

siva de Agosto por parte do governo angolano, num esforço de reequilíbrio da situação militar (parte significativa do território angolano está ocupada pela Unita) que poderá favorecer a retomada do necessário diálogo.

É neste quadro que se inscrevem as recentes declarações, no Huambo, de Jonas Savimbi, que afirmou a sua disposição para negociar sem condições.

Declarações que foram prontamente criticadas em Luanda, pelo governo e numerosos diplomatas, como "revisão de matéria dada".

"Não basta uma declaração, para aferir da boa vontade para negociação efectiva", disse o presidente José Eduardo dos Santos, destacando que Savimbi não disse ainda que acata as resoluções das Nações Unidas ou tenciona enviar os seus negociadores para assinar o protocolo de Abidjan.

Este protocolo está suspenso precisamente porque a delegação da Unita sempre se recusou a aceitar o ponto 11, que previa o abandono pelas suas tropas das "zonas ilegalmente ocupadas em Angola" e a aceitação "sem condiçõ-

es" de "desmilitarização do seu braço armado".

No comentário às declarações do líder da Unita, José Eduardo dos Santos reiterou o princípio de que não haverá "solução militar" para a guerra e disse que há já "equilíbrio" no plano bélico no país, admitindo que "nos próximos tempos" as Forças armadas angolanas (FAA) "poderão inverter a situação" que lhes foi antes desfavorável.

A opção do governo angolano foi e continua a ser a busca de solução política para o conflito, disse, acrescentando: "pretendemos discutir seriamente e de forma honesta as causas do conflito e encontrar a solução adequada".

O presidente repudiou que a guerra seja de cariz étnico e, no plano político-constitucional, declarou-se pela descentralização governativa. Contudo, disse, "uma descentralização étnica seria um passo para desmembrar o país".

Tudo indica que a proposta de Savimbi testemunha das dificuldades com que o seu movimento vem agora a defrontar no plano militar, constituindo uma tentativa de salvaguarda daquilo que a Unita con-

quistou no terreno de batalha.

Outro é entretanto hoje o quadro político-militar em Angola (embora ainda muito difícil e incerto), e em particular as posições de países que antes inequivocamente apoiaram, armaram e na verdade contribuíram de forma decisiva para a própria existência da Unita.

As recentes decisões dos governos britânico e russo de permitir a venda de armas ao governo angolano veio nomeadamente reforçar a legitimidade que Luanda vinha conquistando junto da comunidade internacional para o objectivo de defender a integridade territorial do país.

A própria "troika" de observadores do processo (Portugal, Estados Unidos e Rússia) decidiu reconhecer a legitimidade do governo angolano para se armar face à agressão de que o povo de Angola está a ser alvo por parte da Unita.

De recordar aqui a última decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deu um prazo de 60 dias para que Luanda e a Unita "dessem passos concretos no sentido de assinarem o cessar-fogo".

África do Sul

ANC reafirma oposição à violência

Nelson Mandela esteve entre as 40.000 pessoas que, no passado domingo, em Joanesburgo, assistiram a um concerto de espirituais a favor da paz. Presente também o ministro das prisões, Adriaan Vlok. Um sinal de tempos - difíceis, sem dúvida - mas em plena mudança.

Tempos eivados de profundas contradições.

O Congresso Nacional Africano (ANC), demarcou-se publicamente dos apelos do dirigente da Liga juvenil do movimento, Peter Moba-ka, que fizera afirmações no sentido de levar "a luta" às áreas de influência branca.

Mobaka falava em Tembisa, numa cerimónia religiosa em memória das vítimas da violência nos bairros negros de Joanesburgo que, desde o princípio do mês, já se saldou em mais de 200 mortos.

O ANC reafirmou a sua oposição à violência, "especialmente quando tal prática é dirigida contra pessoas inocentes, sejam elas negras ou brancas".

Entretanto De Klerk, no discurso no Congresso do



O ANC denunciou uma vez mais a violência que já fez inúmeras vítimas no país

partido nacional, no poder, afirmava que o ANC é um partido "perigoso" e "indigno de confiança", posição que naturalmente foi rejeitada e denunciada pelo ANC.

Obstáculos não faltam no caminho da democratização do país e da liquidação e facto do apartheid.

Os partidos Inkatha, de predominância zulu, e Conservador, da direita branca, recusam participar nas negociações.

Ainda estes dias, as vereações brancas levaram ao adiamento da legislação que irá dar lugar à participação dos negros na gestão autárquica.

Mas os processos que deverão levar a uma real transformação da África do Sul avançam, mesmo que de forma irregular.

Na passada segunda-feira estiveram reunidos no World Trade Center delegados de uma série de partidos e forças sociais, com o

objectivo de formar uma força de 10 mil homens, que congregue tanto ex-polícias como militantes do ANC, e que em conjunto patrulhem as ruas, tentando por cobro à violência que tem feito muitos milhares de mortos entre a população negra.

Estão em preparação as primeiras eleições multirraciais para uma Assembleia Constituinte, a realizar em 27 de Abril do próximo ano.

Um quadro político que não pode ser desligado de uma realidade socio-económica que igualmente reflecte o peso de mais de 40 anos de apartheid. E que será ainda mais difícil de superar.

Um dado apenas, entre muitos outros - segundo dados oficiais, os gastos anuais nas escolas exclusivamente para brancos é de 4372 rands por aluno; nas escolas urbanas só para negros, a mesma despesa é de 1659 rands por aluno. Nas escolas das áreas rurais, a despesa é ainda menor, atingindo cerca de um quarto da registada nas escolas só para brancos.

Médio Oriente

Diálogo reatado em Washington

As conversações de paz para o Médio Oriente vão ser reatadas no fim de Agosto. A décima primeira sessão das negociações bilaterais de paz israelo-árabes terá início, em Washington, a 31 de Agosto, tendo sido adiada de um dia devido à festa muçulmana que assinala o nascimento de Maomé.

Os debates terminam em 14 de Setembro, véspera do novo ano judeu.

Antes deste reinício das conversações entre Israel, por um lado, e os Palestinos, a Síria, Líbano e Jordânia, por outro, as partes árabes deverão coordenar as suas posições durante uma reunião, ao nível de ministros dos Negócios Estrangeiros, a realizar em 22 de Agosto, em Beirute. As dificuldades e complexidade de todo o processo em curso reflectiram-se, recen-

temente, na crise desencadeada entre os palestinos, quando três membros da delegação palestina às conversações ameaçaram demitir-se por discordarem da forma como a direcção da Organização de Libertação da Palestina (OLP) tem vindo a conduzir as conversações. A crise foi entretanto superada com uma oficialização de facto do mandato dos negociadores palestinos enquanto representantes da OLP às conversações de Paz. Este procedimento permitirá na prática à OLP apresentar-se como interlocutor directo dos palestinos à mesa das conversações, contornando a exigência israelita de discutir exclusivamente com os habitantes dos territórios ocupados.

A OLP foi formalmente excluída das negociações de

paz desde o seu início, em Outubro de 1991 em Madrid. Mas a situação tende a alterar-se. E apesar das declarações do primeiro-ministro israelita, recusando o diálogo directo com a OLP, cada vez se levantam mais vozes favoráveis a esse diálogo, mesmo entre os próprios membros do governo. Depois de Yosi Beilin (vice-ministro dos Negócios Estrangeiros) e Yosi Sarid (ministro do Ambiente), foi a vez, nestes últimos dias, de Haim Ramon, ministro da Saúde, se declarar favorável: "A questão pragmática - disse - é saber por intermédio de quem poderemos obter mais depressa um acordo sobre a autonomia palestina. Se se conclui que é a OLP, porque não?".

As questões em debate neste momento são múltiplas. E pas-

sam por decisões de forma alguma lineares, e em que nomeadamente estão em jogo pressões e interesses diversos. De entre os múltiplos problemas em causa, está o estatuto de Jerusalém que, segundo afirmou um dos membros da delegação palestina, Sari Nusseibeh, as jornalistas, os Palestinos decidiram aceitar que viesse a ser debatido numa fase posterior, na condição de os israelitas renunciarem às "medidas visando modificar a situação da parte árabe".

Sari Nusseibeh informou que a parte palestina levantou esta questão quando da última reunião de Washington, porque Israel "violou os termos de referência da conferência de Madrid tomando medidas tendentes a modificar a situação do sector árabe da cidade".

As vítimas das bombas de Israel

As grandes vítimas da operação militar oficialmente lançada por Israel no Líbano para neutralizar o movimento Hezbollah são simples camponeses, cujo maior desejo neste momento é reconstruir as suas casas (30 000 casas foram atingidas pelos bombardeamentos israelitas).

Segundo o balanço entretanto feito pelo Socorro Popular libanês, com base em inquéritos sistemáticos, aldeia por aldeia, 30 000 casas foram atingidas e 10 000 totalmente destruídas em 78 localidades do Sul e 12 na planície de Bekaa. Houve 135 mortos e 500 feridos.

De entre as aldeias particularmente atingidas, algumas sofreram destruições da ordem dos 80%.



A pequena Sarah, de um ano de idade, e a sua mãe, com o corpo e o rosto crivados de estilhaços de obus, estão entre as vítimas de uma operação militar lançada a pretexto do "perigo terrorista".

Bósnia

Recomeço das negociações em Genebra

O primeiro dia de negociações em Genebra para a paz na Bósnia-Herzegovina - após uma suspensão de duas semanas - terminou com a assinatura de dois "acordos de princípio" para pacificar a região.

Sérvios, croatas e muçulmanos bósnios acordaram em dar liberdade de movimentos aos observadores militares das Nações Unidas em todo o território bósnio e que seja a ONU a controlar Sarajevo durante um período indeterminado.

"Trata-se de uma decisão importante no âmbito da abertura da Bósnia-Herzegovina", disse o porta-voz da Conferência de Paz, John Mills, que considera que, com os progressos alcançados, se criou "uma verdadeira atmosfera de confiança para o futuro das negociações".

Neste sentido, as três partes envolvidas no conflito vão designar um comité de três elementos para estudar a possibilidade de administrar em conjunto nove dos dez municípios da capital bósnia, que será, complementarmente, desmilitarizada, numa operação a cargo das Nações Unidas.

O Comité "não tomará qualquer decisão" e o resultado das suas deliberações será comunicado às partes e aos co-presidentes da Conferência, David Owen (CEE) e Thorvald Stoltenberg (ONU).

"As partes aceitaram como princípio de base a exclusão de todas as forças armadas, salvo as das Nações Unidas", sublinhou John Mills, acrescentando que o Comité examinará também a questão da polícia civil e a coordenação entre as autoridades municipais e a administração da ONU.

Um recomeço de negociações sem dúvida promissor.

Mas que tem pela frente problemas e ambiguidades a que não será fácil dar resposta. A tarefa é de envergadura - em causa o traçar das fronteiras dos três Estados étnicos em que ficará dividida a Bósnia-Herzegovina. Em simultâneo com o retomar do processo negocial, abriram-se finalmente as portas de vários países ao acolhimento, para tratamento hospitalar, de feridos e doentes da Bósnia. Uma necessidade que de há muito se fazia sentir, sem que surgisse qualquer oferta adequada, tendo antes sido sistematicamente recusados os pedidos nesse sentido que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) tem vindo a fazer ao longo dos últimos 16 meses, desde o início da guerra na Bósnia.

Foi preciso o impacto na opinião pública do caso Irma, uma criança acolhida em Londres a semana passada, as denúncias surgidas na imprensa italiana de decisões governamentais de excluir adultos para acolhimento hospitalar (decisão também anteriormente assumida em Londres), os veementes protestos do ACNUR na Bósnia, contra tal escandalosa discriminação, para que as portas se abrissem e surgissem ofertas por parte de diferentes países europeus, e ainda Canadá, Estados Unidos, Jordânia e Turquia.

Outra das vítimas desta guerra, em geral ignorada, é a população da Sérvia e Montenegro, vítima das sanções internacionais contra a nova Jugoslávia, unilateralmente considerada como responsável pela guerra.

O primeiro-ministro jugoslavo, Radoje Kontig, reiterou estes dias o seu apelo ao secretário-geral da ONU para que sejam levantadas as sanções internacionais aprovadas

em Maio de 1992 pelo Conselho de Segurança da ONU.

Segundo um recente Relatório da Comissão das Migrações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o embargo económico vem a afectar "em primeiro lugar os habitantes mais pobres", sobretudo os 600 mil refugiados que se encontram nas duas repúblicas. O documento salienta que "entre a

população, as crianças, as mulheres grávidas e pessoas idosas estão particularmente em perigo" e refere dados oficiais que revelam um aumento da mortalidade dos recém-nascidos (que passou de 11,1 para 12,9 por cada mil em 1992), um aumento de 500 por cento das doenças cardiovasculares e uma progressão de 124 por cento da tuberculose.

Economia em notícias

Grã-Bretanha

Quebra da produção e aumento do desemprego

Segundo dados provisórios, corrigidos de variações sazonais, divulgados pelo Gabinete Central de Estatística da Grã-Bretanha, a produção industrial (sem energia) registou, em Junho, uma baixa de 2,1 por cento, relativamente a Maio. Relativamente a Junho de 1992, a produção aumentou 3,3 por cento.

Por sua vez, o Ministério do Emprego anunciou um aumento, em 200, do número de desempregados, em Junho, após cinco meses consecutivos de baixa neste indicador. O aumento do número dos desempregados surpreendeu os analistas que esperavam uma quebra de 5000.

Entretanto, a taxa de desemprego mantém-se inalteravelmente elevada - 10,4 por cento da população activa, em Junho.

Alemanha

Cortes sociais

O governo alemão decidiu aprovar um controverso plano de poupanças da coligação centro-direita. Os projectos de lei em questão implicam cortes no fomento de emprego, nos subsídios sociais, abonos de família e um aumento de imposto sobre combustíveis a partir de Janeiro próximo.

As reduções nos subsídios sociais terão de ser ainda

sancionadas pela Câmara Alta do Parlamento federal, maioritariamente social-democrata.

Entretanto, surgiram críticas entre sectores sociais da própria coligação no poder.

O responsável pela política económica e financeira do Partido social-democrata denunciou que "com estes drásticos cortes, o governo agudiza os problemas sociais e fomenta o desemprego".

Um porta-voz da Confederação dos sindicatos alemães (DGB) disse que os planos governamentais de poupança "vão lançar 200 mil pessoas na pobreza".

Indústria do aço em crise

A indústria do aço alemã vai perder 50 mil postos de trabalho até finais de 1994, segundo o Relatório anual do Instituto de pesquisa económica da Renânia-Westfalia. A redução do emprego no sector irá sobrecarregar fortemente as regiões da ex-RDA.

O Relatório prevê que este ano e no próximo serão suprimidos cerca de 36 mil postos de trabalho na indústria ocidental. A evolução na parte Leste será ainda mais gravosa. Os prognósticos apontam para o desemprego de 12 mil metalúrgicos, o que reduziria a metade a mão-de-obra do sector naquelas regiões.

Antes da reunificação alemã, trabalhavam na indústria do aço na RDA 80 mil pessoas. No total, desaparecerão 50 mil empregos no Leste e no Ocidente, em 1993 e 1994.

Os peritos do Instituto de pesquisa económica afirmam, por outro lado, que tanto os números referentes à liquidação de postos de trabalho, como aos níveis de produção (em queda), estão dependentes das decisões das administrações dos consórcios, ou de intervenções na área política.

O direito às férias dos portugueses

Com a chegada do Verão, é já um ritual abordar, de uma forma ou de outra, os problemas que enfrenta a actividade turística. Este ano assim foi também, para que a tradição se vá cumprindo. Porque estamos em tempo de vacas magras, as preocupações aumentaram. Diga-se que justificadamente. No meio de tanta algazarra e com a enorme superficialidade como foram tratados os complexos problemas que enfrenta o turismo, passou-se ao lado de algumas das causas principais e sobretudo pouco ou nada se falou do direito às férias dos portugueses.

Conhecer novos mundos, povos e culturas foi desde sempre uma aspiração do Homem. Fazer turismo entendido como passeio ou viagem, desde há muito se realiza. Ter direito a férias e poder usufruí-las é uma conquista muito recente para largas massas da população.

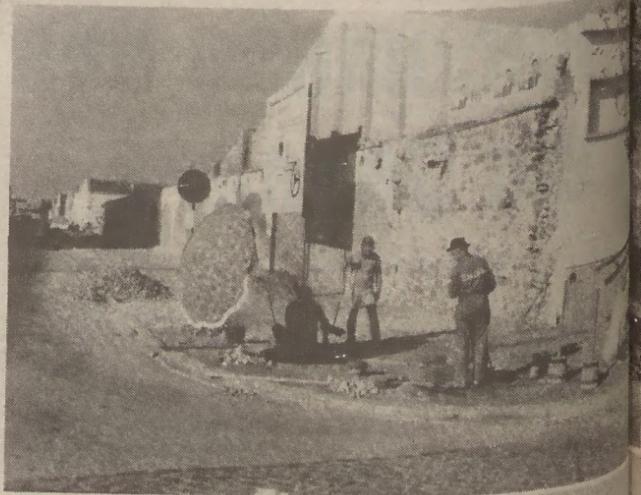
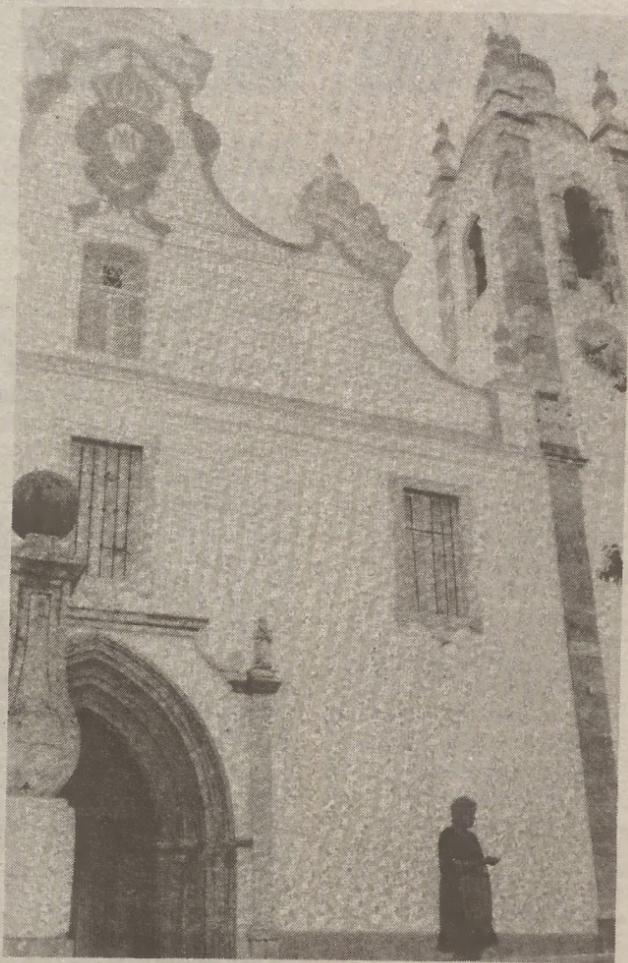
Até à década de cinquenta, o direito às férias e à sua fruição, a viagem, não passavam de um privilégio de camadas muito restritas da sociedade, representadas pelos detentores dos meios de produção, por sectores do alto funcionalismo e camadas ociosas a viverem directa ou indirectamente das fatias que lhe cabiam na distribuição do bolo da mais valia.

É no início da década de sessenta e como resultado de importantes conquistas que no plano social foram adquiridas pelo movimento operário, delas vindo a beneficiar largas massas de trabalhadores e camadas intermédias da sociedade, que o direito às férias pagas e a possibilidade da sua fruição assumiu proporções de grande amplitude.

No nosso país, é bom lembrar, o direito às férias e ao seu pagamento, na amplitude que é referida, chega mais tarde: é inquestionavelmente uma conquista do 25 de Abril, para a esmagadora maioria dos trabalhadores.

Ainda hoje, porém, mesmo nos países de melhor nível de vida (em alguns dos nossos parceiros comunitários), as férias continuam a representar a décima preocupação da maioria das pessoas e em Portugal a esmagadora maioria dos portugueses (cerca de 70%) passa férias no seu local de residência ou troca o tempo de férias por algum trabalho, mesmo de ocasião. **Embora tendo direito a férias não têm condições económicas para as poder usufruir em plenitude.**

No momento em que, a pretexto da crise económica, se assiste não só no nosso país, mas em toda a Europa, a uma ofensiva generalizada por parte dos diversos governos ao serviço dos mesmos interesses do patronato, contra direitos e regalias dos trabalhadores, pondo



em causa o emprego, a actualização dos salários, a segurança social, a educação e o próprio direito às férias e ao seu pagamento, não se pode esperar que o alojamento turístico disponível transborde, que os turistas que ainda dele usufruem, gastem muito dinheiro para tranquilidade da nossa indústria e equilíbrio da nossa balança comercial. Não se pode ter sol na eira e chuva no nabal.

Independentemente dos erros cometidos, são razões de natureza económica e social que justificam numa primeira linha as quebras no número de turistas e no valor das receitas realizadas, que se têm vindo a verificar nos últimos anos.

Num recente discurso, Cavaco Silva vangloriava-se com o facto de Portugal ser hoje, proporcionalmente, o país que mais turistas enviava para destinos exóticos, no Oriente ou nas Caraíbas. Sendo certo que tais destinos, pelo embaratecimento das tarifas aéreas e pela oferta de baixo custo que oferecem, produto da exploração de uma mão-de-obra sem direitos, estão hoje mais acessíveis do que antes, não é menos certo que as camadas sociais que deles usufruem continuam a ser uma pequeníssima fatia da população portuguesa, a provar também que a crise que existe continua a não ser para todos. É caso para dizer que, à semelhança da teoria do oásis, o Primeiro-Ministro, a propósito das férias, está a confundir a corte com o povo.

Como a actividade turística do País não pode ser sustentada só através de pequenas elites, é esta política — e as suas consequências no plano social — que em primeiro lugar tem de ser denunciada e combatida.

Os responsáveis são conhecidos

A actividade turística enfrenta desde há alguns anos problemas que decorrem, no fundamental, da ausência de uma política de turismo para o País, responsabilidades que são compartilhadas pelos sucessivos governos PS ou PSD que em conjunto ou em separado têm assumido funções governativas desde 1975, e pelo modo como as diversas autarquias, de maioria PS ou PSD, conduziram a gestão dos seus concelhos.

A crise que hoje se vive, se tem factores conjunturais que nela pesam, as questões de fundo, os problemas estruturais estão associados à ausência desta política. É sabido (já por diversas vezes o temos afirmado) que beneficiando do vazio existente quem comandou a «política de turismo» foram os interesses ligados à especulação imobiliária. **Na ausência de regras foi a mera relação entre a oferta e a procura que ditou a lei, comandou o ritmo da construção, o volume e a densidade da oferta, na procura do lucro maior e mais imediato, sem acautelar os interesses que era**

desde há muito justificava, era proceder a uma ampla descentralização, designadamente de poderes em matéria de aprovação e licenciamento de estabelecimentos de actividade turística.

A concorrência movida por outros destinos turísticos, a maior exigência de qualidade que hoje apresentam significativos mercados emissores, o fosso entre o ritmo do crescimento da oferta e a procura, são outros tantos elementos que contribuíram para a situação de crise existente.

Pela nossa parte, há muito que não só tínhamos alertado para os erros como apontado linhas alternativas. Estava-se no fim dum ciclo. Era indispensável corrigir erros e trilhar outros caminhos.

Curiosamente, a análise da crise e das suas principais causas é hoje compartilhada por largos sectores sociais, empresariais e até pelo próprio Ministério da Tutela. Mas só isso não chega. Mais, em algumas das abordagens à crise pode-se ser até conduzido para a ideia que tudo isto aconteceu por mero acaso. Isto é, não há responsáveis.

Mas os responsáveis existem, têm nome! São inquestionavelmente responsáveis pela situação criada



CARLOS LUÍS FIGUERA
Membro da Comissão Política

da os sucessivos governos (a quem competia definir as regras de uma política de turismo para o País e a responsabilidade na construção de infra-estruturas necessárias ao suporte desta actividade), as CCR's e a Direcção-Geral de Turismo a quem estão atribuídos os poderes de aprovação e licenciamento dos empreendimentos turísticos, as autarquias que permitiram com os seus pareceres a degradação de importantes áreas de interesse turístico, e o patronato que viu no turismo uma forma de enriquecimento súbito sem cuidar do futuro desta actividade — aqueles que investiram na especulação imobiliária e aparecem agora, hipocritamente, a queixar-se de efeitos de causas em que apostaram e promoveram.

Patronato que, à mínima diminuição das altas taxas de rendimentos a que se foram habituando e das quais retiraram largos benefícios, ao primeiro sinal de crise, pedem subsídios e propõem-se despedir milhares de trabalhadores.

No caso particular do Algarve pelo que dele se disse (em muitos casos superficialmente e mal) e naturalmente pelo peso que representa, os casos mais negativos estão identificados e têm responsáveis conhecidos. **Quarteira, Albufeira, Praia da Rocha, Armazém de Pêra, são exemplos do que não pode ser feito tendo para tal contribuído a gestão maioritária de eleitos do PS e do PSD.**

Mais, no que respeita ao Algarve o que está em causa é todo um projecto de desenvolvimento para o qual contribuiu em muito a postura e as propostas políticas que o PS manteve para a região, onde detém a maioria em 12 dos 16 municípios. E até já dispôs dessa maioria em 15 dos 16 concelhos.

Não é certamente por acaso que, actualmente, ao falar-se de litoral com condições paisagísticas, ambi-

O debate que não houve

Um último comentário ao debate (inexistente) que a SIC promoveu a propósito do turismo, da crise e do Algarve. Antes de mais, para dizer que, para além do mau serviço prestado por todos os intervenientes ao Algarve, a organização e condução do debate foi também por si mesmo um exemplo da situação em que se encontra a comunicação social no nosso país atraída pelo fácil, pela notícia/espectáculo, pela abordagem da marginalidade dos problemas, ignorando as suas consequências mais profundas.

Debate inexistente porque, desde logo, o programa conta com um moderador que foi parcial e dois comentaristas assalariados que apenas divergem no acessório. Os entrevistados — sem nenhum aval dos seus projectos políticos e pessoais — foram na circunstância remetidos, com total atropelo pela pluralidade de opiniões que tem de estar presente em qualquer debate, à mera situação de réus. E com eles a actividade mais importante da região.

Sem qualquer sentido de responsabilidade, confundiu-se a conversa de salão com uma análise séria, empolando-se pequenos episódios e gostos elitistas e mesmo reaccionários. Não há metáforas que desculpem a superficialidade dos exemplos dados, como se eles identificassem os problemas e a situação do turismo no Algarve.

Demonstrativo também, o empenho do *assombroso* Barreto, ao vangloriar-se de ter privatizado mais de 400 empresas turísticas numa das suas múltiplas passagens pelo Poder, fruto de percurso político grávido de facadas e traições (metaforicamente falando, claro). Para que conste, e a memória não se perca, nenhuma empresa turística foi nacionalizada directamente. A sua nacionalização resultou, tão-só, do facto da banca ter sido nacionalizada e essas empresas o terem sido por arrastamento. Outras houve que, intervencionadas, foram recuperadas financeiramente pelos trabalhadores para depois serem de novo entregues, fruto de «actos heróicos», ao mesmo patronato. Passados 19 anos, ou alguns menos, desses «actos heróicos» do *assombroso* Barreto, boa parte das empresas turísticas, mesmo as imobiliárias, voltaram a ser propriedade da banca, no mesmo processo e por políticas semelhantes às que ocorreram então. Infelizmente para a democracia e para o futuro do País, voltaram à barriga da mãe.

Quanto ao dr. Pacheco Pereira, o *Dr. PêPê*, erguido a ideólogo officioso do regime, para além do incómodo do calor, das massas (do pessoal que também tem direito a vir ao Algarve passar férias mesmo não frequentando os tais hotéis que tanto o incomodaram a ele e ao seu apurado olfato sensível à lixívia), foi nítido o ar comedido assumido no segundo «debate». Para tal efeito — poder-se-ia jurar — muito terá contribuído a mãozinha do chefe Cavaco.

Crê-se mesmo que, se a câmara da televisão fizesse uma aproximação à orelha do *Dr. PêPê* se veria um tom ligeiramente avermelhado. Tal comedimento do *Dr. PêPê* faz lembrar a história do crocodilo, que a ter de voar, o teria de fazer baixinho.

Engraçada e oportuna, no meio de tanta desgraça, só a iniciativa dos comerciantes de Portimão dispostos a oferecer ar condicionado ao *Dr. PêPê*. Já agora, uma sugestão aos comerciantes de Portimão: além da máquina de fazer frescura, acrescentassem à oferta um pacote de lenços em papel perfumado, para garantia do total conforto do *Dr. PêPê*.

entais e patrimoniais salvaguardadas, se refere a Costa Vicentina, área como se sabe toda ela gerida por autarquias de maioria CDU — Vila do Bispo e Aljezur no Algarve; Odemira e Sines no Alentejo e Setúbal. É necessário ter coragem política e ter ideias claras acerca do futuro para, como é o caso da Câmara de Odemira, inviabilizar, nos últimos anos, a construção de 120 000 camas que, a serem feitas, alterariam profundamente os valores onde se pretende alicerçar a actividade turística daquela área.

Está-se desde há alguns anos no final de um ciclo. É necessário arrepiar caminho, dotar a actividade turística de instrumentos de planeamento que em estreita articulação e respeito pelos poderes consagrados às autarquias, com a atribuição de novos e mais amplos poderes conferidos às Regiões de Turismo, permitam definir uma política de ocupação de solo, de definição de áreas turísticas, de características de oferta, de molde a salvaguardar os recursos enormes ainda disponíveis assegurando que o turismo possa, como actividade económica, continuar a representar um importante papel no quadro da economia nacional e de forma a não entrar em conflito com o necessário equilíbrio que é necessário defender nas economias regionais.

Portugueses são turistas necessários

O Algarve, bem como outros destinos turísticos do País, não pode dispensar (como muitos dos que hoje clamam contra a crise o fizeram) a presença de portugueses bem como a assiduidade de trabalhadores de outros países que em muito contribuíram para manter elevadas taxas de ocupação no alojamento disponível.

A nossa oferta turística tem de diversificar produtos valorizando outras componentes (golfe, desporto, congressos, turismo religioso, cultural, etc.). Mas é importante não esquecer que é o sol e a praia que continuam a ter maior procura, como é bom sublinhar, mais uma vez, que o turismo nacional não pode ser sustentado por segmentos muito pequenos e endinheirados, isto é, não pode dispensar, com o equilíbrio necessário, a presença de trabalhadores e outras camadas da população. Mais, que este facto não é contraditório com a necessidade de preservar o património e o ambiente, o ordenamento e muito menos com a defesa da necessária relação entre o preço e a qualidade da oferta.

necessário salvaguardar em benefício da actividades turística.

Degradou-se o património e desqualificou-se a oferta. Cresceu-se demasiado, não só em determinadas zonas, como se desequilibrava a relação entre o alojamento na hotelaria tradicional e o imobiliário turístico. Aumentou, escandalosamente, o número de camas clandestinas. Sem cuidar do futuro, ficou-se, progressivamente, na dependência de um só mercado, de um só produto (Sol e Praia), desprezando outras vertentes e recursos de que o País dispõe. Não se cuidou sequer de criar estruturas suficientemente sólidas e dinâmicas no exterior do País, junto dos principais mercados emissores de turistas, de forma a permitir minorar a dependência, face aos interesses dos cada vez mais poderosos grupos de promotores turísticos.

Dando expressão à política centralizadora que tem vindo a desenvolver noutras áreas, o actual Governo publica uma Lei-Quadro das Regiões de Turismo onde se diminuem ainda mais os já escassos poderes que estas estruturas dispunham, quando o que a situação

Gazetilha

Epigrama

Houve quem, de madrugada,
uns bons locais escolheu
para ver uma chuvada
des estrelas vindas do céu.

Eu cá, pra ver uma estrela
cair, com grande estendal,
bastou-me apenas ir vê-la
ao Algarve, no Pontal...

O cãozinho

Anda Macário anda
anda de cá pra lá
ele anda e desanda
de lá para cá
de uma a outra banda
já está, já não está
e onde quer que vá
- que estranha visão! -
uma câmara há
de televisão.

Máscara na face
vai, pela viela,
como se levasse
um cãozinho à trela.

Que apitão!

O barco no alto mar
todo ele adorna e geme.
Nos medos do navegar
quem será que vai ao leme?

Fúria de vento a soprar
balança e, dançando, treme.
Barco nas linhas do mar
quem será que vai ao leme?

Nem a procela, nem mar
é o que o barco mais teme
mas sim o fraco julgar
do louco que vai ao leme.

Mãos sujas

O Jonas é na Europa um humanista.
O seu rosto sereno - que regalo!
A voz, se em vez de Angola diz Angalo,
triunfa na pureza da entrevista.
A paz, a paz, somente, tem em vista.
E não deseja o bem, apenas: fá-lo.
Quando na Jamba rompe a voz do galo
um coro de anjos cobre a imensa pista.

Um pai, um irmão, um doce amigo,
um santo!
Mais: para os portugueses, um encanto
nos amáveis abraços que concertam.

Assim, pela TV resplandecente,
fala dele, em voz mansa, certa gente
tintas de sangue as mãos da mão
que apertam.

PONTOS CARDEAIS

As saudades do homem

Será do calor? A verdade é que, de vez em quando, os saudosismos despontam nervosamente neste país, no seu cantinho à beira-mar plantado ou nas suas "ilhas adjacentes", como se lhes costumava chamar - e nesse tempo de "adjacências" e de colónias não se ouviam as vozes separatistas do actual PSD a exigirem autonomias "totais"...

Ora hoje - talvez um tanto fora de época, porque seria melhor fazer tais declarações em datas próximas do 28 de Maio -, enquanto Jardim apela ao golpe de Estado "constitucional", há pelo continente vozes a manifestarem singulares saudades de Salazar. É verdade que foi o próprio Cavaco a dar o tom, no Pontal, sem o estilo redondo da eminência que, talvez sem o saber, invocava. Pois não fez ele questão de lembrar aos portugueses que havia "uma pessoa" ao leme, e que essa pessoa era ele próprio?

O certo é que poucos dias depois, um tal Manuel José Homem de Mello - seguro de que todos se esqueceram de que fez parte do MASP? - vinha a lamentar nas colunas do "Diário de Notícias", a omissão, nas ruas do país, do nome de Salazar! Mas quem é que, salvo alguns como este Mello, tem ainda saudades de Salazar?

Um regime à medida

No entanto, se é verdade que se não encontram com facilidades adeptos do regime fascista e da sua figura de proa que reinou mais de quarenta anos sobre as vontades dos portugueses - até há dias um pasquim vinha a lamentar que ninguém ia papar a missinha evocativa da morte de Salazar - também é verdade que há por aí gente apostada em conseguir, nem que seja à golpada, um regime à medida do seu autoritarismo. E a vontade é tanta que se deixam facilmente cair no ridículo. Como aquele deputado do PSD que veio a público lamentar a "partidarização" do Tribunal Constitucional... Guilherme Silva fez mesmo questão de afirmar que "em futura revisão constitucional" se deveria "ponderar" a forma de designação daquela instância. Contaria ele com a ignorância dos seus ouvintes? Insurgindo-se contra o "turno de serviço" no TC, pretendia que o turno estivesse sempre e sempre ao serviço do PSD? Em suma, um presidente, uma maioria, um governo e... um tribunal constitucional todos da mesma cor, é o que manifestam quererem os cavaquistas! João Jardim, que não desarma, lá na ilha dos seus encantos, por seu lado, carrega nestas ideias de ter ao dispor um regime

à sua medida. E declara já, descaradamente, que o que está mal, o que constitui hoje as "forças de bloqueio" já não é o Presidente. É... "o ordenamento jurídico-constitucional"!

A dois carrinhos

Albarran, que de novo se prepara para partir - segundo se diz para a TVI e não para um deserto qualquer, armado e equipado para ver as estrelas e não contar nada -, parece não querer deixar o ninho da RTP sem reafirmar mais uma vez o seu cavaquismo militante. Vai daí, do modo "isento", cheio de "critério jornalístico" e sorridente com que fez lugar na TV do Estado, foi entrevistar Fernando Nogueira. As entrevistas da RTP aos membros do Governo já nos habituaram a este género de ambiguidades. Pega-se num sujeito, que por acaso é ministro e por acaso é membro do partido governamental, e duma cajadada matam-se dois coelhos. Ou talvez fosse melhor dizer que, com dois coelhos se faz o mesmo guisado. Ou ainda... que é a fórmula mais certa para fazer o ministro-militante ganhar a dois carrinhos. Pois não é que Albarran, lá para os fins da entrevista ao vice-presidente do PSD, avisando Fernando Nogueira de que o tempo chegava ao fim, ainda lhe deu mais tempo de antena, como ministro da Defesa?

frases da Semana

"Ora a verdade é que Salazar foi, sem a menor sombra de dúvida, a personalidade portuguesa mais marcante da sua época. Fingir ignorar a sua existência é tão ridículo como procurar tapar a luz do Sol com uma peneira. Enquanto pululam por esse país fora centenas de praças, ruas e avenidas ostentando nomes das mais diversas pessoas, algumas sem dúvida ilustres mas outras - e não poucas - cujos nomes nem mereciam referência em simples vielas, Oliveira Salazar permanece singularmente omissa. A exemplo do que aconteceu na União Soviética, onde os nomes das personalidades desafectas ou caídas em desgraça "desapareciam" como se nunca tivessem existido."

*(Manuel José Homem de Mello - «Diário de Notícias», 15.08.93)

"Lei orgânica do Tribunal de Contas "chumba" no TC"

*(Título - «Jornal de Notícias», 17.08.93)

"O ordenamento jurídico-constitucional é que constitui as forças de bloqueio"

*(Alberto João Jardim - «Semanário», 14.08.93)

"A limitação do controlo judicial da constitucionalidade poderá, pois, passar pela concentração, na mesma instância de expressão do princípio maioritário, da função de fazer a lei e de controlar a sua aplicação, ou seja, suprimindo o Tribunal Constitucional e substituindo-o por um controlo a cargo de assembleia política, do próprio Parlamento, porque só ele legitimado pela vontade popular regularmente expressa (...)"

*(António Vitorino, Juiz do Tribunal Constitucional - «Público», 16.08.93)

"Em futura revisão constitucional, ter-se-á de ponderar muito seriamente a forma de designação e de composição do Tribunal Constitucional, de modo a evitar que uma instituição com a nobreza e com a missão do TC possa, perante a opinião pública, aparecer com esta situação de incerteza do sentido decisório, dependente de uma conjuntura ocasional do turno que esteja de serviço."

*(Guilherme Silva, deputado do PSD - «TSF», 16.08.93)

"O que penso é que temos, efectivamente - quer por recolha e estudo do direito comparado, quer por soluções que se entendam adequadas à nossa estrutura constitucional - de encontrar soluções que despolitizem e despartidarizem o Tribunal Constitucional."

*(Guilherme Silva - «Antena 1», 17.08.93)

"Acho que o Tribunal Constitucional deveria ser uma secção especializada do Supremo Tribunal de Justiça. Já devia ter sido há muito tempo. (...) O STJ tem várias secções, porque é que não há-de ter uma secção ou um juiz (não sei bem, tecnicamente, como é que isso se chama) que trate dos assuntos constitucionais?"

*(Eurico de Melo - «TSF», 16.08.93)

"Como o Calimero da minha infância, o meu primeiro-ministro só quer o progresso dos outros. Conhece, aliás, melhor que os outros o que os torna felizes. E a felicidade só se consegue se pensarmos todos mais ou menos da mesma maneira. No fundo, cavaquismo é sermos todos do centro."

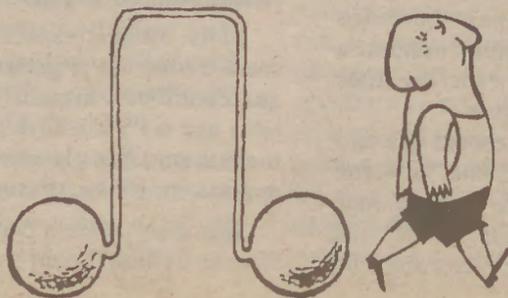
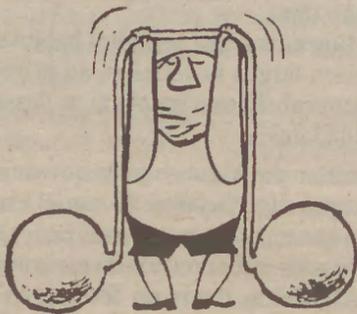
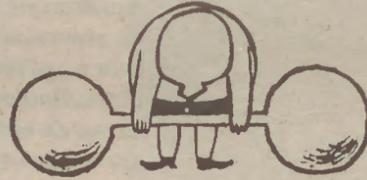
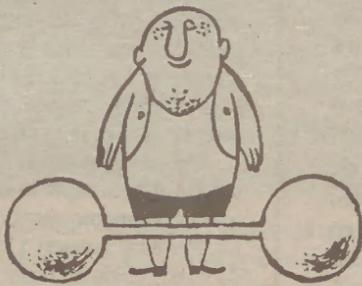
*(José Valente - «Público», 12.08.93)

"Macário é o Correo da Manhã da Câmara de Lisboa"

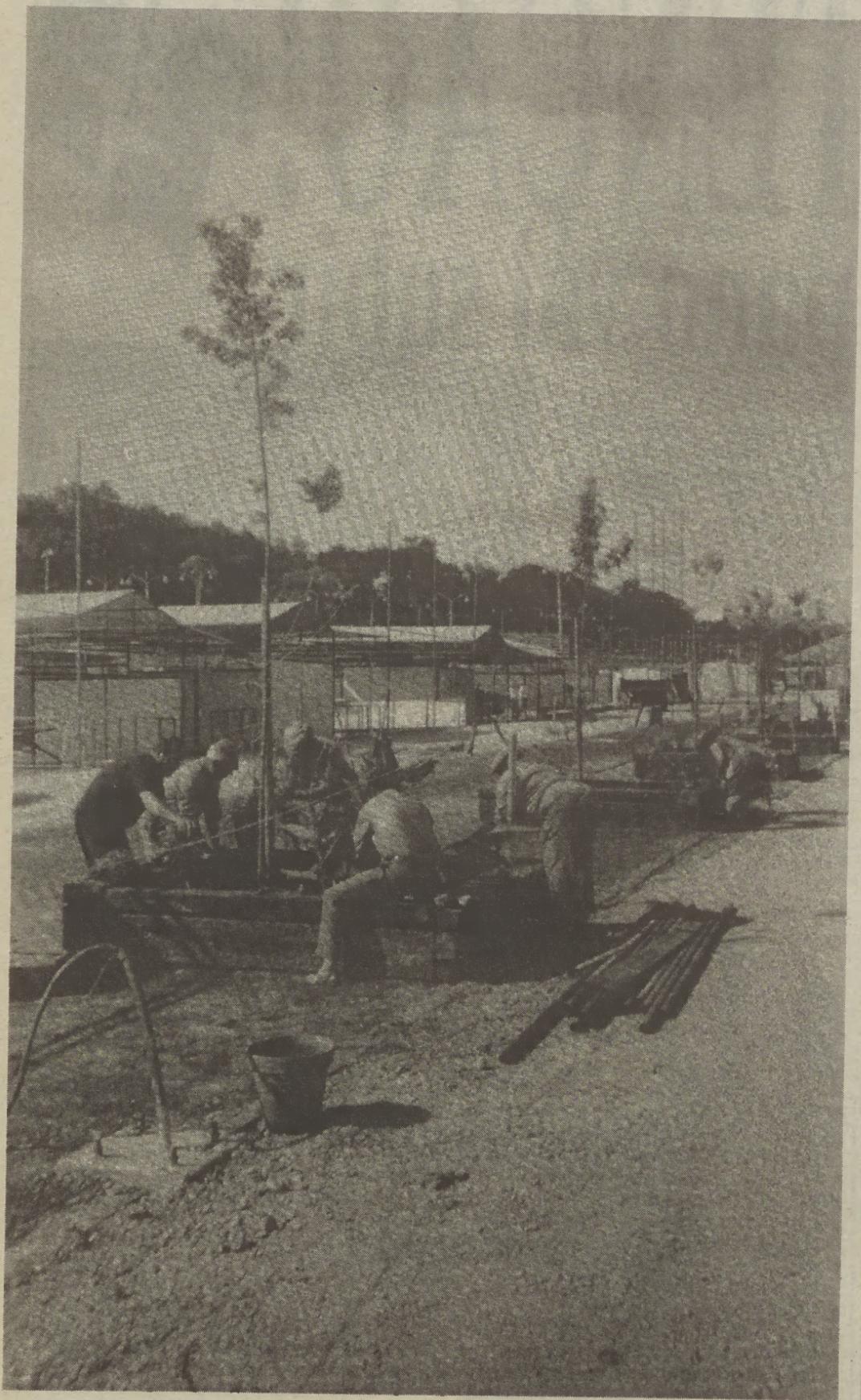
*(Vasco Franco - «Semanário», 14.08.93)

"O Gabinete do ministro da Defesa enviou uma carta à Quercus dizendo que o Exército colocou à sua disposição três barcos e quatro viaturas todo-o-terreno, que passarão a ser património da Quercus (...)"

*(fonte do gabinete do ministro da Defesa ao «Público», 15.08.93)



Verde-novo!

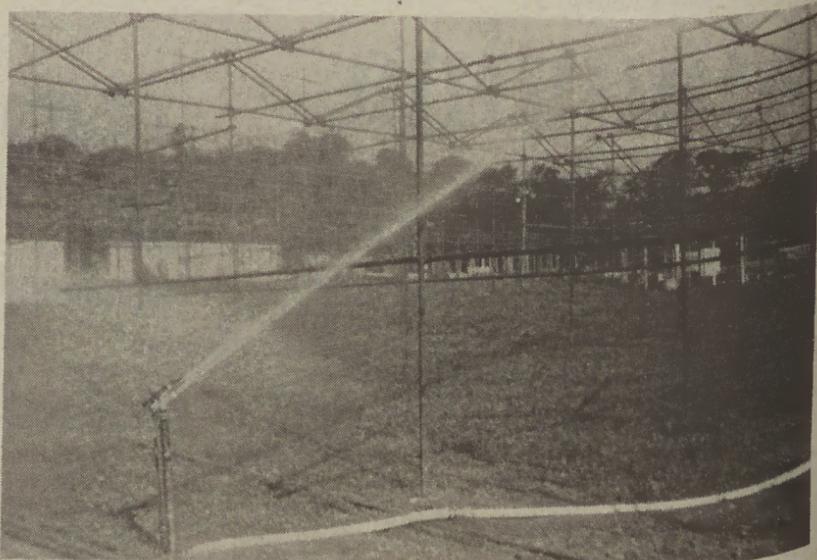


Verde. Quem tem participado nas últimas jornadas de trabalho no terreno da Atalaia tem verificado a mudança. E a mais visível de todas é a cor, o verde estendido da relva, atapetando o solo que vai ser pisado, em Setembro, por milhares e milhares de passos, as árvores novas que um dia darão sombra, as grandes floreiras em canteiro nas avenidas da Festa. Por entre a floresta de tubos de que o terreno se cobriu nas últimas semanas, por entre os muitos painéis que já se ergueram a construir os pavilhões das organizações, o verde da relva enterrou a poeira de que tanta gente se queixa quando a

multidão dos visitantes invade literalmente a Atalaia. A água corre em abundância. Aspersores - dos mais clássicos aos mais improvisados - lançam sobre o verde dos arrelvados uma poalha líquida onde o arco-íris não se cansa de espregitar, refractando o sol. Há que cuidar deste verde, fazê-lo crescer, consolidar-se, habituá-lo ao terreno, criar as suas raízes para que não fuja, aos primeiros calores da Festa. Mas vêem-se outras novidades no terreno. A grande avenida central que, a começar na entrada da Quinta da Princesa, atravessa o recinto a desembocar no círculo em frente ao Palco 25 de Abril, já é uma

sólida artéria compactada, definindo a vasta alameda de onde se pode partir para todos os cantos da Festa. Também a avenida que desce da Medideira para o Palco sofre o mesmo tratamento. Há muitas outras novidades que se vêem. Mais são, porém, as que, permanecendo invisíveis aos olhos curiosos do visitante, nem por isso deixam de influir profundamente na visita, na comodidade desta, na organização do trabalho que facilita. Bebedouros em todas as zonas, uma nova instalação sanitária, a iluminação que conta com muitos mais postes, os telefones que, aproveitando as clássicas cabinas,

Secretariado do Partido, responsável pela Festa do "Avante!", que começou por nos falar do longo fôlego do trabalho estruturante do terreno. Com efeito, no decurso dos poucos anos que a Atalaia tem, na posse dos comunistas, as grandes obras estruturantes têm obedecido a várias condicionantes de peso. Uma delas é a própria concepção de um plano que harmonize a experiência de algumas festas neste terreno e a das outras festas do "Avante!" realizadas desde 1976. E, claro, a capacidade de investimento do Partido, já que as grandes obras, mesmo integrando larga parte de trabalho voluntário e de materiais



Números e novidades

Não vamos aqui destinar, metro a metro, quilómetro a quilómetro, quantos os fios, os cabos e os tubos que foram necessários para estruturar, no terreno, as redes de abastecimento de água e de iluminação, de energia e de telefones, de audio e vídeo. Lá está tudo, muito bem enterrado, com os disfarçados afloramentos que são as caixas, os disjuntores, as tampas de esgotos, as cabinas telefónicas. Nem diremos quantos os novos postes de iluminação, as torneiras, os sanitários. Quem lá for que os conte, se é que alguém lá vai para isso, durante a Festa...

Mas sempre diremos, das conversas que tivemos com os camaradas Vítor Santos e Licínio, do Secretariado da Festa, que arranjaram um pouco do seu tempo para nos falarem, que os visitantes vão ter à sua disposição

um passeio público com zonas de sombra e de descanso, entre canteiros floridos com plantas da época e arbustos verdes (enquanto os novos freixos não crescem...), 16 cabinas telefónicas espalhadas pelo terreno, mais mil lugares de descanso em todo o espaço da Festa, 6 bebedouros simples e 8 duplos, colocados "estrategicamente" para fazer face à sede - não esquecer que nos pavilhões das organizações também há água fresquinha, entre outras bebidas não menos saborosas que a água da Atalaia...

Não diremos, entretanto, quanto espaço antes poeirento foi reverdecido, palmo a palmo, nem compactado, para nos facilitar os passos. Vão ser os olhos de todos e os passos de cada um a contar toda a novidade deste ano!

se encontram à mão, um pouco por todo o lado, contribuindo para fazer diminuir as filas e a espera, tudo isso já se vê. Mas o que não se vê e lá está é tão importante que merece ser revelado. Fizemos, logo de manhã, o "percurso das novidades", acompanhando o camarada Henrique de Sousa, do

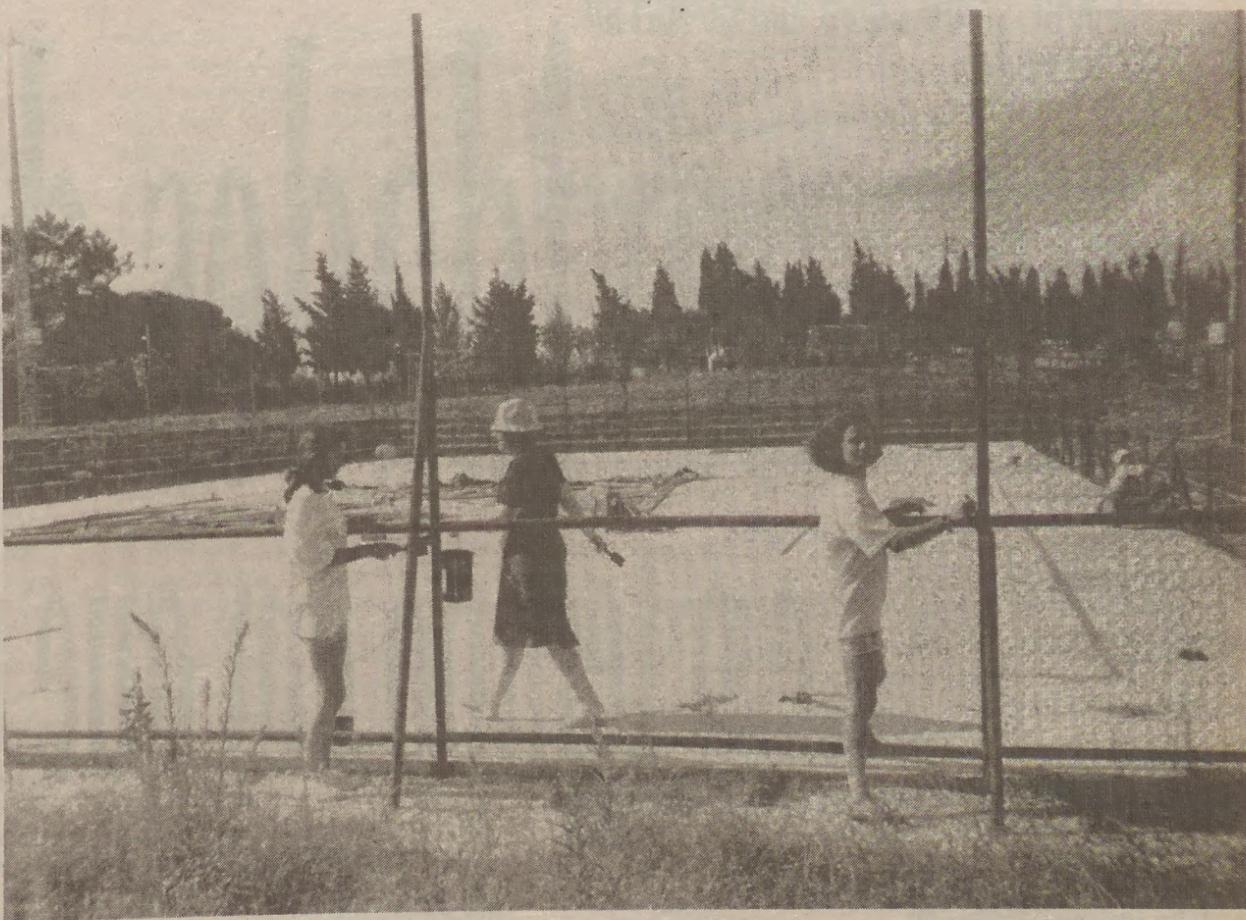
oferecidos, necessita de muito dinheiro. Como em anos anteriores, houve que definir prioridades. E a primeira delas, conforme disse Henrique de Sousa, é a menos visível. Tratou-se de um grande investimento feito nas redes primárias de abastecimento de energia. A grande inovação neste campo é o facto de o

abastecimento de energia eléctrica às organizações funcionar já com disjuntores próprios. Cada organização é assim responsável pela gestão da energia que recebe. Se houver uma sobrecarga e um disjuntor disparar, tal não "paralisará" toda a Festa. Evita-se desse modo os prejuízos em outros sectores em consequência de eventual má gestão da energia própria, nesta verdadeira cidade que funciona durante três dias. Outra das prioridades é, este ano, a construção da via estruturante da Alameda Central a maior obra da Quinta, completando a rede primária de vias da Festa. Também aqui, na Alameda Central, o mais importante está enterrado. Água, esgotos, energia, iluminação pública, telefones, audio e vídeo, são várias as redes que passam e se cruzam sob o solo da vasta avenida. Mas a avenida é também o que se vê. E no passeio que demos, o que vimos é novo. Desde as novas árvores plantadas - ainda magras, ainda novas -, que são freixos e têm assim um grande futuro de poderosas árvores de sombra, à pavimentação, à rotunda verdejante onde se vão erguer,

nos seus mastros já colocados, as bandeiras nacional e do Partido, aos novos postos de iluminação, tudo é novo. Canteiros, cujos enquadramentos são fortes pranchas de sulipas de linha férrea e servirão de bancos de descanso, seguem ao longo da avenida, ocupando a sua parte central, onde a relva cresce por entre um pavimento curiosamente construído em "tijolos" de betão. A encosta da Medideira encontrava-se em fase de finalização, entretanto, com as máquinas a pisar a gravilha. Todas estas novidades "estruturantes", porém, vão deixar vasto espaço, como não podia deixar de ser numa Festa que se quer sempre nova, à possibilidade de recriar os espaços circundantes. É claro, no entanto, que as redes de abastecimento secundárias hão--de, por força, promover algumas condicionantes. Mas, como disse Henrique de Sousa, está já a passar-se da fase da quantidade para a da qualidade. E então o que haverá a fazer é dar tratos à imaginação para que o novo surja, em cada ano de Festa. Como já dissemos, a outra prioridade foi e é

a do revestimento vegetal. Ao longo do ano - e não apenas nestas últimas semanas em que tudo, de repente, se tornou verde - um trabalho aturado de tratamento do solo, de sementeira e de rega está agora a dar os seus "frutos". Um trabalho que não tem sido sem dificuldades, já que a construção em si mesma agride sempre os solos, por mais que se regue e proteja a relva. As organizações do Partido, no entanto, têm revelado uma grande sensibilidade ao seu novo enquadramento verde. E vimos, um pouco por todo o lado, ao mesmo tempo que cresciam estruturas e se cavavam valas, um trabalho permanente de rega. O pó vai ser banido da Festa... Zonas de sombra e de passeio, mais bancos, bebedouros, a frescura invade o belo terreno da Atalaia. O que tem custado muito trabalho, não apenas realizado nas jornadas de construção que ao longo do Verão conquistam muitos milhares de camaradas, mas também num porfiado esforço da equipa permanente que, durante todo o ano, vem planeando e preparando o terreno da Festa.

Só mais 15 dias

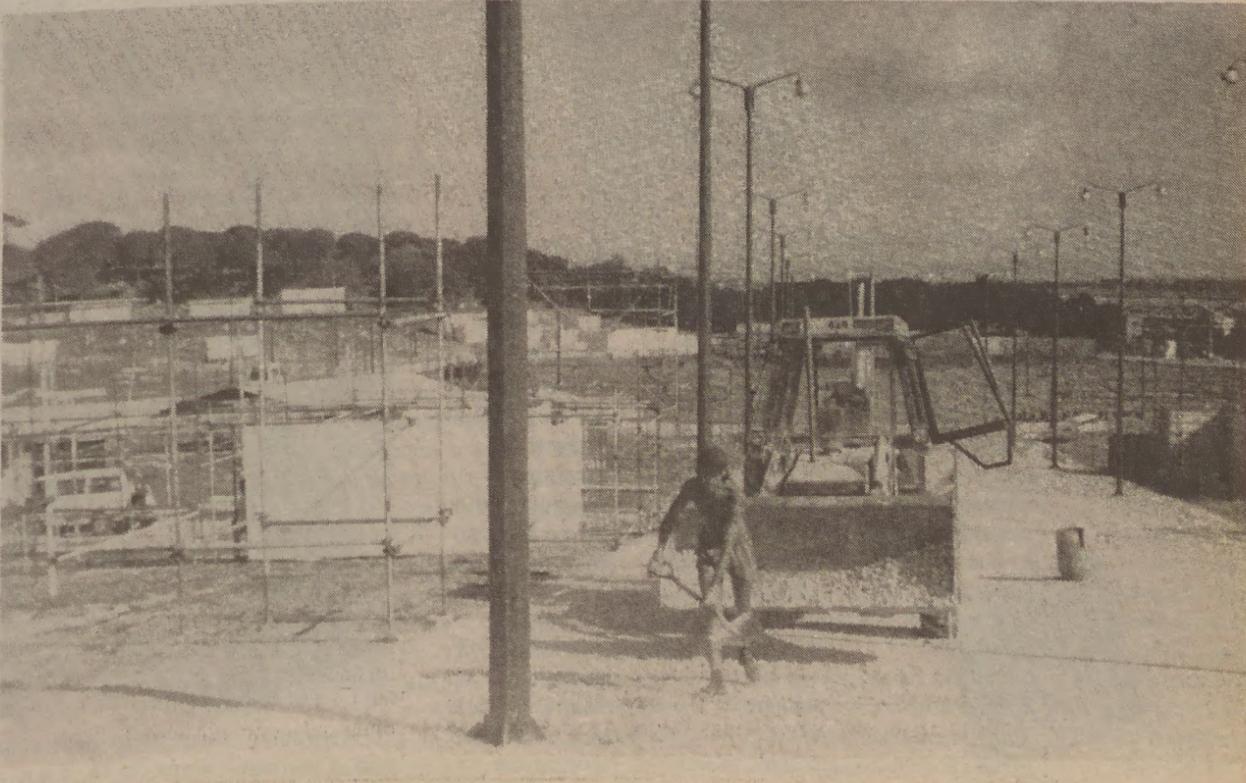


O trabalho também é festa!

Mais de 350 camaradas e amigos participaram, no passado sábado, na jornada de trabalho da Festa do "Avante!". Números que continuam a indicar uma tendência que se tem verificado nos últimos anos - o trabalho voluntário tem conquistado cada vez mais braços e vontades. De todos os que, havendo já terminado as suas férias ou mesmo fazendo das férias tempo de trabalho militante, vêm contribuindo para que a construção da Festa avance, para que, daqui a duas semanas tudo esteja a postos para receber não apenas os muitos milhares de visitantes mas também os milhares de camaradas e

amigos que vão assegurar as tarefas de uma Festa como esta... Estes números não dizem do trabalho realizado já, que em cada sábado e domingo se pode fazer. Do mais especializado - e que ao longo das semanas as equipas central e permanentes desenvolvem e preparam - nem do mais modesto e ainda assim essencial. Máquinas continuavam a alisar o pavimento das avenidas, jardineiros cuidavam dos canteiros, levantavam-se postes de iluminação, regava-se, pintava-se, erguiam-se painéis nos pavilhões. E convive-se. Nos intervalos para as refeições, o restaurante central é um mundo de encontros, com a juventude a

marcar presença. E os números mostram como aumenta a vontade de aderir ao trabalho da Festa: até 5 de Agosto do ano passado, as refeições vendidas atingiam as 1707. Este ano, no mesmo período, o número era já de 3004... Mas não é só no restaurante que a refeição se toma. Há quem leve o farnel. E, às sombras frescas, organizam-se sardinhas ao almoço, acompanhado aos sons de cantigas que de todo o país fazem ouvir vozes de trabalho. Nos dias que aí vêm, nestas duas semanas que faltam, muito há ainda a fazer na Atalaia. Com alegria, lá nos encontraremos de novo!



O som do Palco «25 de Abril»

As novidades deste ano e o tempo em que nasceram (II)

Ficámos no primeiro artigo desta série nos anos 40/50 com a guitarra eléctrica definitivamente instalada nos palcos de música, introduzindo assim uma alteração definitiva no panorama técnico da música popular. Mas duas outras realidades transformariam o mundo do som na segunda década do século: a microgravação e a acrescida importância da juventude.

Em 1931 realizaram-se as primeiras experiências com discos de longa duração, os *Long Playing Records*, que passariam à história com a designação de LPs. A novidade consistia no essencial na diminuição da velocidade de rotação do disco, que passaria das 78 rotações por minuto para, primeiro 48 e, posteriormente, 33. Como primeiro resultado, claro que a duração da música incluída em cada disco passou a ser maior, uma vez que este rodava mais lentamente. A inovação tornava-se possível pela modificação na matéria-prima do disco, que passara a ser um plástico mais dúctil, permitindo uma gravação de espiras mais perfeita e apertada (*micro*) que o mais duro anteriormente utilizado. Em 1933 um novo passo era dado com a gravação em sistema estéreo. Aqui, a técnica fora tornada possível pela gravação das matrizes dos

discos não directamente em disco-matriz, mas em fita magnética e a possibilidade de dividir esta em duas faixas, correspondendo, no fundo, a duas fitas e duas gravações separadas. De forma esquemática, o processo é o seguinte. Suponha-se uma orquestra dividida ao meio por uma linha imaginária: os sons emitidos pelos instrumentos colocados à esquerda dessa linha são captados por um microfone e registados num gravador; os da direita por outro microfone e outro gravador. Mediante o apuramento da técnica de feitura das espiras do disco, assegura-se que o som de ambos os gravadores seja simultaneamente nelas introduzido. Por sua vez, a agulha do giradiscos é dividida ao meio, lendo uma metade o som correspondente à origem esquerda e a outra à direita. A partir daí, tudo se continua a passar em duplicado: há um amplificador dividido em duas partes (dois

andares, na linguagem dos técnicos) que alimentam dois altifalantes em que o da esquerda reproduz os sons captados inicialmente pelo microfone esquerdo e o da direita os do microfone direito. Teremos assim que, do ponto de vista espacial, a situação de reprodução é muito mais fiel à situação original e mais ainda se se forem multiplicando os microfones em cada lado do estéreo. No mercado surgiu assim um novo tipo de discos em novos formatos que conviveram durante anos: discos de 45 rotações, com 17 centímetros de diâmetro, com um tema de cada lado (*singles*) e com dois temas de cada lado (*EP de Extended Playing*) e os de 33 rpm com 24,5 cm de diâmetro e - que se viria a generalizar - com 30 cm (o *LP de Long Playing*).

Mais música e para mais público

Destas inovações resultaram comercialmente dois factos. Por um lado, como o número de canções por disco editado passava a

ser muito maior, as editoras multiplicaram enormemente a sua procura de originais para gravação: o mercado de trabalho para músicos e composições na área da gravação foi várias vezes multiplicado. Por outro, a capacidade de produção aumentou enormemente, não só em relação ao número de edições, mas também relativamente à tiragem de cada uma delas, com o consequente resultado do embaratecimento do disco. Daqui resultava a necessidade para a dinâmica indústria discográfica da criação de um novo público. Um público que estivesse aberto a um novo produto cultural, disponível e receptivo ao consumo de música e à manipulação de novos equipamentos. Entretanto, acabara a II Guerra, deixando no meio dos escombros quarenta milhões de mortos e, no meio das cinzas, muitos padrões culturais. A guerra acabava e nascia uma enorme vontade da Humanidade de criar um

mundo novo, para isso aproveitando todas as potencialidades científicas e técnicas que, contraditoriamente, o próprio conflito gerara. Tudo o que era novo revestia-se de uma importância muito grande: a atenção dedicada aos filhos das gerações que haviam feito a guerra aumentou em todo o mundo.

De pura fase de transição etária, a juventude passou a ser um facto social e cultural, os protagonistas que os homens e mulheres que saíam esgotados do mais devastador conflito da História da Terra confiavam que a reconstruiriam. Os anos depois do final da II Guerra marcaram um salto demográfico

sem precedentes, os adultos confiaram num mundo mais feliz e pacífico e para eles fizeram filhos: foi o *baby boom* do final dos anos 40, que deu origem aos *baby boomers*, que hoje têm à volta de cinquenta anos, que eram jovens à volta dos 20 anos na mítica década de 60 e cuja estabilização social é hoje

assinalada, por exemplo, pela vitória de Bill Clinton. Os adolescentes nascidos nos anos 40 eram *teenagers* (isto é, com idades entre os 13 e os 19 anos, números com a terminação *teen* em inglês) nos anos 50 e deram a um convívio com outros contornos, foram forçados a procurar padrões

com uma maior independência e no meio de maiores dúvidas dos familiares mais velhos, abalados quanto à legitimidade dos anteriores padrões que haviam desaguado numa guerra. Maior liberdade, maiores dúvidas e abertura a fenómenos novos, novas realidades de funcionamento familiar como a



O pós-guerra, a electricidade, a música - e a juventude. Elvis Presley na parede, o giradiscos, a teenager. Anos 50-60, a nova música popular

mesada» ou «semanada» faziam desta juventude um novo - mercado! O ideal para um novo produto: o disco.

A jukebox

Uma maquina inventada logo no final do século e que já contribuíra profundamente para a divulgação dos 78 rotações iria jogar de novo papel determinante na nova era da microgravação: a jukebox. Fora já em 1889 que Louis Glass, técnico da Pacific Phonograph Co. concebera o projecto de uma máquina na qual o cliente, mediante a introdução de uma moeda de 5 centimos (nickel) poderia escutar a reprodução de um dos então recém-inventados cilindros musicais. A ideia foi concretizada, lançada no mercado e tornou-se um sucesso monstruoso. Dois anos depois, um dos fabricantes, a Louisiana Phonograph Co. anunciava ter retirado mil dólares - quantia fabulosa para a época - de uma única máquina instalada numa praça em St. Louis. Aliás, as máquinas conheceram um êxito gigantesco nos Estados do Sul dos EUA e do calão local receberam o nome por que passariam a história: *juke*, go *juke* é a expressão ali utilizada para designar a saída de casa para um entretenimento barato de uma noite, uma espécie do «ir beber um copo»: as máquinas de discos, instaladas essencialmente nos bares, passaram assim a ser as «caixas do *juke*», as jukebox. Em 1939 estavam já instaladas nos EUA cerca de 300 000, absorvendo mais de 30 milhões de discos por ano.

Antes da indústria conseguir colocar no mercado giradiscos para microgravações a preços acessíveis, as jukebox constituíram, lado a lado com a rádio, a principal via de divulgação do novo produto junto da juventude e a década de 50 teria como uma das suas imagens mais características os clubes e bares juvenis com *teenagers* dançando ao som de uma jukebox.

Outra música para outro público

Para este novo consumo musical juvenil era necessário pôr no mercado outra música. As editoras discográficas lançaram-se em busca de um tipo de música que, em seu entender, correspondesse aos gostos juvenis da época. Deu-se como adquirido que a funcionalidade essencial da música popular não era ser ouvida, mas, acima de tudo, ser dançada e aí foi-se em busca dos padrões da música de dança anterior à Guerra, a época do swing, das big bands e dos seus cantores, dos seus *crooners*. As editoras discográficas consideraram a solução simples: para fazer a adequação ao público jovem tratava-se, no essencial, de produzir melodias dançáveis, idênticas às das big bands ou dos grandes sucessos populares lançados pelo teatro musicado da Broadway, ou ainda da *country music* (literalmente, música do campo), o produto comercial saído da música tradicional. A modificação seria apenas a serem cantadas por vozes claramente juvenis e sem educação técnica

sensível e com letras que reflectissem o que os directores das companhias entendiam ser o que os *teenagers* queriam ouvir. Assistimos assim a uma década de produção de música xaroposa suportando alguns dos mais imbecis poemas da história da música gravada, invariavelmente do estilo *gosto tanto de ti, mas tu não gostas de mim, ai que infeliz que eu me sinto*. Musicalmente, o recurso a grupos reduzidos embaratecia as gravações, que havia que fazer em grande quantidade, o que significava que o padrão passou a ser uma voz acompanhada por uma bateria, um piano, um baixo e uma ou duas guitarras acústicas ou electroacústicas.

A música e a raça

Nuns Estados Unidos inteiramente divididos pelo racismo, esta produção destinava-se exclusivamente ao maioritário público juvenil branco. Mas, entretanto, um fenómeno paralelo se desenvolvia na comunidade negra. Emigrados dos estados sulistas, segregacionistas e essencialmente agrários, para as grandes cidades do Norte onde procuravam empregos na indústria, os negros verificaram que esse Norte, que ganhara a Guerra travada em nome da abolição da escravatura, era praticamente tão racista quanto o Sul. Nas grandes cidades nortistas, como New York, Chicago, Detroit, os negros foram obrigados a acantonarem-se em bairros empobrecidos e marginais, por eles

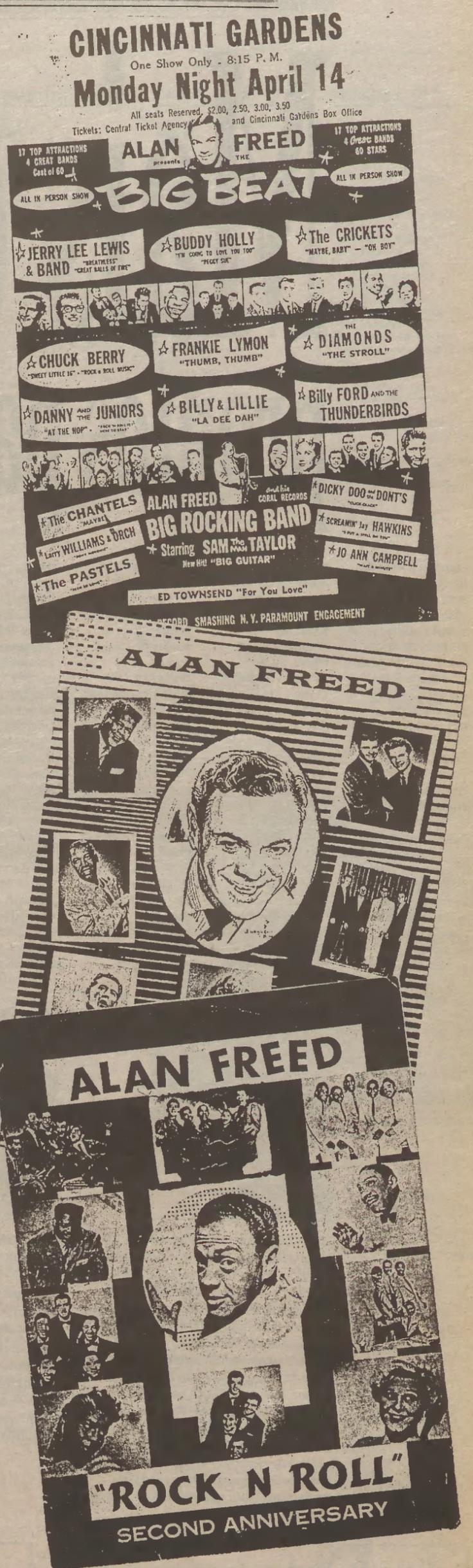
exclusivamente habitados e que viriam a receber o nome dos bairros judaicos das cidades italianas seiscentistas dramaticamente recriados pelo nazismo: *ghettos*. Do Sul, os negros haviam trazido uma música própria, com eles ali nascida e que se espalhara entretanto por todos os EUA: os *blues* e o jazz. Mas, nas novas condições de vida urbanizada, o convívio de grandes massas empilhadas nos *ghettos* criava necessidade de uma música que desse base à festa dançada, ao baile. A criatividade e imprevisibilidade do jazz não se adequavam a essa função, mas foi na base dos estilos e ritmos jazzísticos que surgiria uma música de dança de *ghetto*: o *rhythm and blues*, ritmo e *blues*, a riqueza rítmica do jazz, a expressividade vocal dos *blues*, as secções de sopros do jazz, as vozes roucas dos cantores de *blues* - mas para dançar. Música de dança negra, ritmada, estridente, profundamente sensual, o *rhythm & blues* sofreu os anátemas de toda a ideologia racista a cujos estereótipos correspondia: ritmos rápidos, para dançar, explicitamente mimando práticas sexuais (a dança branca nasce exactamente do mesmo, mas depurada pela moral vigente...), vozes roucas, gritadas, «selvagens», em suma, *race music*, como depreciativamente o mundo branco baptizou os *r&b*. Música da raça, música de pretos. Sucede que a juventude branca desses anos 50, a quem eram oferecidos os lirismos xaroposos dos Neil Sedaka, Johnny Tillotson & Companhia, descobriu que ali ao lado, no *ghetto*, havia uma

música com muito mais vida, muito mais força, muito mais expressiva e muito mais apaixonante. O *r&b* começou a ter um público juvenil branco, as estações de rádio e as editoras - especialmente as que buscavam quotas de mercado mais pequenas - aperceberam-se do fenómeno. Ele atingia também jovens músicos brancos, vindos essencialmente da *country music*, seduzidos pelos ritmos e pela expressividade da música negra e foi num estado, o Tennessee, meio fronteira entre o Norte industrializado, o Middle West rural e o Sul segregacionista que a grande mistura se fez. A cidade de Memphis viu começarem a surgir as primeiras editoras destes grupos que produziam uma música a que não se sabia muito bem o que chamar: *race music* feita por brancos, um *rhythm and blues* um tanto adoçado, fosse em versões novas de êxitos previamente gravados por artistas negros, fossem em novas composições.

O rock and roll

Em 1952, um *disc jockey* de uma rádio de Cleveland (no Tennessee...), que desde a universidade andara envolvido com música negra (criara então os *Sultans of Swing*) e que contava à época 30 anos, apercebeu-se do crescente impacto do *rhythm and blues*, da *race music*, junto do seu público maioritariamente jovem e branco. Só que, como chamar aos discos de *r&b* que passava nos seus programas, bem como aos discos que começavam a aparecer de *r&b* cantado por

brancos, sem com tal designação desencadear as iras do racismo? Em 1952, Alan Freed baptizou a música que transmitia na estação WJW de Cleveland como *rock and roll* no programa chamado, de seu nome completo, *Moondog's Rock 'n' Roll Party*. Em Março daquele ano, um espectáculo organizado pelo programa, o *Moondog Coronation Ball*, juntava uma multidão de 25 000 jovens, mas a surpresa é que a esmagadora maioria era branca. Estava criada uma música nova e um fenómeno novo. E, no meio dela, estava um instrumento novo. Uma guitarra eléctrica que, nas mãos dos agrupamentos brancos de *country* fora essencialmente buscar referências à guitarra acústica, mas que, na música negra, para além dos sonoridades de jazz criadas por Charlie Christian, viera a competir, na música de *ghetto*, no *r&b*, com as estridências contundentes e expressivas dos trompetes e trombones, concorrência onde as distorções das guitarras eléctricas apenas amplificadas, as Fender de corpo maciço, não ficavam a perder. Pelo contrário, ganharam nesse diálogo um estilo próprio, impossível de atingir com as guitarras acústicas, limitadas no volume pela caixa e na continuidade do som pelo simples vibrato acústico da corda. As guitarras eléctricas ganharam ainda outro parceiro de diálogo, o saxofone. Aí, verificou-se que igualmente a sonoridade eletrificada das Fender era um parceiro de eleição nos seus



Cartazes de espectáculos promovidos pelo discjockey Alan Freed, o homem que inventou a expressão rock and roll

glissandos, sustentações e distorções com a sonoridade característica do instrumento-base do relançamento do jazz no bop. O contrabaixo acústico também encontrava no baixo eléctrico a possibilidade de subir o volume e de fazer sustentações anteriormente impossíveis. Com a guitarra eléctrica a electricidade subira ao palco. Com o rock, ambas ganharam um estilo e uma protagonização próprios.

Final, havia mais para dizer... Só conclui no próximo número!

Mais de 500 prontos para a corrida

Quando a fase das inscrições se aproxima da meta-data, ultrapassa já o meio milhar o número de atletas que puseram preto no branco a sua disposição de participar na edição deste ano da Corrida da Festa. Muitos outros estão certamente em aquecimento, mas convém não perderem de vista que termina no dia 27 o prazo para formalizarem a sua inscrição nesta prestigiada e popular prova. As inscrições são gratuitas e devem

ser feitas, pessoalmente, por correio ou pelo telefone 7930973, junto da organização da prova, na Av. António Serpa, 26, 2º esq., 1000 Lisboa. A entrega de dorsais tem lugar no dia 5 de Setembro, a partir das 8 horas, junto ao campo de futebol do Amora, onde às 9.30 é dada a partida. Os vencedores absolutos (masculino e feminino) recebem como prémio uma viagem de três dias à Madeira, as 15 primeiras equipas

(tempos dos 5 melhores atletas) recebem taças ou troféus, tal como os primeiros 4 atletas de cada escalão. Aos primeiros 100 classificados são oferecidos livros da Caminho, os primeiros 1000 recebem uma camisola e todos os que terminarem a corrida têm direito a uma entrada gratuita na Festa. A corrida tem um percurso de cerca de 14 quilómetros, com abastecimentos aos 5 e 10 quilómetros e no final da

prova. Os prémios serão entregues no Polidesportivo da Festa, às 12.30 horas de domingo. Na comissão de organização da corrida encontramos os nomes de Costa Lourenço, Carlos Marques, António Barata, José Carlos, Rafael, Maia, Pinto Claro, Jorge Pio Ramos, Mário Machado, Luís Barroso, Manuel Rosa, António Borges, Maria Antonieta, Rogério Gonçalves, Fernando Santos, Manuel Viegas e Luís Rijo.



Fernando Fernandes e Albertina Dias ganharam os troféus dos vencedores absolutos da Corrida da Festa em 1992. Na foto, tirada pouco depois da entrega dos prémios, estão também Carlos Rabaçal, do Conselho Nacional do PCP, e Carlos Lopes (que este ano voltará a apoiar a organização da prova)

Eles também apoiam a Corrida da Festa



Carlos Manuel

Esteve ligado ao atletismo durante 32 anos como seccionista do Sport Lisboa e Benfica; foi dirigente da Associação de Atletismo de Lisboa e na Federação Portuguesa de Atletismo ocupou os cargos de vice-secretário-geral e vice-presidente: «A corrida da Festa do «Avante!» é uma grande manifestação desportiva, que não só reflecte a grandeza do Partido que somos, mas também da junção desporto/Partido numa modalidade que é de massas e onde as vitórias internacionais dos atletas portugueses são motivo de regozijo para os desportistas nacionais e, em particular, para os comunistas, pela sua grande participação no desporto.»



Armando Aldegalega

É um dos maiores fundistas do atletismo português; hoje faz parte da equipa técnica do Sporting Clube de Portugal liderada pelo professor Bernardo Manuel; desde a primeira hora participa na Corrida da Festa: «É essencial a continuação deste tipo de provas, pois a corrida da Festa do «Avante!» é uma prova popular de grande nível e em que todos os atletas participam num ambiente salutar de convívio e camaradagem.»



Bernardino Pereira

É treinador do Maratona Clube da Maia, onde trabalha com atletas de alta competição, como Albertina Dias e Rosa Oliveira: «É com grande prazer que mais uma vez venho dar o meu apoio à Corrida da Festa. Estas «corridas para todos» são sempre de louvar pois, além de um grande convívio entre amantes da modalidade, proporciona a descoberta de novos valores.»



Arons de Carvalho

Foi atleta do Sport Lisboa e Benfica e corre agora pelo Clube de Veteranos; é director da revista «Atletismo» e jornalista do «Record»: «Todas as boas organizações, e a corrida da Festa do «Avante!» costuma ser uma boa organização, são um bem para o atletismo. Esta prova tem a particularidade de ser a primeira da época depois das férias. Dispõe de um percurso bastante agradável, com a passagem da baía do Seixal. É, pois, natural que muitos adeptos da corrida venham a estar presentes e até alguns primeiros planos do atletismo nacional. Embora a prova esteja intimamente ligada a um partido político, é curioso e agradável ver que nela participam apoiantes e simples votantes de todos os partidos, pois o que está em causa é, acima de tudo, o prazer de correr e conviver.»

«Foto D. Pedro» vence futebol de salão na Guarda

Numa partida de grande qualidade técnica e salutar desportivismo, como conta quem esteve no Pavilhão da União Desportiva de Seia, os jovens da «Foto D. Pedro», de S. Romão, venceram a fase distrital do torneio de futebol de salão da Festa do «Avante!» na Guarda. Nesta fase participaram 16 equipas: 10 no concelho de Seia (onde foi apurada a «Foto D. Pedro») e 6 no de Gouveia (onde venceu a «Mobilier», derrotada na final distrital por 4-2). Segue-se agora a fase regional, onde se defrontam as equipas vencedoras dos distritos da Guarda e de Castelo Branco.



Parabéns!

A comissão organizadora da 6ª Corrida da Festa do «Avante!» endereçou a Manuela Machado uma mensagem em que saúda calorosamente a atleta pela conquista da medalha de prata na maratona de Estugarda.

Também o Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva manifestou a Manuela Machado e à sua treinadora, Sameiro Araújo, o seu regozijo pelo importante resultado conseguido nos campeonatos mundiais.

Agenda Televisão

Quinta, 19

- 08.05 Notícias
- 08.10 Rua Sésamo
- 08.40 Piratas de Águas Turvas
- 09.05 Ginástica
- 09.15 «Follow Through»
- 09.40 As Diabruras do Pimentinha
- 10.10 Reino Animal
- 10.30 America's Music
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Vietnam Depois da Guerra
- 14.30 As Aventuras de Robin Hood
- 15.15 Festas Felizes (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Era Uma Vez na América
- 16.55 Brinca Brincando
- 17.30 E.N.G. - Imagens Vivas
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 O Dono do Mundo
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.10 Palavra Puxa Palavra
- 23.00 Toda a Noite
- 23.55 As Proezas de Hollywood
- 00.20 24 Horas

- 11.05 Infantil
- 11.30 Os Caminhos da Luz
- 12.30 Challenger
- 13.00 Agora Escolha
- 14.55 TV2 Desporto
- 15.30 Whoopi Goldberg Show
- 16.25 Comemoração
- 17.25 Os Prós e os Contras
- 18.20 Atletismo
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal



«MODIGLIANI» - mais um episódio da série, em transmissão à quinta-feira na TV2

- 23.15 Remate
- 23.25 Modigliani
- 00.20 Musical - «Kate Bush»

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.00 Notícias
- 18.10 Roque Santeiro
- 19.00 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Holocausto
- 23.30 Último Jornal
- 23.55 Um Homem Casado
- 00.50 MTV

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Animação
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Pai Sofre
- 20.40 O Jardim Mágico
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 Marés Vivas
- 22.25 O Túmulo de Ligeia (ver «Filmes na TV»)
- 00.00 Informação
- 00.15 Forum
- 00.50 Meteorologia

Sexta, 20

- 08.05 Notícias
- 08.10 Rua Sésamo
- 08.40 Piratas de Águas Turvas
- 09.05 Ginástica
- 09.15 «Follow Through»
- 09.40 As Diabruras do Pimentinha
- 10.10 Reino Animal
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 13.55 Instinto de Sobrevivência
- 14.20 As Aventuras de Robin Hood
- 14.55 Veneno Europeu (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 O Dono do Mundo
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 Pulsões Explosivas (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 24 Horas
- 00.15 Eulália (ver «Filmes na TV»)

- 11.05 Infantil
- 12.00 Grandes Tormentos
- 12.25 Christian Rother
- 13.30 Agora Escolha
- 14.55 Whoopi Goldberg Show
- 15.25 Infantil
- 16.20 Arqueitar
- 16.50 Vamp
- 17.45 Rotações
- 18.45 Atletismo
- 21.35 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate



«MODIGLIANI» - mais um episódio da série, em transmissão à quinta-feira na TV2

- 23.25 As Aventuras de Jean Galmon
- 00.15 Um Homem na Linha (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Holocausto
- 23.30 Último Jornal
- 23.55 Um Homem Casado
- 00.50 MTV

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Animação
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Pai Sofre
- 20.40 O Jardim Mágico
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 Desporto - «Na Maior»
- 22.05 A Saga de uma Mulher de Sucesso
- 23.30 Informação
- 23.45 Taggart
- 00.40 Os Piratas do Voo 847
- 02.15 Forum
- 02.50 Meteorologia

Sábado, 21

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.05 Crônicas de Narnia
- 13.30 Cientificamente
- 14.00 A Minha Gente
- 14.20 Fort Boyard
- 15.50 La Boum II - Depois da Festa (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Floradas na Serra
- 18.40 Marés Vivas
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.30 Câmara do Cãndido
- 21.00 Despedida de Solteiro
- 22.50 Memórias da Meia-Noite
- 23.45 Traição e Vingança (ver «Filmes na TV»)
- 01.30 Caçador de Nazis (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 O Primo Campeão (ver «Filmes na TV»)
- 10.30 Viagem ao País da Maçonaria
- 11.30 Programa Infantil
- 12.20 Daniel Boone (ver «Filmes na TV»)
- 13.40 Parceiros no Crime
- 14.20 Pé Grande e os Amigos
- 15.00 TV2 Desporto
- 22.45 Tauromaquia
- 23.15 No Cumprimento do Dever
- 00.15 Teatro: «Os Amigos»

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 14.00 Notícias
- 14.10 As Mais Belas Máquinas
- 14.35 Selvagens e Perigosos
- 15.00 Mercadores de Intrigas (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Dra. Quinn
- 17.55 Grandes Planos
- 18.25 Portugal Radical
- 18.50 Lei e Ordem
- 19.50 Príncipe de Bel Air
- 20.15 Cara Chapada
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Belezas de Verão
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Água na Boca
- 00.50 Diamantes
- 01.25 Boxe

- 10.10 Os Construtores da História
- 10.40 Vida Selvagem
- 12.00 Punky
- 12.35 Lássie
- 13.00 Informação
- 13.10 Desporto
- 14.05 Cagney & Lacey
- 15.00 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação
- 20.10 Espião à Vista
- 20.35 Pearl Harbour
- 21.35 Os Bastidores do Espectáculo
- 22.05 A Saga de Uma Mulher de Sucesso
- 23.30 Futebol
- 01.15 Meteorologia

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.30 Missa
- 13.30 Rica Saúde
- 14.00 A Saga do Ouro
- 16.00 África Nossa
- 17.00 Mito Mortal (ver «Filmes na TV»)
- 18.35 Ao Lado da Lei
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Espião à Vista
- 20.35 Covington Cross
- 21.10 Lobos da Serra (ver «Filmes na TV»)
- 23.10 Futebol
- 00.55 Meteorologia

Domingo, 22

- 08.00 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.50 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.10 A Família Twist
- 13.35 Top +
- 14.20 Clips e Spots
- 14.50 O Outro Lado do Paraíso
- 16.10 Desafio a Lassie (ver «Filmes na TV»)
- 17.25 Tequila & Bonetti (ver «Filmes na TV»)
- 18.20 Beverly Hills 90210
- 19.15 Clube Paraíso
- 20.00 Jornal de Domingo



MADONNA - uma carreira em revista: neste domingo e no próximo, à noite, no Canal 1

- 20.30 Casa Cheia
- 21.20 Despedida de Solteiro
- 23.00 O Coração da Meia-Noite (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Clínica Veterinária
- 09.00 Terra Frágil
- 10.00 Arte Fantástica
- 10.30 Programa Infantil/Juvenil
- 12.30 Pierre Boulez - A Música do Séc. XX
- 13.25 Realce
- 14.00 A Família Chisholms
- 15.00 TV2 Desporto
- 23.20 Conspiração e Silêncio
- 00.15 Madonna (1ª parte)

- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 12.55 Pássaros de Fogo
- 13.45 Três é Companhia
- 14.10 Notícias
- 14.20 Aventura
- 14.50 Prince, o Rocker (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Tarzan
- 17.00 National Geographic Magazine
- 17.55 Falso Suspeito
- 18.20 Benny Hill
- 18.45 Cosby Show
- 19.15 Verão Radical
- 19.45 Biografias
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Entre a Noite e a Alvorada (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Último Jornal
- 23.55 Fórmula Indy

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.05 O Jardim Mágico
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 O Preço da Fama (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Informação
- 23.30 Saída do Parlamento
- 24.00 Forum
- 00.30 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 E Difícil Dizer Adeus (ver «Filmes na TV»)
- 23.10 Informação
- 23.25 Sirenes
- 00.15 Forum
- 00.45 Meteorologia

Segunda, 23

- 08.10 Rua Sésamo
- 08.40 Piratas de Águas Turvas
- 09.05 Ginástica
- 09.15 «Follow Through»
- 09.45 Vitor e Hugo
- 10.05 O Reino Animal
- 10.30 Isto é Magia
- 11.05 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 13.55 Instinto Animal
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 14.50 Um Barco e Nove Destinos (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Era Uma Vez a América
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.30 E.N.G. - Imagens Vivas
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 O Dono do Mundo
- 21.40 Jogo Sem Fronteiras
- 23.10 A Última Noite em Camomile Lawn
- 00.05 As Proezas de Hollywood
- 00.30 24 Horas

- 11.05 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos
- 12.30 Christian Rother
- 13.15 Agora, Escolha!
- 14.55 Whoopi Goldberg Show
- 15.25 Infantil
- 16.10 Guia de Viagens
- 17.15 Os Prós e os Contras
- 18.10 Vamp
- 19.10 Carta a Três Esposas (ver «Filmes na TV»)
- 20.55 Letras com Todos
- 21.30 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.25 Uma Questão de Consciência
- 23.55 Os Trintões

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.10 Roque Santeiro
- 19.00 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.00 Enterrar o Passado (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 Último Jornal
- 00.15 Homens Mal-Comportados
- 00.45 MTV

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.05 O Jardim Mágico
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 O Preço da Fama (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Informação
- 23.30 Saída do Parlamento
- 24.00 Forum
- 00.30 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 E Difícil Dizer Adeus (ver «Filmes na TV»)
- 23.10 Informação
- 23.25 Sirenes
- 00.15 Forum
- 00.45 Meteorologia

Terça, 24

- 08.10 Rua Sésamo
- 08.40 Piratas de Águas Turvas
- 09.05 Ginástica
- 09.15 «Follow Through»
- 09.40 Os Esquilos Vão ao Cinema
- 10.10 O Reino Animal
- 10.30 America's Music
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 A Revolução Eletrónica
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 14.55 O General Della Rovere (ver «Filmes na TV»)
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.05 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 O Dono do Mundo
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 As Noivas de Copacabana
- 23.00 A Lei das Ruas
- 23.55 As Proezas de Hollywood
- 00.20 24 Horas

- 11.05 Infantil
- 11.40 Os Caminhos da Luz
- 12.30 Christian Rother
- 13.30 Agora Escolha
- 14.50 Whoopi Goldberg Show
- 15.25 Infantil
- 16.30 Para Além do Ano 2000
- 17.20 Assalto Armado
- 18.10 Vamp



«QUEM MATOU KENNEDY?» - o último episódio na próxima quarta-feira, às 20.45, na TV2

- 19.00 Music-hall
- 19.55 Arqueitar
- 20.25 Artes e Letras
- 21.30 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.25 A Cartuxa de Parma

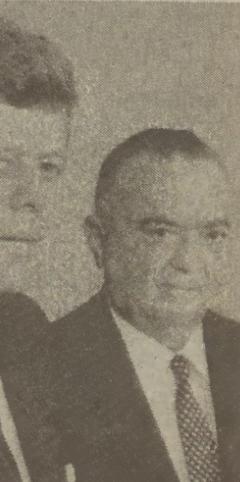
- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.00 Notícias
- 18.10 Roque Santeiro
- 19.00 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 A Brincar, a Brincar
- 22.00 Polícias e Espiões
- 23.00 Café Bagdad
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Internacional SIC
- 00.30 MTV

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 E Difícil Dizer Adeus (ver «Filmes na TV»)
- 23.10 Informação
- 23.25 Sirenes
- 00.15 Forum
- 00.45 Meteorologia

Quarta, 25

- 08.10 Rua Sésamo
- 08.40 Piratas de Águas Turvas
- 09.05 Ginástica
- 09.15 «Follow Through»
- 09.40 Inspector Engenhocas
- 10.10 Reino Animal
- 10.30 Isto é Magia
- 11.00 O Treinador
- 11.25 Notas para Si
- 11.55 Culinária
- 12.10 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 13.55 Meados do Século
- 14.25 As Aventuras de Robin Hood
- 14.55 Labaredas (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Era Uma Vez na América
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.30 E.N.G. - Imagens Vivas
- 18.30 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telegiornal
- 20.30 O Dono do Mundo
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 Na Lista Negra (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 Chefe, Mas Pouco
- 00.15 As Proezas de Hollywood
- 00.40 24 Horas

- 11.05 Infantil
- 12.00 Amor à Primeira Vista
- 12.30 Christian Rother
- 13.30 Agora, Escolha!
- 15.00 Woodi Goldberg Show
- 16.25 Cinco Séculos depois
- 17.30 Os Prós e os Contras
- 18.10 Vamp
- 19.05 Arsène Lupin
- 20.00 Letras com Todos



«QUEM MATOU KENNEDY?» - o último episódio na próxima quarta-feira, às 20.45, na TV2

- 20.30 Quem Matou Kennedy?
- 21.25 Deus nos Acuda
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.25 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 00.40 O Vigilante da Estrada

- 16.30 Notícias
- 16.35 Gladiadores Americanos
- 17.20 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Estilos
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Um Homem Casado
- 00.55 MTV

- 12.00 Rica Saúde
- 12.30 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 A Amiga Olga
- 13.30 Uma Casa na Pradaria
- 14.15 O Jardim Mágico
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.30 Animação
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Lássie
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.05 Forum
- 20.35 Pai Sofre
- 21.05 Já Tocou!
- 21.35 Vencer em Manhattan
- 22.35 Mancuso
- 23.20 Informação
- 23.30 Quarta a Fundo
- 24.00 Espírito Criativo
- 01.00 Forum
- 01.30 Meteorologia

Filmes na TV

— Por isto e por aquilo... —

QUINTA, 19

Festas Felizes

«Palmy Days» (EUA/1931). Real.: Edward Sutherland. Int.: Eddie Cantor, Charlotte Greenwood, Spencer Charters. P/B, 74 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1).

O Túmulo de Ligeia

«Tomb of Ligeia» (Gr.Br./1965). Real.: Roger Corman. Int.: Vincent Price, Elizabeth Sheppard, John Westbrook. Cor, 81 min. Ver Destaque. (22.25, Quatro).

SEXTA, 20

Veneno Europeu

«Dodsworth» (EUA/1936). Real.: William Wyler. Int.: Walter Huston, Ruth Chatterton, Paul Lukas, Mary Astor, David Niven. P/B, 104 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1).

Beco sem Saída

«Straight Time» (EUA/1978). Real.: Ulu Grosbard. Int.: Dustin Hoffman, Theresa Russell, Ghary Busey, Harry Dean Stanton. Cor, 114 min. Ver Destaque. (22.05, SIC).

Pulsões Explosivas

«Shattered» (EUA/1991). Real.: Wolfgang Petersen. Int.: Tom Berenger, Bob Hoskins, Greta Scacchi, Joanne Whalley-Kilmer. Cor, 94 min. Ver Destaque. (22.10, Canal 1).

Os Piratas do Voo 847

«The Taking of Flight 847» (EUA/1988). Real.: Paul Wendkos. Int.: Lindsay Wagner, Eli Danker, Sandy McPeak, Ray Wise. Cor, 96 min. Drama. (00.40, Quatro).

Eulália

«Eulalia» (Costa Rica/1987). Real.: Oscar Castillo. Int.: Maureen Jiménez, Alfredo Catania, Miguel Calacci, Rubén Pagura. Cor, 86 min. Comédia. (00.15, Canal 1).

Um Homem na Linha

«Czlowiek Na Torze» (Pol./1956). Real.: Andrzej Munk. Int.: Kazimierz Opalinski, Zygmunt Macejowski, Zygmunt Listkeur. P/B, 81 min. Drama. (00.15, TV 2).

SÁBADO, 21

O Primo Campeão

«Palooka» (EUA/1934). Real.: Ben Stoloff. Int.: Jimmie Durante, Lupe Velez, Stuart Erwin, Marjorie Rambeau, Robert Armstrong. P/B, 87 min. Comédia. (09.00, TV 2).

Daniel Boone

«Daniel Boone» (EUA/1936). Real.: David Howard. Int.: George O' Brian, Heather Angel, John Carradine, Ralph Forbes. P/B, 76 min. Ver Destaque. (12.20, TV 2).

Mercadores de Intragas

«South of Saint Louis» (EUA/1949). Real.: Ray Enright. Int.: Joel McCrea, Alexis Smith, Zachary Scott, Dorothy Malone. Cor, 88 min. «Western». (15.00, SIC).

La Boum 2 - Depois da Festa

«La Boum - 2» (Fr./1982). Real.: Claude Pinoteau. Int.: Sophie Marceau, Claude Brasseur, Brigitte Fossey, Pierre Cosso. Cor, 105 min. Ver Destaque. (15.40, Canal 1).

Traição e Vingança

«Men of Respect» (EUA/1990). Real.: William Reilly. Int.: John Turturro, Katherine Borowitz, Dennis Farina, Peter Boyle. Cor, 108 min. Ver Destaque. (23.45, Canal 1).

O Caçador de Nazis

«Nazi Hunter: The Beate Klarsfeld Story» (EUA/1986). Real.: William Kayden. Int.: Farrah Fawcett, Tom Conti, Geraldine Page. Cor, 96 min. Ver Destaque. (01.30, Canal 1).

DOMINGO, 22

Prince: o Rocker

«Graffiti Bridge» (EUA/1990). Real.: Prince. Int.: Prince, Morris Day. Cor, 111 min. Musical. (14.50, SIC).

Desafio a Lassie

«Challenge to Lassie» (EUA/1949). Real.: Richard Thorpe. Int.: Edmund Gwenn, Donald Crisp, Geraldine Brooks, Reginald Owen. Cor, 74 min. Melodrama. (16.10, Canal 1).

Mito Mortal

«The Myth That Woudn't Die» (Can.). Real.: Philippe Lefebvre. Int.: Erin Grey, Thierry L' Hermitte. Cor. Policial. (17.00, Quatro).

Entre a Noite e a Alvorada

«Between the Darkness and the Dawn» (EUA/1985). Real.: Peter Levin. Int.: Elizabeth Montgomery, Dorothy McGuire, Karen Grassle. Cor, 100. Drama. (21.40, Quatro).

O Coração da Meia-Noite

«Heart of Midnight» (EUA/1988). Real.: Matthew Chapman. Int.: Jennifer Jason Leigh, Denise Dummont, Gale Mayron, James Rebhorn. Cor, 103 min. «Thriller». (23.00, Canal 1).

SEGUNDA, 23

Um Barco e Nove Destinos

«Lifeboat» (EUA/1943). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Tallulah Bankhead, William Bendix, Walter Slezak, Mary Anderson, John Hodiak. Cor, 96 min. Ver Destaque. (14.50, Canal 1).

Carta a Três Esposas

«Letter to Three Wives» (EUA/1985). Real.: Larry Elikann. Int.: Loni Anderson, Michele Lee, Stephanie Zimbalist, Charles Frank. Cor, 100. Telefilme. (19.10, TV 2).

O Preço da Fama

«The Comeback» (EUA/1989). Real.: Jerrold Freedman. Int.: Robert Ulrich, Chynna Phillips, Mitchell Anderson. Cor, 100 min. Telefilme dramático. (21.35, Quatro).

Enterrar o Passado

«Stealing Home» (EUA/1988). Real.: Steven Kampmann e Will Aldis. Int.: Mark Harmon, Jodie Foster, William McNamara. Cor, 98 min. Ver Destaque. (22.00, SIC).

TERÇA, 24

O General Della Rovere

«Il Generale della Rovere» (It./1960). Real.: Roberto Rossellini. Int.: Vittorio de Sica, Hannes Messemer, Sandra Milo. P/B, 137 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1).

É Difícil Dizer Adeus

«Everytime We Say Goodbye» (EUA/1986). Real.: Moshe Mizrahi. Int.: Tom Hanks, Cristina Marsillach, Benedict Taylor. Cor, 93 min. Melodrama. (21.35, Quatro).

QUARTA, 25

Labaredas

«Macao, L'Enfer du Jeu» (Fr./1939). Real.: Jean Delannoy. Int.: Mireille Balin, Eric von Stroheim, Sessue Hayakawa, Roland Toutain. P/B, 92 min. Ver Destaque. (14.55, Canal 1).

Na Lista Negra

«Guilty By Suspicion» (EUA/1990). Real.: Irwin Winkler. Int.: Robert De Niro, Annette Bening, George Wendt. Cor, 105 min. Ver Destaque. (21.55, Canal 1).

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Festas Felizes

(Quinta, 15.15, Canal 1)

Trata-se de uma intrépida comédia musical, um dos primeiros filmes em que participou Eddie Cantor, um actor cómico e um entertainer que abandonou uma carreira na música clássica para se dedicar à revista musical, tendo depois em Hollywood abrihantado alguns filmes, de que o mais assinalável é Kid From Spain. Mas este Festas Felizes, em que abundam a mímica e as caretas, irremediavelmente datadas, de Cantor, vale sobretudo pelos números musicais encenados pelo coreógrafo Busby Berkeley e, ainda, pela curiosidade de vermos George Raft num papel algo diverso dos que depois o iriam celebrar.

O Túmulo de Ligeia

(Quinta, 22.25, Quatro)

Com argumento de Robert Towne, este é o último dos oito filmes que, entre 1960 e 1964(!), Roger Corman realizou inspirado na obra de Edgar Allen Poe - e também o último do ciclo a ele dedicado pela Quatro. A história do filme não desmente o género em que o mesmo se insere: uma mulher já falecida regressa à vida sob várias formas, que vão desde a de um gato sinistro até à da segunda noiva do seu próprio marido. Com o talento e o «sentido de cinema» que Corman punha nos seus filmes mais conseguidos, mais uma vez temos aqui um excelente trabalho de movimentação da câmara e de especialmente cuidadoso e barroco desenho da cena, através da qual o realizador brilhantemente se movia no incrível curto espaço de tempo de rodagem dos seus inúmeros filmes. De novo com um impressionante Vincent Price, um dos melhores filmes do ciclo.

Veneno Europeu

(Sexta, 14.55, Canal 1)

Grande especialista da mise-en-scène, mais do que da montagem, William Wyler foi um dos mais sólidos valores do cinema «europeu», que Hollywood fez seus e «naturalizou», tornando-se inseparável do grande cinema clássico norte-americano que ajudou a erguer. Ele foi, ainda, um realizador que sempre se sentiu mais atraído pelos grandes argumentos de raiz psicológica e sociológica, como é o caso deste, saído da pena de Sidney Howard, na adaptação de um romance de Sinclair Lewis: um casal americano descobre na Europa, onde vem passar uma temporada, um novo sistema de valores e, do mesmo passo, a cada vez mais profunda desagregação da sua vida em comum. Brilhantes interpretações de David Niven e Mary Astor e, ainda, de Walter Huston num dos principais personagens - recriação do seu papel na Broadway. Segundo julgamos inédito na sua passagem pelas televisões, é mais uma vez inaceitável (não servindo o «preto e branco» como desculpa!) a hora de transmissão deste filme, a não perder.

Beco sem Saída

(Sexta, 22.05, SIC)

Melodrama relativamente conseguido, o seu principal interesse reside no forte duelo das interpretações de Dustin



Walter Huston e Mary Astor, no notável filme de William Wyler «Veneno Europeu»

Hoffman (um consagrado) e de Theresa Russell (um dos novos valores em moda). A história, intensa, que gira à volta de um presidiário psicótico e das suas dificuldades de reintegração na

sociedade, voltando progressivamente a mergulhar nas tendências do passado, foi adaptada de um romance de Edward Bunker e começou a ser posta em cinema pelo próprio Dustin Hoffman, que depois entregou a tarefa a Ulu Grosbard.

Pulsões Explosivas

(Sexta, 22.10, Canal 1)

Com umas pinceladas de «erotismo», de mistura com algum «suspense» em arremedo de Hitchcock, é este um filme realizado nos EUA por um realizador europeu, Wolfgang Petersen, um cineasta relativamente incharacterístico para a estética do cinema alemão, com algumas obras fortemente comerciais e um pendor para o cinema industrial que, precisamente, lhe abriu as portas de Hollywood. Mas, neste Pulsões Explosivas, um dos seus últimos filmes rodados na América, as personagens, embora esforçadamente desempenhadas por Tom Berenger, Bob Hoskins e Greta Scacchi, não têm «espessura» suficiente para aguentar uma história que nasceu demasiado complicada.

Daniel Boone

(Sábado, 12.20, TV 2)

Um western apenas razoavelmente interessante retratando um episódio da vida do lendário pioneiro do Oeste norte-americano, com destaque para as interpretações de George O'Brian e John Carradine, com os índios, como de costume, a pagar as favas (ou, como agora se diz, «a factura») da expansão para Oeste.

La Boum 2 - Depois da Festa

(Sábado, 15.40, Canal 1)

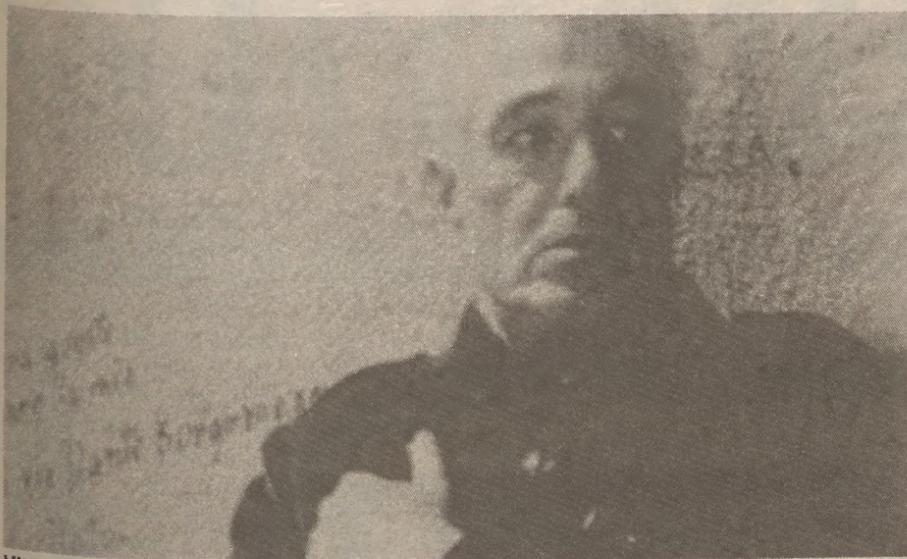
O destaque aqui fica, apenas para que os espectadores se precavenham contra as eventuais «trombetas» com que o Canal 1 anuncie este filme, nos seus spots promocionais. É certo que se tratou de um enorme êxito de público («mais de 4 milhões de espec-

Já nem os filmes?!

Por várias vezes aqui temos deixado, entre vírgulas, algumas inquietadas notas sobre a crescente degradação da programação cinematográfica dos vários operadores de televisão - realidade que, em comparação com anos anteriores, ultrapassa mesmo, de longe, a habitual quebra de qualidade dos Filmes na TV, em período de Verão. Na RTP, embora esta semana se verifiquem alguns pontos assinaláveis, qualquer semelhança entre o actual panorama e aquele que em tempos constituía uma das melhores ofertas de filmes em qualquer televisão europeia, é puro acaso e coincidência - apenas se destacando, muito de vez em quando, algumas obras significativas, na TV 2, ou injustificadamente desterradas, no Canal 1, para horas impróprias. Na própria Quatro, que tinha nas suas noites de cinema uma das poucas justificações para a sua (quase envergonhada) existência, parece ter-se esgotado o filão inicial - e as sucessivas transmissões de pobríssimos telefilmes, no espaço de longas-metragens de qualidade, não disfarçam a verdadeira crise que, na matéria, parece começar a instalar-se. Quanto à SIC, e salvo raras excepções, a estratégia parece ser o baixo nível puramente comercial da oferta, com a agravante de que parece por lá estarem ruidosamente orgulhosos com as escolhas que fazem.

Senão, apreciem-se as expressões «criteriosamente» escolhidas para o texto seguinte, que tem acompanhado nos últimos dias (com os decibéis puxados ao máximo) as imagens «a preceito» de um spot de autopromoção, e em que se metem no mesmo saco filmes pouco mais do que razoáveis com filmes pouco menos do que péssimos - com o único fito de forçar o «pisar de olhos» sensacionalista: «Atenção! Antes da segunda quinzena de Agosto, ponha a sua calculadora a funcionar! E prepare-se para fazer as contas: 94 minutos de aventura e romance, no Bar de Henry - «NA SELVA DA NOITE»; 92 minutos de terror, pela mão do mesmo realizador de «Pesadelo em Elm Street» - «AMIGO MORTAL»; 114 minutos na companhia de Dustin Hoffman, Theresa Russell e Harry Dean Stanton, num filme violento - «BECO SEM SAÍDA»; 88 minutos da Guerra Civil norte-americana, como palco de uma luta entre três rancheiros - «MERCADORES DE INTRIGAS»; 111 minutos de Prince, numa sequela de «Purple Rain», em tons místicos - «PRINCE: O ROCKER»; 100 minutos «ENTRE O CÉU E A ALVORADA», um drama de uma mulher que acorda 20 anos depois de um acidente; 98 minutos com uma Jodie Foster, rebelde e libertina - «ENTERRAR O PASSADO»; 100 minutos debaixo do afrodisíaco sol dos trópicos, o amor de dois yuppies numa ilha do Pacífico - «VIDA LIVRE»; 86 minutos de música e acção, com os Fat Boys - «DESCUIDADOS INTENSIVOS»; 100 minutos de drama: um polícia é vítima dos seus próprios preconceitos - «A VIOLAÇÃO DE RICHARD BECK»; e 110 minutos de repressão e sadismo, com os punhos de Stallone a impor a lei - «STALLONE - PRISIONEIRO». São 1093 minutos, isto é, 20 horas, com o bom cinema da SIC! - na segunda quinzena de Agosto!»

Entretanto uma dúvida se instala: que prosa escreveria M. S. Fonseca (ex-crítico do «Expresso») sobre muitos dos filmes que o mesmo M. S. Fonseca (responsável da programação de «ficção» da SIC) escolhe para a estação?



Vittorio de Sica, em «O General della Rovere», de Roberto Rossellini



O dramático período da «caça às bruxas» é mais uma vez abordado no filme «Na Lista Negra», de Irwin Winkler, com Robert de Niro.

Mireille Balin), para além da curiosidade de ter como ambiente da acção o «exotismo» de Macau, este filme é uma excelente encenação da intrincada história de tráfico de armas que se desenrolava naquelas paragens do «insondável Oriente». Filme já anteriormente programado pela RTP para Março deste ano - e provavelmente não transmitido então - é, mesmo, uma raridade cinéfila, já que a cópia que de início foi explorada comercialmente tinha todas as cenas em que entrava Eric von Stroheim substituídas por outras tantas, com Pierre Renoir no protagonista.

Na Lista Negra
(Quarta, 21.55, Canal 1)

Durante a «caça às bruxas» - um dos períodos mais negros da história recente dos EUA - os grandes estúdios negam trabalho a um realizador de cinema porque este se recusa a denunciar os seus amigos e companheiros de profissão como comunistas. Um filme demonstrando um grande empenhamento e tendo Robert De Niro, como intérprete principal, num dos seus melhores papéis, e Irwin Winkler, um produtor de sucesso, na sua primeira experiência como realizador.

tadores», informa pressuroso o Boletim de Informação da RTP), mas o facto é que as referências credíveis são muito reticentes em relação a este filme, continuação de um outro que já tinha sido perpetrado pelo mesmo realizador, autores e intérpretes, e debruçando-se sobre o sempre rentável «conflito de gerações», com uma jovem e florescente adolescente (naturalmente Sophie Marceau) a excitar os seus pares e os seus ímpares...

O Caçador de Nazis (Sábado, 01.30, Canal 1)

Estava previsto (na lista mensal de filmes que a RTP divulga) para a passada segunda-feira, às 00.00 horas, na TV2. Mas a estação, como é hábito, alterou a programação no Boletim de Informação (que agora distribui já depois do fecho da edição do jornal!) e colocou o filme, agora no Canal 1, no «acessível» horário que acima se constata - foi «pior a emenda que o soneto». Recordamos, assim, o que aqui adiantámos na semana passada: tratar-se de um telefilme admiravelmente escrito por Frederic Hunter e destacando-se largamente das habituais coordenadas do formato e dos estandardizados e pobríssimos estereótipos industriais e formais com que ultimamente nos vemos confrontados nos vários canais. E Farrah Fawcett é convincente na figura de Beate Klarsfeld, essa dona de casa alemã protagonista de uma luta insana para levar à barra da justiça criminosos nazis ainda à solta - numa história real cujas repercussões influenciaram a captura de Klaus Barbie. Destaque ainda para as interpretações de Tom Conti e de Geraldine Page (esta num impressionante papel de sobrevivente de um campo de concentração).

Um Barco e Nove Destinos (Segunda, 14.50, Canal 1)

Adaptado da novela original de John Steinbeck, este filme de Hitchcock é um dos mais insólitos da sua filmografia, em que o realizador ultrapassa engenhosamente, como só ele sabe, a dificuldade de encenar a história (feita de revelações e reminiscências) dos sobreviventes de um naufrágio, num salva-vidas à deriva durante a II Grande Guerra. Uma curiosidade, a rever.

Enterrar o Passado (Segunda, 22.00, SIC)

História, contada em flash-back, das relações de amizade entre um rapazinho e a sua jovem perceptora - e recordadas por aquele, agora adulto, que regressa à sua terra abatido pelo seu suicídio - Enterrar o Passado é um filme que vive, sobretudo, da fabulosa interpretação de Jodie Foster, precisamente no ano em que foi premiada pelo seu papel em Os Acusados.

O General della Rovera (Terça, 14.55, Canal 1)

Baseado na história real de um miserável que, fingindo ajudar os compatriotas da Resistência, funcionava como espião e delator junto da Gestapo nazi, acabando por arrepender-se e pagar com a vida o seu acto, quando se preparava para denunciar o principal responsável do movimento - este filme, muito mal acolhido pelo público e pela crítica, acabaria por apressar a ruptura de Rossellini com o cinema, encaminhando-o para as suas posteriores obras televisivas. Um filme polémico e contraditório, como quase todas as obras deste enorme e discutido realizador.

Labaredas (Quarta, 14.55, Canal 1)

Realizado por Jean Delannoy (e com a presença de grandes vedetas do cinema, como von Stroheim, Sessue Hayakawa ou

MUSICA AO VIVO

Espaço CDU Sintra
Cacém - Rua D. Maria II.

Música ao Vivo
nas noites de sexta e sábado

Esta semana
José Neto
Entrada livre

CDU Cascais com movimento associativo

Vereadores e candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Cascais reúnem-se no próximo sábado com dirigentes e activistas associativos do concelho para troca de impressões e recolha de propostas e sugestões para o programa da CDU nessa área. O encontro realiza-se em instalações do Grupo Musical e Dramático 1º de Maio, em Tires, a partir das 17 horas. Por iniciativa da Juventude CDU Cascais está em organização, também para sábado mas à noite, uma jornada de divulgação da CDU e suas propostas, com instalação de um vídeo gigante no Jardim Visconde da Luz.

Jornada de divulgação da Festa
sábado de manhã
Estação de Carcavelos

promovida pela JCP Cascais

- Estúdio móvel
- Os artistas da Festa

Tempo

Continuação do tempo quente. Vento fraco. Possibilidade de trovoadas.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 — Crepitar; exame minucioso. 2 — Ermida fora do povoado; acarinho. 3 — Três romanos; junto. 4 — Ósmio (s.q.); Astatino (s.q.); pêlo de certos animais; avenida (abrev.). 5 — Discurso laudatório; adverte; época. 6 — Agasta-se sem dizer o motivo; átomo ou grupo de átomos; interj. designativa de queda. 7 — Alegrias; combatem. 8 — Grande cão de fila; irmã da mãe; constelação austral. 9 — Cintura; fruta seca, especialmente de uvas; tempero. 10 — Aqueles; base; saudável; nota musical. 11 — Textualmente; cólera. 12 — Flores da roseira; árvore da fam. das salicáceas. 13 — Carinhosa; que tem ramos (pl.).

VERTICAIS: 1 — Estabelecimento de ensino; desperta. 2 — Emissão de voz; espécie de escumilha (pl.). 3 — Porco (prov.); famas (fig.); letra grega. 4 — Nome de homem; camareiro; ribeira portuguesa. 5 — Qualidade; pavimento. 6 — Adiciona; erras. 7 — Batráquio; panorama; apelido. 8 — Combina; pron. dem. 9 — Rádio (s.q.); planta do pé (pl.); atmosfera. 10 — Mete em mala; alberga por esmola. 11 — Existência; lavram. 12 — Semelhante; padrão. 13 — Isolado; solitários; aqueles. 14 — Altar cristão; botequim. 15 — Azeitonas; árvore ornamental da fam. das leguminosas (pl.).

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Imitara; amparam. 2 — Maçaram. 3 — Não; selos; rua. 4 — Noa; más; mel. 5 — OS; sim; cós; ia. 6 — Meu; ramosos; itu. 7 — Patrono; arcadas. 8 — Era; sarampo; ala. 9 — Rã; cãs; ovo; or. 10 — Lãs; cal; olé. 11 — Sal; sumos; aló. 12 — Cabelos. 13 — Amorosa; auroras.

VERTICAIS: 1 — Ir; rompera; dá. 2 — Seara. 3 — Iman; uta; laço. 4 — Oos; cal. 5 — AM; airosas; CO. 6 — Rás; manas; sãs. 7 — Acém; mor; Cuba. 8 — Álamo; arame. 9 — Aros; Sam; Lola. 10 — Más; corpo; sou. 11 — PM; Moscovo; SR. 12 — Rés; ola. 13 — Raul; ida; elar. 14 — Ítalo. 15 — Mó; causara; ES.

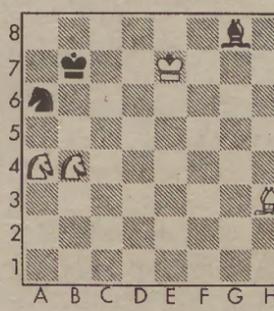
XADREZ

CDXXIV - 19 de Agosto de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X065
Por: JOSEF BREUER
Prémio Especial para Miniatura:
Die Schwalbe, 1957
Pr.: [7]: Ph 6 - Rh3
Br.: [5]: Cs.d3, f3, g3, h1 - Rd7



Mate em 3 lances

★
PROPOSIÇÃO Nº 1993X066
Por: Henri Rinck
700 Fins de Partie, 1927
Pr.: [3]: Cab - Bg8 - Rb7
Br.: [4]: Cs.a4, b4, Bh7 - R67



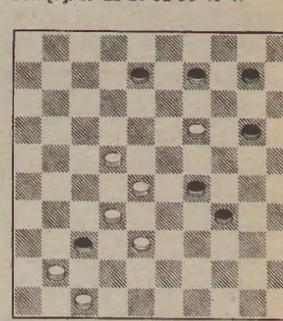
Branças jogam e ganham

★
SOLUÇÕES DO Nº CDXXIV

Nº 1993X065 [J.B.]: 1. Ch5!, Rg2; 2. Cdé1+, R: h1/Rh3/rf1; 2. Cg3++/Cf2++/C5g3++
1. Rg4; 2. C dé5+, R: h5/Rh3/rf5; 2. Cg3++/C1g3++
Nº 1993X066 [H.R.]: 1. Bg2+!, Ra7; 2. Cç6+, Rb7 (a8); 3. Rf8, Bh7; 4. Rg7, Bb1; 5. Cç3 e g.

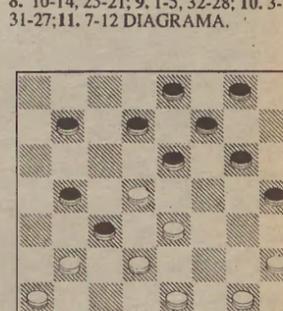
DAMAS

CDXXIV - 19 de Agosto de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D065
Por: P. v. d. Kwartel
De problemist
- 1970
Pr.: [7]: 8-9-10-20-29-34-37
Br.: [7]: 19-22-28-32-38-41-47



Branças jogam e ganham

★
PROPOSIÇÃO Nº 1993D066
GOLPE Nº 3293
Por: James Wyllie - Séc. XIX



Pretas jogam e ganham

★
SOLUÇÕES DO Nº CDXXIV

Nº 1993D065 [P. van der K.]: 1. 22-18, (37x46=D); 2. 18-13, (9X18); 3. 28-23, (46X28); 4. 23X3=D, (28x14); 5. 38-33, (29x38); 6. 47-41, (14x46); 7. 3x5!+
Nº 1993D066 [J.W.]: 11., 21-18; 12. 14-21, 17-13; 13. 9-18, 26-17; 14. 19-26, 30-7; 15. 4-11, 27-23; 16. 12-19, 23-7+

a talhe de FOICE

Fadário

À nascença, por razões de que não ficou registado mas que a voz corrente atribuía a supina bebedeira paterna, pespegaram-lhe o nome de Fadário da Conceição. O evento, como viria a descobrir muitos anos depois, quando o acaso nos transformou em vizinhos, revelou-se premonitório.

Fadário da Conceição é uma daquelas pessoas para quem as desgraças da vida não têm remédio e dedica a existência a provar isso mesmo.

Coleccionador de gastrites, renites, colites, sinusites, artrites, espinhelas caídas, bicos de papagaio, palpitações, insuficiências renais e um nunca mais acabar de maleitas todas devidamente identificadas nas causas, sintomas e conseqüências como faz gala em demonstrar em qualquer roda de amigos, Fadário da Conceição é também leitor, ouvinte e telespectador atento de quanta desgraça ocorre ao cimo da terra em geral e de Portugal em particular.

Não há crime, assalto, acidente, crise, recessão, despedimento, miséria, guerra, questiúncula política, confrontação social, abuso de autoridade, que não armazene na sua memória de elefante para posterior e oportuno fundamento da sua tese de vida.

Fazendo jus ao nome, que o dicionário aponta como sinónimo de desgraça, Fadário tem o hábito de abrilhantar as nossas conversas de café com o seu imenso rol de provas sobre a preversão do mundo, este vale de lágrimas onde não vale a pena viver e onde só permanece porque alguém - no caso vertente ele - tem de se encarregar de fazer o registo dos acontecimentos.

Há dias, coisa rara e nunca vista, encontrei-o assustado como nunca. Tinha passado a semana numa actividade frenética coleccionando dados com que me presenteava à noite como acompanhamento da bica, na secreta esperança de me dar cabo das férias ou, no mínimo, de me provocar insónias.

"E que me dizes dos acidentes de trabalho? Não restam dúvidas de que o trabalho infantil vai de vento em popa e o desemprego está a aumentar. A guerra entre Belém e S.Bento está a aquecer, ainda vamos ter um Outono escaldante. Os americanos vão bombardear a Bósnia e os analistas dizem que isso pode ser o princípio da guerra na Europa. O país está a arder e o Governo não toma medidas que se vejam para acabar com o flagelo. A Rússia está à beira de um golpe de Estado. A CGTP denunciou o aumento dos salários em atraso. O Alentejo está a secar e os peixes já não cabem nas barragens. Mário Soares diz que estão a construir uma 'Reboleira' na praia do Vau. Cavaco anda a passear à custa dos dinheiros públicos. Bill Clinton reforçou a pena de morte na América. Soldados americanos matam manifestantes na Somália. O PSD da Madeira anda a defender o separatismo. Os esgotos domésticos correm a céu aberto em Cascais e caem em cascata no mar. A Cruz Vermelha Suíça forneceu sangue contaminado a hemofílicos. A RTP transmitiu em directo o discurso de Cavaco no Algarve. Perdi a noite, apanhei um torcicolo e não vi nenhuma m. de estrela..."

Com tanta prova da justeza da sua tese, Fadário só tinha motivos para estar feliz. Mas não. Na quinta-feira, com o ar lúgubre e solene que empresta a tudo o que diz, comunicou-me que no dia seguinte não me acompanharia à bica, eu que fizesse o favor de o desculpar. A razão era de peso. Como amigos, vizinhos, colegas, jornais, rádios e televisões tinha feito o favor de informar, não fosse a gente esquecer-se, era uma sexta-feira, treze e ainda por cima de Agosto. Com tanto azar reunido num só dia, a única coisa a fazer, decidiu Fadário, era não sair de casa.

■ AF

Ainda o «directo» do Pontal PCP apresenta queixa

O PCP formalizou na passada terça-feira uma queixa à Alta Autoridade para a Comunicação Social contra o Canal 1 da RTP por violação do dever de independência e respeito pelo pluralismo a que está vinculado nos termos da Constituição e da Lei da Televisão que aquele canal do serviço público praticou ao efectuar, fora de qualquer serviço noticioso regular e com abruptas e despropositadas interrupções da sua programação normal, uma extensa transmissão em directo do comício do PSD realizado em Faro para apresentação dos seus candidatos às próximas eleições autárquicas naquele distrito.

Ao fundamentar esta queixa, que ganha reforçada oportunidade face à quase provocatória insistência da RTP no favorecimento do PSD que foi novamente ilustrada com uma entrevista de meia hora no passado sábado ao vice-presidente do PSD, Fernando Nogueira, o PCP recorda que, «salvo melhor memória, em muitos e muitos anos de televisão depois do 25 de Abril de 1974 não se encontrará qualquer precedente de transmissão em directo - e maxime com tal extensão e

espalhafato - de uma similar iniciativa partidária».

O PCP sublinha também que «o procedimento adoptado pelo Canal 1 da RTP em relação ao citado comício do PSD não pode ser justificado com a invocação da alegada "expectativa" gerada em torno do eventual teor das declarações do Presidente do PSD. Em primeiro lugar, porque as características da cobertura feita pelo Canal 1 da RTP foram, em qualquer caso, flagrantemente desproporcionadas em relação a uma consideração ainda que acrítica das alegadas "expectativas". Em segundo lugar, porque nomeadamente o serviço público de televisão não pode eximir-se a uma adequada compatibilização entre a relevância - real ou suposta - dos acontecimentos com o respeito pelos princípios de equidade, não discriminação e independência a que está obrigado. Em terceiro lugar, porque um tal argumento, tendo presentes certas características da vida política nacional, significaria oferecer ao PSD uma receita mágica para daqui até às eleições autárquicas obter excepcionais coberturas televisivas

das suas iniciativas, bastando-lhe para o efeito criar sucessivamente a expectativa de importantes declarações do seu líder, designadamente no âmbito de atitudes de confronto com outros órgãos de soberania.»

No referido documento enviado à Alta Autoridade para a Comunicação Social, o PCP anota que, «apesar dos protestos e críticas publicamente manifestados contra este procedimento do Canal 1, até ao momento aquele canal do serviço público não emitiu qualquer posição que faça supor que tenciona assegurar o mesmo tipo de cobertura a semelhantes iniciativas de outras forças políticas.»

Ao apresentar queixa contra o Canal 1 da RTP, o PCP salientou perante a AACS que, pela sua parte, tem devidamente presente que, como decorre indiscutivelmente do artº 6º da Lei da Televisão, os canais privados de televisão estão igualmente obrigados a «assegurar a independência, o pluralismo, o rigor e a objectividade da informação e da programação, de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os

demais poderes públicos» e que considera que, embora inserida num serviço noticioso regular, a cobertura em directo pela SIC do referido comício do PSD terá assumido características e dimensão que representam igualmente um favorecimento do PSD.

Na oportunidade, o PCP considerou particularmente necessária «uma reflexão e uma tomada de posição» da AACS «sobre as questões do pluralismo, do rigor e da objectividade da informação no novo panorama audiovisual, a qual ganha particular acuidade e urgência face à próxima realização de eleições autárquicas, seguidas, seis meses depois, de eleições para o Parlamento Europeu.»

Isto porque, salienta o PCP, «existe o sério risco de a conjugação dos efeitos preversos de uma lógica acrítica de concorrência e da sistemática invocação de pretensos critérios jornalísticos conduzirem, na prática, a transformar em letra morta as disposições constitucionais e legais que protegem a isenção, o pluralismo e a não discriminação na informação e programação televisiva em Portugal.»

Eleições no BESCL

Ministério Público dá razão a lista unitária

O Ministério Público deu razão à Lista A ao considerar ilegal a decisão da Comissão Eleitoral de anular 15 mesas de voto, o que retirava 97 votos e o sexto mandato à lista unitária em favor da lista C, afecta ao PSD, que

obtinha assim o seu terceiro mandato.

Na petição com 18 artigos que o Ministério Público dirige ao juiz de Direito do Tribunal Cível de Lisboa é afirmado que «não há qualquer motivo ou qualquer

razão válida para ter decidido de forma arbitrária e ilegal a anulação de 15 mesas de voto».

Mais adiante o texto refere que «quer as normas referidas, quer os princípios de utilidade (validação e recuperação das situações possíveis) e de respeito pelos eleitores votantes em tais mesas, impunham pois que se não tivessem anulado as respectivas votações».

Em conclusão, o Delegado do Procurador da República afirma que «neste termos, e nos mais de direito, deve a presente acção ser julgada procedente, declarando-se, por violação da lei, dos Estatutos da Comissão

Nacional de Trabalhadores do BESCL e do respectivo Regulamento Eleitoral, a anulação parcial dos resultados do acto eleitoral em causa, na parte em que não considera, para apuramento, os votos efectivamente depositados nas urnas das 15 mesas de voto acima referidas, e, em consequência, se declaram válidos tais votos (ou, subsidiariamente, se ordena a repetição da votação em tais mesas)».

Comentando este parecer, António Antunes, que figurou em primeiro lugar na lista unitária, disse ao «Avante!» que «confirma-se assim a correcção da denúncia oportunamente feita por nós».

Nova lei facilita despejos

A CGTP-IN acusa o Governo de «falta de diálogo» e de mais uma vez ter quebrado «compromissos assumidos com os parceiros sociais em sede de concertação» ao aprovar a recente lei que permite aos senhorios pôr termo aos contratos de arrendamento, nos casos de transmissão por morte do arrendatário a descendentes com mais de 26 anos e menos de 65 anos e a ascendentes com menos de 65 anos, mediante o pagamento de uma indemnização correspondente ao total de 10 anos de renda.

A central sindical sustenta que o Governo deveria ter levado esta matéria a apreciação no Conselho Económico e Social, «conforme resultado da proposta aprovada no plenário deste Conselho, realizado no dia 14 de Junho».

Como afirma uma nota da CGTP-IN, «este decreto dá, em teoria, a possibilidade de o inquilino se opor à pretensão do senhorio, oferecendo aumento de renda. Caso o senhorio não aceite o aumento proposto, fica com o direito de proceder a despejo».

«Para além da possibilidade do senhorio não aceitar, a realidade demonstra que muitos inquilinos, designadamente, desempregados, trabalhadores de baixos rendimentos, pensionistas, deficientes, acidentados do trabalho e tantos outros, não têm condições económicas para suportarem rendas de mercado».

A central exige a revogação deste decreto-lei sublinhando que o diploma contraria a «disposição constitucional do Direito à Habitação» ao não prever «mecanismos de apoio estatal a inquilinos economicamente carenciados, impossibilitados de suportarem rendas mais elevadas».

Alcina Bastos

A morte de Alcina Bastos, ocorrida na madrugada de ontem, comoveu profundamente toda a opinião democrática e em especial os comunistas, entre os quais Alcina Bastos contava grandes amigos e companheiros de tantas lutas contra o fascismo e pela defesa da democracia depois do 25 de Abril.

O PCP reagiu prontamente ao triste acontecimento com uma Nota do Gabinete de Imprensa e um telegrama do Secretariado do Comité Central que transcrevemos na íntegra:

«O Secretariado do Comité Central do PCP expressa sentidos pêsames e lamenta o desaparecimento da democrata e antifascista, sempre empenhada na unidade dos democratas e na defesa dos valores da democracia, da liberdade e do 25 de Abril.»

O funeral de Alcina Bastos realiza-se hoje, às 10,30 horas, da Basílica da Estrela para o Cemitério dos Prazeres.